

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MULHER E POLÍTICA:
AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO PMDB DE SANTA CATARINA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais - Opção Sociologia.

Clitia Helena Backx Martins

Florianópolis, março de 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

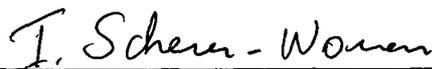
MULHER E POLÍTICA:
AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO PMDB DE SANTA CATARINA

Clitia Helena Backx Martins

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:



Prof. Dr. Eduardo José Viola
Orientador



Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren

Profa. Dra. Céli Regina Pinto

AGRADECIMENTOS

No processo de elaboração do presente trabalho, contei com o apoio inestimável de várias pessoas, sem o que, creio que não teria sido possível realizá-lo. Assim, desejo manifestar minha gratidão e reconhecimento aos que, direta ou indiretamente contribuíram, de alguma forma, para que essa dissertação tomasse corpo e fosse concluída:

Aos Professores Eduardo José Viola e Júlia Silvia Guivant, pela orientação segura e pela disponibilidade constante em atender às minhas dúvidas e angústias;

aos demais Professores do Curso, em especial a Ilse Scherer-Warren e Jean Langdon, respectivamente das áreas de Movimentos Sociais e Papéis Sexuais, pelo embasamento teórico fundamental;

à competentíssima Albertina Buss pela eficiência e presteza da datilografia final;

à Marietta Martins, pela solidariedade de mãe e pelo apoio (a)efetivo na fase final da dissertação;

a Oscar de Paula, pela compreensão e afeto de sempre, além do trabalho de revisão ortográfica dos originais;

às "companheiras de sonhos" do movimento feminista que, mesmo de longe, mandavam idéias, livros e carinho;

Adriana Santa Cruz (Chile), Zezé de Lima (Rio), Ana Tabora e Bel Ferreira (Rio);

às amigas e amigos que acompanharam meu cotidiano e souberam entender os momentos de reclusão e concentração necessários para concluir este trabalho;

a Oscar Reimundo, pela força moral; e

ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela concessão de bolsa de Mestrado e à FAPEU (Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária) por ter financiado parcialmente a pesquisa.

RESUMO

Levando em consideração o fato de que Santa Catarina é um dos estados brasileiros onde não há nenhum grupo feminista autônomo (o último se extinguiu em 1983) e, ao mesmo tempo, apresenta uma organização partidária de mulheres relativamente forte e estruturada, ou seja, o Movimento de Mulheres do PMDB (PMDB-Mulher), este trabalho tem como objetivo analisar a forma como se dão as relações de gênero no interior do Partido e, especificamente, qual a dinâmica interna desse grupo partidário de mulheres.

A dissertação é composta de quatro capítulos. No primeiro, coloca-se o debate teórico sobre a questão da participação política feminina, explicitando, por um lado, as abordagens tradicionais dentro das Ciências Sociais; por outro lado, a inclusão do Gênero como categoria de análise, com os novos aportes desenvolvidos a partir de perspectivas feministas, dos anos 60 em diante.

O segundo capítulo tenta resgatar o histórico de todos os movimentos de mulheres de Santa Catarina, autônomos ou não, contextualizando-os na realidade sócio-política e econômica do Estado e com referência ao movimento de mulheres a nível nacional.

No terceiro e quatro capítulos, aborda-se a formação e o desenvolvimento do Movimento de Mulheres do PMDB/SC, sendo que o terceiro se refere à fase inicial, de 1982 a 1984, enquanto o quarto corresponde ao período que vai da formação do Núcleo de Florianópolis, em 1984, até o presente.

ABSTRACT

Considering that Santa Catarina is one of the few Brazilian States deprived of an independent feminist group, since the last one was dissolved in 1983, and taking into account that the State has a rather active and sound party organization - the Women's Movement of PMDB - this paper is intended to analyse how gender relationships develop within the Party proper, with special emphasis on the internal dynamics of this female's party group.

The dissertation comprises four chapters. The first introduces a theoretical debate on female participation in politics, dealing both with traditional approaches within the realm of Social Sciences, on the one hand, and, on the other, with inclusion of gender for analysis purposes, on the basis of new data as viewed by feminists from the 1960's onwards.

The second chapter is an attempt to retrieve the story of all women's movements in Santa Catarina, whether independent or not, within a socioeconomic and sociopolitical State-wide framework, as compared with nationwide women's movement.

The third and fourth chapters involve the constitution and development of the Women's Movement of PMDB/SC, while the former regards the initial stage covering 1982-1984, the latter covers the creation of the Florianópolis representation in 1984, to date.

ÍNDICE

	Pág.
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO I - ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS SOBRE MULHER E PO LÍTICA	8
CAPÍTULO II - O MOVIMENTO DE MULHERES EM SANTA CATARINA ...	21
1. Contexto Político, Social e Econômico de Santa Catari- na	21
2. Histórico do Movimento de Mulheres do Estado	27
Conclusão	59
CAPÍTULO III - A FASE INICIAL DO MOVIMENTO DE MULHERES DO PMDB - O PERÍODO 1982-1984	61
1. 1982: Uma Campanha Inovadora	61
2. A Organização do Movimento das Mulheres do PMDB de San ta Catarina	69
CAPÍTULO IV - A PARTIR DE 1984: A EXPANSÃO DO MOVIMENTO PARTIDÁRIO	81
1. O Núcleo de Mulheres do PMDB de Florianópolis	81
a - Formação e Desenvolvimento Organizacional	81
b - Participações Individuais, Dinâmica e Relações In- ternas do Núcleo	87
c - Relações com Outros Grupos de Mulheres	105
d - Relações com o Partido	110
e - Nível das Representações	129
2. Desafios à Participação das Mulheres no PMDB	136

PERSPECTIVAS E ANÁLISES FINAIS	150
NOTAS	153
BIBLIOGRAFIA	164
ANEXOS	173

APRESENTAÇÃO

Os motivos que me levaram a fazer esta pesquisa estão intrinsecamente vinculados não só a aspirações acadêmicas, como também à minha ligação de muitos anos com o movimento de mulheres. Tendo contato com o movimento feminista do eixo Rio-São Paulo desde 1974, participei da formação de um dos grupos feministas de Santa Catarina e também do início do movimento de mulheres do PMDB.

Originalmente, porém, apesar do tema geral ter sido sempre Mulher e Política, o assunto específico a ser abordado não era a participação das mulheres em um partido político. Meu intuito inicial era o de pesquisar o movimento das mulheres agricultoras no Oeste de Santa Catarina.

O que me fez mudar de rumo foram as dificuldades encontradas no decorrer da coleta de dados do primeiro projeto. Delimitando a área da pesquisa ao município de Chapecó, um dos epicentros do movimento das agricultoras, realizei quatro viagens àquela região durante o segundo semestre de 1985. Sempre tomando muitas precauções e munindo-me de todos os requisitos (carta de apresentação da Universidade, contato direto com lideranças das agricultoras que vinham a Florianópolis, auxílio de um sociólogo da região, o Professor Santo Rosseto, para ser introduzida no movimento) tentei, nas várias vezes que me desloquei até lá, dar andamento ao trabalho, procurando obter informações sobre a organização e a estrutura daquele movimento.

Infelizmente, não consegui concluir a pesquisa devido

à desconfiança e as restrições feitas à minha presença nas atividades pelas duas agentes pastorais que coordenam o movimento. Soube, depois, de várias histórias que circularam a meu respeito, inclusive a suspeita levantada e divulgada por uma das agentes de que eu pertenceria à comunidade de informações (SNI)...

Incompreensões à parte, havia uma razão palpável para o boicote à minha pesquisa: uma forte rede de poder a nível interpessoal centralizada por uma das agentes pastorais, que praticamente ditava as regras do movimento. Assim sendo, aos olhos da "Coordenadora", minha pesquisa representava uma ameaça à sua tentativa de controlar a organização das agricultoras, já que um questionamento maior poderia desvelar as tramas internas de Poder.

Não tive condições psicológicas e materiais para continuar enfrentando a situação e percebi que seria inútil qualquer esforço adicional, pois eu havia sido proibida de assistir às reuniões. Qualquer contato (indispensável) teria que se dar com a própria Coordenadora ou através dela. Desse modo, depois de um ano entre a elaboração do projeto, levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, com bolsa de Mestrado do CNPq, fui obrigada a desistir e refazer completamente o meu projeto. O material coletado não foi desperdiçado, pois encaixei-o no segundo capítulo da dissertação, no levantamento que fiz de todos os movimentos de mulheres de Santa Catarina (pelo menos, dos que têm algum registro).

A experiência, entretanto, pode servir para uma ponderação sobre a defasagem existente entre o mundo acadêmico e os movimentos sociais. Apesar de existir, nesse caso, um motivo a-

lém da mera desconfiança em relação a qualquer pessoa que chega da Capital para se "intrometer" em uma realidade que não é a sua, no geral, há muitas reações e preconceitos contra o trabalho acadêmico por parte de componentes de alguns movimentos. Essa pouca integração é devida, de certa forma, à fama de "torre de marfim" da Universidade que, em alguns aspectos, realmente, se omite ou não prioriza, na sua atuação, o enfoque social do ponto de vista dos oprimidos. Numa sociedade altamente elitista e com tradição autoritária como é a nossa, isso tem sérias consequências.

Na reelaboração do meu projeto no final de 1985, acabei optando por aquilo que parecia mais fácil. Tendo pouco mais de um ano para desenvolver um novo trabalho, meus orientadores sugeriram que eu dirigisse a pesquisa para um assunto relacionado com a minha própria experiência passada recente, e que eu vinha questionando de forma esporádica e isolada há algum tempo.

Havia um lado delicado nessa questão: eu teria que exorcizar velhos fantasmas, entrevistar antigas companheiras, tentar levantar questões que para mim eram difíceis de enfrentar. O aparente "fracasso" dos grupos feministas em Florianópolis, a crise da inércia dos movimentos autônomos de mulheres na Capital, a maré baixa pós-Diretas-Já, que afetavam o ânimo geral, repercutiam no meu estado de espírito. Tive dúvidas, por outro lado, de que eu poderia alcançar a distância e a objetividade necessárias para escrever sobre fatos dos quais fui protagonista também. Isso me dava familiaridade e acesso ao material, mas causava problemas. Sou reconhecida como feminista em Florianópolis e principalmente pelo grupo que eu iria entrevistar. Até que

ponto isso interferiria nas respostas dadas pelas mulheres às minhas interrogações?

Contudo, e devo isso muito a Eduardo Viola e Julia Guivant, que me orientaram nessa trajetória, decidi enfrentar o desafio. Em janeiro de 1986, eu começava a pesquisa de campo sobre os movimentos de mulheres como um todo no Estado. Não foi preciso despendar muito tempo, pois do Oeste eu já tinha as informações necessárias. Das outras regiões, os dados foram levantados através de contatos e de viagens curtas e objetivas. Na própria Capital, o acesso também foi fácil, por eu conhecer quase todas as pessoas que trabalham ou trabalharam com movimentos de mulheres.

No início desse levantamento, as intenções eram mais modestas. Pretendia fazer apenas uma breve menção aos movimentos não-partidários existentes. Percebendo, porém, que alguns desses grupos, como a Associação Catarinense de Mulheres, dos anos 50, e o Movimento Feminino pela Anistia/SC jamais haviam sido pesquisados e a documentação, inclusive, estava-se perdendo, resolvi ampliar o espaço da história dos movimentos de mulheres em Santa Catarina, criando um capítulo próprio (o segundo) para isso.

Concluída essa parte, passei à fase seguinte da coleta de dados. Para o segundo capítulo, cheguei a fazer algumas entrevistas assistemáticas informais com lideranças dos antigos e novos movimentos, apenas centrando um pouco no histórico e nos objetivos de cada grupo. Para levantar os dados sobre o PMDB-Mulher, no entanto, elaborei dois roteiros de entrevistas: um deles para integrantes do Núcleo de Mulheres do PMDB de Florianópolis

lis (atual Diretório Municipal do PMDB-Mulher de Florianópolis), que congrega também as principais líderes do movimento estadual de mulheres do PMDB; o outro era dirigido a homens do Partido que tivessem funções de liderança e/ou alguma ligação com o movimento de mulheres. Escolhi como técnica a entrevista focalizada, para poder aprofundar os tópicos abrangidos pela pesquisa, através de uma amostra intencional, onde selecionei as principais lideranças do Movimento, além de algumas das militantes históricas, elementos novos e mulheres que já haviam saído do grupo. Entre os homens, o critério de pertencer à amostra estava relacionado ao tempo de militância no PMDB e ao cargo que ocupava (mandato parlamentar e/ou direção partidária).

Em ambos os casos, mas principalmente no que tange aos homens, foi bastante difícil marcar e realizar as entrevistas, não por qualquer obstáculo do tipo que ocorreu em Chapecó, mas pela época em que elas aconteceram, no ano eleitoral de 1986. Praticamente todos os entrevistados(as) estavam envolvidos(as) com campanhas, próprias, ou de seus candidatos(as). Assim sendo, a partir de julho de 86, conseguir fazer as longas entrevistas com as mulheres, foi uma verdadeira maratona. No tocante aos homens, apesar do roteiro de perguntas ser bem mais suscinto, havia ainda menos disponibilidade para me atender. Tive que reduzir, portanto, o número de entrevistas com homens, mantendo, porém, o número de mulheres cogitado. Disso resultou um total de onze entrevistas em profundidade com mulheres participantes do movimento do PMDB e três entrevistas com homens do Partido.

A análise das entrevistas, bem como da documentação (atas, panfletos, cartilhas) do PMDB-Mulher foi desenvolvida no

terceiro e no quarto capítulos que tratam, com detalhe, de vários aspectos acerca da organização, relações internas e externas e das representações sobre papéis femininos e emancipação da mulher das integrantes do movimento partidário.

O resgate da fala das mulheres, a colocação do problema que é, para o sexo feminino, a tentativa de penetrar na instância político-partidária, reduto reservado aos homens, foi, para mim, bastante gratificante. Para uma melhor compreensão do movimento, levantei algumas histórias de vida que considere relevantes.

Tentei, nesse trabalho, principalmente, apontar as carências de um movimento que, mesmo tendo o seu papel a cumprir dentro do plano institucional, pode tornar-se inócuo se não for respaldado por movimentos autônomos que ajam de forma transpartidária, ou seja, através e além dos partidos.

Como seria de se esperar, não há resoluções na parte final da dissertação, mas apenas novas hipóteses. A luta das mulheres por uma nova identidade, pela redefinição dos papéis sexuais, pelo rompimento da férrea dicotomia público/privado, é um processo dinâmico, em constante transformação.

O feminismo, um dos movimentos alternativos mais importantes das últimas décadas, caracteriza-se por uma evolução cíclica. Se atualmente os grupos autônomos em Santa Catarina se encontram desarticulados ou com pouca estrutura, o que contribui para que a questão da mulher fique relegada a um segundo plano nas políticas públicas e nas demandas sociais, não quer dizer que esta situação permaneça por muito tempo. Observa-se que os valores feministas conseguem penetrar, apesar de tudo, na cultu-

ra política, modificando a base das relações sociais. Nas pesquisas, frequentemente, encontramos mulheres enquanto indivíduos e organizações que, mesmo declarando-se anti-feministas, incorporaram, na sua linha de pensamento e ação, várias das propostas e teorizações de alguma das tendências do feminismo: liberal, socialista, marxista ou radical. Assim, acreditamos que é possível esperar que o acúmulo desse impacto de transformação, lento e gradativo, consiga modificar os padrões vigentes da sociedade patriarcal.

Para Santa Catarina, cremos que é possível pensar em uma reorganização e fortalecimento dos movimentos autônomos a médio prazo, na medida em que os pressupostos de uma nova cultura política, libertária e descondicionadora das várias opressões, atinjam celularmente a sociedade.

Por fim, dedico este trabalho à feminista catarinense Luísa Gomes Schmidt (in memoriam), relacionada inicialmente para ser entrevistada, e cujo desaparecimento, trágico e prematuro, no final de 1986, chocou a todos quanto a amavam e admiravam.

CAPÍTULO I

ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS SOBRE MULHER E POLÍTICA

a) Abordagens sobre o tema

O interesse em estudar um movimento organizado de mulheres dentro de um partido político pode suscitar uma questão: como se coloca a problemática específica da mulher e das relações de gênero no contexto da Ciência Política?

Para responder a esta pergunta, devemos nos reportar à situação atual das Ciências Sociais, as quais vêm gradualmente incorporando o gênero como categoria importante de análise.

Até a década de 60, os trabalhos na área de Ciência Política praticamente ignoravam as mulheres enquanto categoria social que merecesse um estudo em particular. Uma única exceção a essa tendência foi o estudo pioneiro coordenado por Maurice Duverger e publicado em 1955, com o título de "La Participation des femmes à la vie politique", sob o patrocínio da UNESCO.

A pesquisa realizada tinha como objetivo verificar se a igualdade formal, obtida pelas mulheres através das leis em muitos países (direito ao voto e outros) correspondia uma igualdade real, de fato. A coleta de dados foi bastante dificultada pela inexistência de estatísticas específicas da participação por sexo. Assim mesmo, as informações obtidas demonstravam que a participação das mulheres nas instâncias formais (eleições, mandatos, cargos públicos) era muito menor que a dos homens.¹

Entretanto, a regra era a ausência ou a "invisibilidade" da mulher como sujeito nos estudos e pesquisas realizados pelos cientistas políticos. As razões que se pode apontar para explicar esta situação têm a ver com a predominância, dentro das universidades e dos centros de pesquisas, do "male bias" (ênfase masculina) ou androcentrismo.

Os vieses sexistas decorrentes da visão androcêntrica se fizeram sentir em várias áreas do conhecimento humano ao longo dos séculos, mas de uma forma acentuada a partir do século XIX, com o positivismo, o evolucionismo e o niilismo. Autores e cientistas importantes como Comte, Spencer, Nietzsche, Schopenhauer, Proudhon e outros deixam transparecer uma profunda misoginia nas suas perspectivas sobre as mulheres. Darwin, por exemplo, tentou provar, através da análise do esqueleto feminino, que a evolução da mulher fora atrofiada e paralisada num ponto entre a criança e o homem adulto. Proudhon, por sua vez, era totalmente contrário a que se desse o voto às mulheres, alegando uma suposta "índole conservadora" feminina.

Na Ciência Política, mais especificamente, o "male bias" influenciou não só a escolha das áreas a serem pesquisadas, os conceitos teóricos e a metodologia, mas, acima de tudo, condicionou o que seria abarcado pelo próprio conceito de "política" e o que estaria fora desse conceito. Desse modo, convencionou-se que seria político tudo aquilo que se enquadrasse na política formal, institucional, a macropolítica, referente à participação dos indivíduos no Governo e nos partidos, seja como eleitores, militantes, candidatos ou como detentores de mandatos legislativos ou cargos administrativos. Como, de fato, as mulheres estão em um

número bem menor nessa esfera convencional, considerava-se que a política seria realmente um reino masculino, classificando-se as mulheres "ausentes" ou, no caso das que participavam, como "desviantes". Está implícito nessa perspectiva que o referencial de participação é sempre a do homem. A participação feminina seria sempre analisada em relação à do sexo masculino.

Dentro dessa linha, como assinala Randall², vários estudos concluem ou simplesmente assumem algumas generalizações sobre o comportamento político das mulheres. Entre outras coisas, tornou-se comum colocar que as mulheres tenderiam a votar orientadas por seus maridos, tendo um maior índice de abstenção nos pleitos eleitorais; por outro lado, o seu caráter político teria conotações gerais mais conservadoras, moralistas e com tendência a "personalizar" (votar pela pessoa do candidato, por exemplo, e não pelo seu programa). Outros trabalhos sustentam o ponto de vista de que a mulher seria essencialmente "apolítica".

Com o ressurgimento do movimento feminista nos anos 60, contudo, surgem novos aportes teóricos e metodológicos a partir dos trabalhos desenvolvidos principalmente por cientistas sociais mulheres, que começaram por questionar a conceituação estreita do que é a atividade política dentro da visão tradicional da Ciência. Segundo as novas abordagens, a ação e a participação política não se limitariam às formas convencionais: voto, partidos, sindicatos, mas abrangeriam também as formas até então consideradas como apolíticas: associações comunitárias, clubes de mães e outros grupos compostos majoritariamente por mulheres.

Na medida em que o conceito se torne mais flexível, é possível perceber que as mulheres não são tão indiferentes ou a-

lheias às atividades políticas como tentavam demonstrar alguns estudiosos. O que ocorre é que as mulheres, dado a tradicional divisão sexual do trabalho e a dicotomia entre as esferas pública e privada, não se sentem estimuladas a penetrar no que elas julgam ser um mundo exclusivamente masculino. Assim, canalizam sua participação mais ao nível de ações comunitárias, de necessidades do cotidiano, que dizem respeito mais diretamente às suas vidas, dentro do padrão anteriormente mencionado.

Em resposta às outras generalizações feitas sobre a participação política feminina, Randall contrargumenta, evidenciando que nem todas estão completamente equivocadas, mas que, na sua maioria, ainda não tiveram suficiente comprovação empírica, ou mesmo, em alguns casos, não levaram em consideração outras variáveis cruzadas com a variável sexo. É o caso, por exemplo, da questão do suposto maior conservadorismo político das mulheres. As estatísticas demonstram que, de maneira efetiva, tem havido, historicamente, uma tendência maior das mulheres em apoiar grupos ou partidos conservadores. Essa tendência, contudo, seria exagerada pelos pesquisadores, havendo, na realidade, um declínio significativo, ao longo do tempo, da diferença quantitativa entre os votos dados por homens e mulheres aos conservadores. Exemplos disso foram as últimas eleições presidenciais na Argentina (1983) e nos Estados Unidos (1984); nesses países configurou-se um "gender gap", traduzido em um diferencial de mais votos femininos (em termos proporcionais) em um candidato progressista (Alfonsín) na Argentina, enquanto, nos Estados Unidos, o voto das mulheres, foi contra o conservador Ronald Reagan. Estudos recentes têm, por outro lado, demonstrado uma forte correlação entre o conservado -

rismo político e a faixa etária. Dessa forma, como as mulheres costumam ter uma longevidade maior do que a dos homens, o índice maior de conservadorismo teria uma explicação mais rigorosa em função desse cruzamento de variáveis do que pelo sexo propriamente dito.³

A introdução de uma perspectiva crítica feminista nas Ciências Sociais tenta resgatar as falas e as vidas das mulheres, silenciadas e ocultas na História. É importante observar, entretanto, que o feminismo contemporâneo não se apresenta como uma ideologia unificada e homogênea; ao contrário, como constata Chinchilla, "el feminismo es una ideologia parcial que tiene que estar ligada consciente o inconscientemente a otra ideologia de clase como el liberalismo, el radicalismo, o el marxismo".⁴ Dessa forma, ela classifica as tendências ideológicas dentro do movimento feminista em quatro principais correntes: liberal, marxista, radical e socialista. As diferenças fundamentais entre essas tendências seriam as formas como encaram a origem da desigualdade de gênero e sua eliminação, a ênfase sobre mudanças reformistas ou revolucionárias, suas metas e objetivos e a visão que cada uma tem da natureza da sociedade. Veremos, a seguir, sucintamente, as principais características de cada uma delas.

O feminismo liberal (ou reformista) enfatiza a questão da conquista de uma legislação que permita direitos iguais a homens e mulheres. Não questiona a desigualdade do sistema capitalista em si, mas tenta integrar-se, lutando para que as mulheres tenham um espaço dentro do sistema, por meio da "igualdade de oportunidades".

Sua visão de transformação social tem em conta mudanças

lentas e graduais, através, principalmente, do processo educacional e do sistema legislativo. Seus métodos de ação incluem, costumeiramente, a organização de "lobbies", grupos de pressão sobre as elites e demonstrações do exemplo de mulheres que tenham obtido êxito em carreiras profissionais e/ou políticas como "modelo".

O feminismo marxista (tradicional) localiza as origens de opressão das mulheres, historicamente, na instituição da propriedade privada sendo o sexismo, nessa visão, um derivativo da forma mais fundamental de opressão de classe. Colocam a revolução socialista como prioritária para o fim da discriminação sobre a mulher.

Para o feminismo radical, a contradição fundamental da sociedade não derivaria das classes, mas, sim, do sexo. Ressaltam que a primeira divisão do trabalho se deu entre homens e mulheres e que esta divisão assumiu características de desigualdade de status e poder através da dominação masculina, traduzida no sistema patriarcal. Segundo Kate Millet (uma das principais teóricas dessa corrente do feminismo), no seu livro "Sexual Politics", a unidade fundamental do patriarcado é justamente a família; esta, como instituição, é indispensável para a sobrevivência da sociedade patriarcal, já que garante uma ordem social e moral estabelecida pelos homens, sobre a base do reconhecimento da paternidade, e não sobre a família maternal.⁵

Um outro aspecto relevante abordado pelo feminismo radical diz respeito à dicotomia público/privado. A crítica feminista se dirige em especial à separação e oposição entre essas duas esferas. Na visão atávica, à esfera pública corresponderia o mun

do masculino e suas "atribuições" - a cultura, a política, a razão, o poder, a ciência, enquanto a esfera privada estaria relacionada ao mundo "feminino", da natureza, da emotividade, da subjetividade e da intuição, sendo o seu locus privilegiado a família. Esta divisão provoca um corte entre a produção e a reprodução, do mundo público da política e do emprego em relação à esfera privada familiar e das relações interpessoais.⁶

A idéia de que "o privado é político" ("The personal is Political") foi assimilada dos movimentos radicais americanos dos anos 60, em prol dos direitos civis para as minorias. Com esse lema, as feministas radicais tentavam reelaborar a noção do que é político, desmistificando as separações artificiais, culturalmente atribuídas a homens e mulheres.

Entre seus objetivos, o feminismo radical coloca a retomada do controle sobre o processo reprodutivo pelas mulheres, estando implícita a idéia de controle sobre o próprio corpo. "Nosso corpo nos pertence" é um dos lemas comuns de campanha nessa linha. Outra meta destacada das feministas radicais é a criação e desenvolvimento de uma "cultura feminina" na literatura, na arte e em outros campos.

No interior dessa corrente, utilizando algumas das suas abordagens, juntamente com elementos de outros movimentos alternativos, como o ecologismo e o pacifismo, tem-se desenvolvido, muito recentemente, uma linha voltada para a abrangência conjunta da questão da mulher inserida num contexto maior de holismo e pós-materialismo. Tal corrente, que ainda não tem uma denominação fixa, nem uma estrutura teórica acabada, é definida por algumas de suas seguidoras como eco-feminismo ou feminismo espiritua

lista e representa, nas palavras da pesquisadora e ativista Aso-ka Bandarage "a women's response to the planetary crisis", no que ela qualifica de "one of the most significant and hopeful political developments at this time".⁷

• A última tendência, ou seja o feminismo socialista, está, na sua origem, ligado ao feminismo marxista, já que aceita os pressupostos do materialismo histórico de Marx e Engels. Paralela a estes, porém, as feministas socialistas colocam a questão da opressão patriarcal sobre as mulheres. Assim, o sexismo é visto com a mesma importância que a opressão de classe, pois, no seu entender, o capitalismo e o patriarcalismo se complementam e se fortalecem mutuamente. De acordo com isso, crêem que "ni el radicalismo ni el marxismo 'ordodoxo' son teorías o estrategias adecuadas para vencer la opresión de la mujer, que una nueva estrategia y teoria deben ser construidas utilizando algunas de las contribuciones de cada una pero evitando sus debilidades inherentes".⁸ Vêem, por outro lado, a revolução socialista como condição necessária, mas não suficiente para a liberação das mulheres e criticam o conceito leninista do papel da vanguarda na revolução, rejeitando as hierarquias rígidas, o dogmatismo e o sectarismo da esquerda tradicional. Uma das mais claras expressões desse tipo de feminismo está nas obras da teórica inglesa Scheila Rowbotham, que elabora toda uma crítica às posições ortodoxas e sexistas dos partidos comunistas e trotkistas.⁹

A produção teórica feminista, iniciada, como vimos, há duas décadas é, assim, ainda muito recente no contexto acadêmico. Em vários países, se criaram, dentro das universidades e outras instituições de pesquisa, centros e grupos dedicados à ques

tão da mulher. Entretanto, as descobertas e novas informações trazidas pelos "women's studies" correm o risco de se manterem isoladas das correntes principais já existentes nas diversas disciplinas. Percebe-se que, mesmo onde estes estudos avançaram mais, como nos Estados Unidos e em alguns países europeus, eles podem ficar restritos a uma forma de "gueto" dentro da academia, por não conseguirem dialogar com outras correntes teóricas.

Scott¹⁰, a partir de uma análise bastante inovadora, fornece algumas luzes sobre esta questão controvertida. Num artigo onde ela se refere às pesquisas históricas feitas, dos anos 70 em diante, sobre as vidas das mulheres e as transformações nas suas posições econômicas, educacionais e políticas, ela classifica as abordagens teóricas desses trabalhos em três linhas principais.

A primeira abordagem seria fazer das mulheres um foco de investigação, um sujeito da História, agente da narrativa. Seu objetivo seria tentar documentar a existência de uma cultura feminina distinta. Entretanto, como salienta Scott, essa abordagem, ao substituir o homem pela mulher como foco, somente adiciona um suplemento à História, tende a criar uma História paralela à convencional, permanecendo, porém, numa esfera à parte; teria uma tendência, portanto, "separatista" em termos acadêmicos.

Uma segunda abordagem por ela mencionada está relacionada à História Social. Os estudos portadores dessa orientação contribuíram para o levantamento de estatísticas e dados sobre vários aspectos da vida e da atividade das mulheres em épocas diversas. Contudo, a pretensão de "reescrever a História" através

dessa abordagem viu-se frustrada devido a que os trabalhos nessa linha ficavam contidos nos termos das teorias sociais baseadas principalmente em categorias economicistas de análise. Em vários estudos referidos pela autora, a categoria gênero estaria ausente, predominando as variáveis econômicas. Assim, se a primeira abordagem tende a ser separatista, esta teria uma feição "integracionista", já que adota categorias tradicionais de análise.

Enfim, uma terceira abordagem (que é a que ela endossa) considera que para "reescrever a História", a investigação deveria começar com o foco nas mulheres, mas tendo como eixo principal o gênero, ou seja, os papéis sexuais estereotipados atribuídos pela cultura a homens e mulheres. O objetivo maior seria não apenas fazer novas descobertas sobre a história das mulheres, mas através das construções dos papéis sexuais, reelaborar a História política e social como um todo. Assim, partindo do pressuposto de que o gênero é mais uma metodologia de investigação do que uma simples teoria, Scott sublinha a necessidade de se questionar nas pesquisas como o gênero constrói a política e como a política constrói o gênero.

Com essa contribuição original, Scott crê que apenas incorporando o gênero às análises se poderá realmente influir e reescrever a História oficial (e, por extensão, outras disciplinas nas Ciências Humanas) dentro de uma visão feminista.

b) Bibliografia resumida sobre Mulher e Política no Brasil

De forma bastante sintética, apresentamos a seguir al-

guns dos principais trabalhos existentes no Brasil sobre o tema Mulher e Política.

Em termos de recompilação histórica das primeiras reivindicações femininas no Brasil, desde o século passado até a década de 30, cobrindo principalmente a luta das sufragistas, destaca-se o livro de ALVES (1980); sem focar apenas a questão da participação política, mas com uma visão panorâmica dos primeiros passos da mulher brasileira no seu processo de emancipação, HAHNER (1981) cobre historicamente o mesmo período (1850-1937).

Outros trabalhos preocuparam-se em tentar levantar dados quantitativos e tecer análises sobre a participação feminina nas diversas instâncias do poder político, como os textos de TABAK (1982, 1982a, 1984), PIMENTEL (1982) e BLAY (1979).

Em referência às políticas governamentais sobre a mulher, ou a inserção da mulher no espaço público, temos os trabalhos de BARROSO (1982), FERREIRA (1983) e COSTA (1985).

No que toca à participação das mulheres em movimentos de base e feministas, dentro da visão de que a participação política não se restringe à esfera partidária, temos os trabalhos de PADILHA e CHIRIAC (1982) e STENPANSKY (1982) (movimentos de base) e BLAY (1983) e MORAES (1985) (movimentos feministas).

A quase sempre conflituada relação entre movimentos de mulheres e partidos políticos é abordada nos trabalhos a seguir: SILVA (1982), TABAK e SANCHEZ (1982), CAPELLER (1983) e CALDEIRA (1984).

Sobre problemas específicos das mulheres nos partidos políticos há, além dos trabalhos já citados, o texto de GUIVANT

(1985).

A respeito estritamente da participação feminina no PMDB, conta-se, entre outras, com as análises de ALBUQUERQUE (1984) e PITANGUY (1986).

Finalmente, no debate epistemológico sobre a Ciência Política e a questão da mulher, ainda pouco desenvolvida nos meios acadêmicos brasileiros, destacamos os textos de GUIVANT (1983 e 1985).

c) O Problema da Pesquisa e Hipótese de Trabalho

Como já observamos suscintamente na Apresentação, o objetivo maior deste trabalho seria a análise em profundidade do Movimento de Mulheres do PMDB/SC, no contexto geral histórico dos movimentos de mulheres em Santa Catarina, e em comparação a estes.

Assim sendo, nosso problema de pesquisa constitui-se na tentativa de determinar a relação entre os movimentos autônomos ou vinculados a instituições, como a Igreja Católica, com um forte movimento partidário, no caso, o PMDB-Mulher de Santa Catarina.

Levamos em consideração o pressuposto de que os movimentos autônomos, especialmente os movimentos feministas radicais, por sua independência em relação ao Estado, sua criatividade e capacidade (mesmo que fragmentada e cíclica) de mobilização e divulgação das questões pertinentes à emancipação das mulheres, configuram-se nos setores mais críticos e avançados do anti-patriarcalismo.

Colocamos, pois, alguns pontos, nem todos possíveis de se resolver nos limites dessa dissertação, sobre as dificuldades de se pensar o alternativo, representado pelo ideário radical, interconectando-se com uma estrutura tradicional e hierarquizada como o partido político, dificuldades essas que no caso brasileiro, são reforçadas por séculos de golpes e autoritarismo em todos os níveis.

As questões mais importantes que poderíamos levantar, apesar de não necessariamente apresentarmos as soluções a elas, seriam as seguintes:

- Até que ponto os movimentos não-partidários podem influir na formulação e condução das políticas dos partidos, sem serem cooptados?

- Qual a viabilidade da própria existência desses movimentos desvinculados dos partidos e do Estado?

- Como pensar numa identidade feminista que consiga conectar os interesses das mulheres pertencentes a vários tipos de organizações e formas de protesto contra a discriminação sexista?

Como hipótese geral de trabalho sugerimos que, na falta ou debilidade de movimentos autônomos de mulheres, especialmente de organizações feministas, agindo como fóruns independentes para as reivindicações das mulheres, fonte de subsídios teóricos e, ao mesmo tempo, como grupo de pressão, a lógica partidária tradicional tende a excluir ou cooptar os elementos femininos no seu interior, que sejam portadores de mensagens inovadoras e libertárias.

CAPÍTULO I I

O MOVIMENTO DE MULHERES EM SANTA CATARINA

Com o objetivo de embasar a análise sobre a participação feminina dentro do PMDB, fez-se necessário um levantamento histórico do movimento de mulheres no estado de Santa Catarina. Desta maneira, pretendeu-se resgatar e registrar informações sobre os grupos já extintos e aqueles ainda existentes que tiveram relevância e impacto no Estado, dos pontos de vista cultural e sócio-político.

1. Contexto Político, Social e Econômico de Santa Catarina

Preliminarmente, convém ressaltar as principais características sociais, econômicas e políticas de Santa Catarina, particularmente de Florianópolis, para termos um melhor entendimento e compreensão do "environment" no qual puderam germinar os movimentos de mulheres.

Santa Catarina, menor Estado em extensão territorial na Região Sul, está entre as unidades da Federação que receberam os maiores contingentes de colonizadores europeus, majoritariamente alemães, italianos e açorianos e, em menor escala, austríacos, eslavos e holandeses. A distribuição e fixação desses imigrantes deu-se em locais distintos, estabelecendo-se os açorianos, que

eram os mais antigos, na faixa do litoral, os alemães no Norte do Estado e os italianos principalmente no Sul e no Oeste.

Ao contrário de outros Estados, em Santa Catarina não se constituiu um pólo central, uma metrópole, mas várias cidades de porte médio e pequeno, distribuídas de forma quase regular pelas várias microrregiões, configurando uma organização espacial e uma rede urbana descentralizada. Assim é que a capital, Florianópolis, conta com aproximadamente 220-250 mil habitantes, praticamente o mesmo que Joinville e Blumenau, as outras duas maiores cidades. Lages, Criciúma e Chapecó seguem um pouco mais atrás, com um crescimento bastante rápido e representando, cada uma delas, o pólo nas suas respectivas microrregiões, ou seja, o Planalto, o Sul e o Oeste catarinense.

É significativo, também, observar que a urbanização no Estado não teve um ritmo tão acelerado como em outros estados do Sul-Sudeste, tanto que o Censo de 1970 ainda apontava o índice de 57% da população vivendo na zona rural. No Censo de 1980, porém, esse dado se inverte, registrando já que a maioria da população catarinense era urbana.

Outra importante particularidade de Santa Catarina é a sua estrutura fundiária, baseada na pequena propriedade rural de exploração familiar.

Apesar de ser um dos maiores "celeiros" agrícolas do País, ter um parque industrial relativamente importante, concentrado basicamente nos setores têxtil, metal-mecânico, agro-industrial e de extração de carvão, possuindo a 6^a maior arrecadação do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) do País, Santa Catarina parece não ter-se livrado do estigma de "pequeno"

Estado, prensado entre dois dos mais ricos e influentes Estados brasileiros: Rio Grande do Sul e Paraná.

Em termos de estrutura política, o Estado ainda possui características oligárquicas incomuns na Região Sul-Sudeste, mesmo levando em consideração as transformações e as rearticulações de forças ocorridas no cenário político catarinense nos últimos anos. Esta característica oligárquica e fortemente clientelística da política local dificultou, de certa forma, o desenvolvimento de movimentos contestatórios por parte da sociedade civil. Fatos novos demonstram, entretanto, que esse quadro tende a se modificar: em todo o Estado, mas predominantemente no Oeste, no Sul e na Capital, novas forças sociais se aglutinam, dando margem ao surgimento de grupos e organizações populares com reivindicações específicas. Na região Oeste, setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação exercem forte influência, o que contribui para a criação de comunidades eclesiais de base, principalmente entre os trabalhadores rurais. No Sul do Estado, região de tradição mineira, o movimento sindical tem crescido em força e em número.

Na Capital, Florianópolis, dois acontecimentos assinalam este início de mudança: em primeiro lugar, o incidente ocorrido em novembro de 1979, em que vários segmentos da população manifestaram, em praça pública, o seu descontentamento ao regime militar durante a visita do então Presidente da República, Gen. João Figueiredo¹; outro marco foi a derrota do PDS pelo PMDB nas eleições a prefeito em 1985, levando-se em consideração o fato de que nas eleições majoritárias de 1982, ao contrário do que ocorreu na quase totalidade das capitais brasileiras, o PDS foi

vitorioso em Florianópolis, devido em grande parte ao prestígio do ex-prefeito e atual governador Esperidião Amin Helou Filho. Entretanto, a conquista da prefeitura de Florianópolis pelo PMDB, que configura um deslocamento ideológico-eleitoral da direita para o centro, não pode ser considerado como um fato isolado, mas como uma tendência de mudança lenta e progressiva que tem-se verificado no Estado desde 1974, quando o antigo MDB obteve pela primeira vez uma votação expressiva em Santa Catarina, conseguindo eleger seu candidato ao Senado.²

Contudo, no que tange a Florianópolis, os processos de transformação, dos quais um dos sinais evidentes é a virada nos resultados das eleições, encontram barreiras representadas por características sociais e culturais fortemente enraizadas. Cidade com funções eminentemente administrativas e de prestação de serviços, Florianópolis possui uma estratificação social própria, sendo que uma boa parte da população economicamente ativa é composta por funcionários públicos municipais, estaduais e federais em vários escalões, o que está relacionado com o status e a classe social a qual pertence cada um desses funcionários. Há também na cidade o espectro crescente da favelização, que se nota em vários morros da Ilha e do Continente e que representa um fluxo de migração rural e de desemprego cada vez maior.

A existência dessa enorme burocracia estatal, tendo em um dos seus polos o segmento de diretores, gerentes ou chefes e, no outro, o amplo grupo representado pelos funcionários subalternos, os típicos "manezinhos" ou "bagrinhos", conforme a denominação popular, se bem que não constitua em si um fator de entrave do processo de mudança nos padrões político-eleitorais,

por suas características internas de rígida hierarquia e centralização do poder e por estar no bojo de um sistema oligárquico e clientelístico, se traduz numa série de fatores que interferem no processo maior de transformação político-cultural. Entre esses fatores poderíamos ressaltar:

1. o relativamente fraco sindicalismo autônomo existente na Capital;
2. a utilização sistemática por parte dos governos estaduais pedessistas das máquinas eleitorais representadas pelas repartições e estatais, com a quase obrigatoriedade de todos os funcionários se dedicarem às campanhas pelos candidatos governistas, principalmente nos três meses anteriores à cada eleição;
3. em decorrência do que se assinalou acima, a prática comum que vigorou (e em alguns casos ainda vigora) de perseguição e até demissão de funcionários que se recusassem a trabalhar para os candidatos da situação, muitas vezes seus próprios chefes ou diretores;
4. a frequente não-utilização do concurso público para admissão de novos funcionários, sendo o critério mais costumeiro o uso do "pistolão", ou seja, a carta de recomendação de um político influente integrado ao grupo dominante, obtendo a vaga o candidato portador do "pistolão" mais forte.

Este último fator significa a reprodução e a manutenção de um corpo de funcionários "confiável"; em algumas empresas che

ga-se a pregar a ideologia da "grande família", onde todos teriam que lutar pelo bem-comum, mantendo-se, logicamente, a rígida estrutura hierárquica.

Apesar de que, em termos de Brasil, estes componentes não são, evidentemente, exclusivos do aparato estatal catarinense, no caso específico de Florianópolis, dado, como já colocamos, as características oligárquico-clientelísticas de que se reveste o poder político e pela importância proporcional do setor estatal na geração de empregos, em relação aos outros setores da economia (indústria, comércio, serviços), as relações ideológicas autoritárias têm um peso ainda muito forte na sociedade como um todo.

Queremos ressaltar que, quando mencionamos o setor estatal, estamos nos referindo à esfera municipal (até 1985) e à estadual. O serviço público federal e as autarquias, por não estarem diretamente subordinadas ao poder estadual, não funcionam necessariamente sob os mesmos padrões. Em alguns casos, inclusive, como, por exemplo, a Universidade Federal de Santa Catarina, tendem a funcionar parcialmente como contraponto desse bloco estatal-estadual, servindo como locus privilegiado onde surgem e se desenvolvem novas idéias e concepções contestatórias das relações autoritárias.

Em termos sócio-culturais, Florianópolis se mostra ambígua e polarizada. Se, por um lado, os valores predominantes são conservadores, havendo pouca abertura para transformações, observamos também a existência de focos libertários que colocam o questionamento e a possibilidade de modificação nos padrões culturais vigentes.

No aspecto da cultura política, percebem-se formas de atuação sumamente tradicionais, com poucas e excepcionais inovações, tanto na direita quanto na esquerda. Se, por um lado, a direita perpetua seu estilo clientelístico, de corrupção e uso da máquina partidária, alguns grupos políticos de esquerda, contém, por sua vez, fortes componentes de aparelhismo, centralização e de práticas verticais, impessoais e autoritárias. Apesar de que isso não seja também uma característica apenas do Estado, já que o autoritarismo está profundamente arraigado na vida política brasileira, percebe-se aqui uma ampla sedimentação desse autoritarismo e resistência até mesmo dos setores ditos "progressistas" em modificar os seus princípios para algo mais próximo da democracia radical.

É nesse contexto que valores libertários como os que norteiam os "novos" movimentos sociais, a saber "democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade,..."¹³ e que já começam a se fazer presentes em Santa Catarina, podem impactar a cultura política do Estado, introduzindo novas formas e expressões políticas.

2. Histórico do Movimento de Mulheres no Estado

Foi nossa pretensão, aqui, fazer um resgate histórico das manifestações mais importantes em termos da organização de mulheres no Estado de Santa Catarina. Para tal, convém ressaltar que por "movimento de mulheres" queremos abranger tanto os grupos que têm como eixo principal de luta o combate à opressão específica da mulher, quanto os grupos compostos exclusivamente

por mulheres, mas que não são necessariamente ligados às questões femininas "específicas".⁴ Entretanto, para que possamos compreender e situar o movimento de mulheres em Santa Catarina, faz-se necessário um breve histórico do movimento de mulheres no Brasil, isto é, como ele se origina e se desenvolve.

Início do Movimento de Mulheres no Brasil

O movimento de mulheres no Brasil surge no início do século, em torno das lutas pelo direito ao sufrágio feminino, que não havia sido assegurado pela primeira Constituição republicana de 1891. Esse movimento, que se poderia enquadrar no marco do feminismo liberal⁵, estava quase que limitado ao eixo Rio-São Paulo, contando com a participação basicamente de mulheres da elite, de classe média alta e de formação universitária, que usavam como estratégia principal o "lobby" para pressionar a classe dirigente, sem, contudo, questionar o sistema político oligárquico. Tendo sido um movimento sem respaldo popular, porque restrito ao nível das elites, não há qualquer registro de participação de mulheres de Santa Catarina na luta pelo sufrágio, que foi finalmente obtido em 1932, sob o primeiro governo de Getúlio Vargas.

Após essa vitória, o movimento de mulheres se desmobilizou, em parte por terem transformado o direito ao voto em um fim em si mesmo, em parte também por causa do golpe de Estado que se seguiu alguns anos depois (1937). Somente no final do Estado Novo e com a liberalização do País a partir de 1946, é que os movimentos de mulheres a nível nacional voltam a se rearticular.

Durante a Segunda Guerra, devido à escassez de alimen-

tos e à inflação, as mulheres em vários pontos do País se organizaram em "comitês de bairros", contra a carestia, os atravessadores e o mercado negro. Por outro lado, é fundado no Rio de Janeiro, junto à União Nacional dos Estudantes, o Comitê das Mulheres pela Anistia que, após a obtenção desta (abril de 1945), transforma-se no Comitê de Mulheres pela Democracia.

É dessa época também (2^a metade da década de 40) o surgimento das Ligas Femininas, cujas principais bandeiras seriam a campanha do "Petróleo é Nosso", contra a carestia, pela instalação de creches e contra a ida de soldados brasileiros à Guerra da Coréia.

Em 1949, o movimento de mulheres é integrado através da criação da FMB - Federação de Mulheres do Brasil, com a finalidade de "coordenar e unificar a ação das mulheres brasileiras na defesa de seus direitos, dos da criança, da juventude, por um futuro melhor para os seus".⁶

Com o golpe de Estado de 1964, a exemplo dos movimentos sociais em geral, a FMB e todos os grupos a ela vinculados foram severamente reprimidos e impedidos de funcionar, sendo completamente desarticulada sua estrutura de organização.

Há que se levar em consideração que no período acima analisado, em que existiu a FMB, apesar de todos os esforços, as conquistas globais visíveis da mulher brasileira foram muito pequenas. A única conquista significativa nesse período, ao nível formal, foi a obtenção do "Estatuto da Mulher Casada" em 1962, que modificava itens do Código Civil Brasileiro, datado de 1916, como o que colocava a mulher casada na categoria de relativamente incapaz, equiparada aos pródigos, silvícolas e menores púbe-

res.

Movimentos de Mulheres Pós-75

Em termos cronológicos, após o fechamento e desmobilização da Federação das Mulheres do Brasil em 1964, apenas onze anos depois surge outro movimento autônomo de mulheres no Brasil. Isso, entretanto, não se dá por acaso.

O ano de 1975, proclamado "Ano Internacional da Mulher" pela Organização das Nações Unidas, encontra o País num clima de distensão ou pré-abertura democrática, que se inicia com o Governo Geisel. Em julho daquele ano realiza-se na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, sob os auspícios da ONU, um ato público reunindo mulheres de diversas tendências político-ideológicas, porém predominantemente de esquerda.

Este encontro marca o reinício da mobilização do movimento de mulheres no País: são formados pouco tempo depois o Centro da Mulher Brasileira (CMB), no Rio, e o Movimento Feminino pela Anistia, a partir de São Paulo. São criados também dois jornais - o "Brasil-Mulher" e o "Nós Mulheres", sendo que o último representava uma linha mais voltada às questões específicas da mulher.

A princípio, estes grupos ainda se mantêm presos à tradição das antigas associações, centrando a luta nas questões mais gerais e mantendo formas verticais de organização. Com a liberalização do regime e a anistia decretada em 1979, que possibilitou a volta de militantes exiladas na Europa, entretanto, começam a surgir linhas mais radicais⁷, que passam a contemplar enfa

ticamente as questões consideradas "específicas", isto é, as questões "malditas" que até então eram boicotadas mesmo pelos setores de esquerda: sexualidade, contracepção, aborto, divisão de tarefas domésticas, ou seja, a redefinição dos papéis sexuais e a questão do patricarcado. É quando se dá o "racha" do pioneiro Centro da Mulher Brasileira, que não aceitava na época a qualificação de feminista e adotava uma organização bastante hierarquizada; contra essa posição se colocaram algumas vozes dissidentes que se desligaram do Centro e formaram outros grupos como o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro e o Grupo Ceres, mais ligados ao feminismo radical ou neo-feminismo, existente na Europa e nos Estados Unidos.

A partir daí, depois do impacto inicial causado pelas novas idéias, estas vão sendo rapidamente absorvidas e o movimento feminista começa a espalhar-se para fora do eixo Rio-São Paulo, onde, até então (1979), se concentravam quase todas as discussões e trabalhos sobre a questão da mulher. No início da década de 1980, já havia grupos feministas organizados na quase totalidade dos Estados brasileiros. Da mesma forma, outros grupos de mulheres começam a se articular: são grupos partidários, grupos ligados à Igreja Católica, clubes de mães, núcleos em sindicatos, em associações de bairros, universidades, entre outros.

Classificação dos Movimentos de Mulheres em Santa Catarina

O surgimento e desenvolvimento do movimento de mulheres em Santa Catarina se dá, como é fácil de supor, em sincronia com o conjunto do movimento de mulheres no Brasil, apesar da presen-

ça de características específicas relacionadas com as condições políticas, econômicas e sociais próprias do Estado, que já assinalamos.

Para efeito de análise, efetuamos uma sistematização dos principais movimentos de mulheres, aqui surgidos, sob o critério de serem grupos autônomos, ligados a partidos políticos ou ligados à Igreja Católica. Sobre o critério de classificação utilizado, ou seja, a existência ou não da autonomia dos grupos em relação a aparelhos e/ou instituições como partido político e Igreja, sua relevância reside no fato de contextualizar o surgimento do Núcleo de Mulheres do PMDB e situá-lo no universo dos movimentos de mulheres em Santa Catarina.

Ressalvamos que não vamos nos deter em descrições detalhadas sobre cada movimento, mas, no limite da disponibilidade de dados e informações, traçar um perfil da participação de cada um com suas principais características e objetivos.

Assim sendo, nosso levantamento indica o registro dos seguintes movimentos, por ordem cronológica:*

Autônomos:

Associação Catarinense de Mulheres (1951-1964)

Movimento Feminino pela Anistia (1977-1980)

Coletivo de Mulheres Amálgama (1981-1983)

Grupo Feminista Vivências (1981-1983)

Associação Profissional de Empregadas Domésticas de Santa Catarina (1981-....)

*Obs.: Levantamento feito até abril/86.

Associação de Donas de Casa de Florianópolis (1983-....)

Movimento no Feminino (Criciúma) (1985-....)

Associação Catarinense em Defesa da Mulher (1985-....)

Clubes de Mães (....)

Movimentos de Mulheres Rurais (início dos anos 80-...)

Vinculados à Igreja Católica

Movimentos de Mulheres Rurais (início dos anos 80-...)

Clube de Mães (...)

Partidários

Ação Democrática Feminina-ADF-(PDS) (1981-1983)

PMDB - Mulher (Núcleos de Mulheres do PMDB) (início dos anos 80-....)

Associação Catarinense de Mulheres

O primeiro grupo organizado de mulheres em Santa Catarina surge na década de 50, no contexto do movimento de mulheres a nível nacional que se articula a partir de 1946.

Tendo sido oficialmente fundada em 1951, a Associação Catarinense de Mulheres, com sede em Florianópolis, tinha como objetivo, segundo seus estatutos:

- "1. Organização das mulheres na defesa de seus direitos políticos, sociais, econômicos e jurídicos.
2. Proteção da saúde pública, especialmente da infância e juventude.
3. Proteção ao Lar, combate ao alto custo de vida e garantia dos direitos de família, sobretudo no que concerne à criança".

Os estatutos previam também a forma de organização, com a tradicional divisão de cargos entre Presidente, 1^a e 2^a Secretárias, Tesoureira e Conselho Fiscal, além da questão financeira da Associação, a qual, sendo autônoma, dependia primordialmente de mensalidades pagas pelas associadas, além da arrecadação de contribuições através de festas, conferências, campanhas públicas, etc...

Desde o início vinculada à Federação das Mulheres do Brasil, a Associação Catarinense de Mulheres, a exemplo das demais entidades em todo o país ligadas à FMB, incluía em suas atividades, como podemos perceber por seus objetivos, a discussão e a reivindicação por direitos que diziam respeito à mulher como creches, paridade salarial e outros, sem, entretanto, fugir ainda da visão tradicional do papel da mulher dentro da família. Por outro lado, participavam também das grandes campanhas gerais da FMB, como a luta contra a carestia, pela paz (contra a utilização de armas atômicas, preocupação já daquela época ...), contra a ida dos soldados brasileiros à Coréia e na campanha pelo controle nacional-estatal do petróleo.

Algumas das mulheres que participavam da Associação eram também ligadas ao PCB (já então clandestino), como a professora Eglê Malheiros, por sua vez, uma das fundadoras do Grupo Sul, círculo de intelectuais catarinenses que constituía a vanguarda artística e literária local, na época; mesmo negando a vinculação ao Partido, declaram que o movimento de mulheres foi muito impulsionado por ele.

Com altos e baixos, contando com um número variável de participantes que oscilava entre vinte e cinquenta mulheres, a

Associação resistiu até os anos 60, quando, com o golpe militar de 64, como já vimos anteriormente, a Federação de Mulheres do Brasil e os grupos a ela ligados foram reprimidos pelo regime militar autoritário que se instaurou no País.

Movimento Feminino pela Anistia em Santa Catarina

No final de 1977, um grupo de mulheres em Florianópolis forma a seção local do Movimento Feminino pela Anistia, conectado a esse movimento no âmbito nacional. Os motivos individuais para participar desse tipo de movimento não eram os mesmos para todas as mulheres, mas a maioria delas era ligada diretamente, por relações de parentesco ou amizade, a presos políticos catarinenses; outras (em número bem menor), tinham razões mais ideológicas: já haviam participado elas mesmas de partidos e movimentos de oposição ao regime e viam no movimento um canal importante de expressão e reivindicação. Para algumas, os dois motivos se sobrepunham - tanto eram parentes ou amigas de presos como tinham também militância política anterior. Nesse caso, porém, a razão que se colocava como mais forte referia-se ainda aos laços afetivos com presos políticos.

O grupo contava com a participação fixa de sete a oito mulheres, havendo, entretanto, a participação inconstante e variável de um número maior de mulheres; tinha um funcionamento de caráter informal, embora de acordo com o depoimento de uma ex-participante "mais por cobrança dos órgãos de imprensa e para ter alguém que representasse o grupo em aparições públicas", essa participante, que na época era casada com um conhecido preso político catarinense, o qual era membro do Comitê Central do Par

tido Comunista Brasileiro, foi escolhida pelas outras componentes do MFA como presidente do grupo. Segundo ela, muitas mulheres do grupo tinham medo de se expor em função da possibilidade de represálias - no emprego ou mesmo na família. As únicas que não teriam muito a perder seriam as mulheres dos presos políticos, que, por sua ligação direta com eles, já estariam "marcadas" pelos órgãos de repressão. Outro problema apontado pela mesma participante seria o medo e o constangimento de falar em público, qualificado por ela como "handicap" tipicamente feminino.

Além dessas dificuldades, as componentes do MFA sofriam restrições e boicotes por parte de alguns setores de esquerda, que ora as encaravam com certo paternalismo, ora com certo desdém, até o limite que se constituiu na acusação feita pela diretoria do DCE (Diretório Central dos Estudantes) na época, que via a anistia como uma "conquista burguesa".

Além das atividades relacionadas a seu objetivo maior, já explícito no seu próprio nome, o Movimento Feminino pela Anistia chegou a promover em dois anos seguidos (1978 e 1979) as comemorações referentes ao 8 de março, Dia Internacional da Mulher, com palestras e discussões.

Embora durante a sua existência tenha-se cogitado a abertura de núcleos do MFA no interior, principalmente em Criciúma e em Lages, ele ficou restrito ao grupo de Florianópolis, apesar de que sua atuação ultrapassasse inclusive as fronteiras do Estado, pelo fato de que muitos presos políticos catarinenses encontravam-se encarcerados em Curitiba, sede da Jurisdição Militar a que pertence Santa Catarina.

Com a decretação da anistia em 1979, o Movimento come-

ça a se esvaziar. As que permaneceram, pensavam em continuar o grupo, fazendo um trabalho com mulheres da periferia, mas a idéia não chegou a ser amadurecida. A discussão sobre temas específicos da mulher era ainda muito incipiente no grupo, apesar de que tinham consciência de que certas dificuldades por elas encontradas durante a existência do MFA se devia ao fato de constituírem um grupo composto unicamente por mulheres.

Tendo o grupo se extinguido no início de 1980, apenas uma de suas ex-componentes vincula-se ao primeiro grupo feminista de Florianópolis, o Coletivo de Mulheres Amálgama, que surge um ano mais tarde.

O Movimento Feminista Chega a Santa Catarina: Coletivo de Mulheres Amálgama e Grupo Feminista Vivências

O primeiro grupo feminista em Santa Catarina surge em Florianópolis em 1981, com um caráter de grupo de autoconscientização fechado, constituído por mulheres universitárias. Preocupado basicamente em discutir a questão do resgate da identidade feminina de acordo com os parâmetros feministas e a partir das experiências pessoais de suas componentes, o grupo não assumiu atividades externas de divulgação mais ampla do feminismo. No final de 1982, porém, o Coletivo entra em processo de desgaste e esvaziamento, acabando por extinguir-se no início de 1983.⁸

O outro grupo feminista - Vivências - também surge em Florianópolis, em outubro de 1981. Apesar de que a metade do grupo fosse constituído por mulheres ligadas ao PMDB, estas sentiam na época que não havia espaço dentro do partido para as questões

específicas da mulher. O grupo contava também com a participação de duas ex-integrantes de grupos feministas de outros Estados, além de algumas militantes do PT.

Diferentemente do Amálgama, que tinha uma dinâmica fechada, o Vivências mantinha uma prática mais voltada para atividades fora do grupo, de divulgação do pensamento e do próprio movimento feminista, fazendo denúncias e comemorações como as do Dia Internacional da Mulher (em 1982 e 1983). Houve, por outro lado, muita preocupação do grupo em manter contato com o movimento feminista a nível nacional, principalmente com Rio e São Paulo e a participação em encontros nacionais de feministas. Dentro desse espírito, o grupo assumiu, em condições precárias, a venda e distribuição do único jornal feminista nacional dos anos 80, o "Mulherio", editado em São Paulo.

O grupo ocupou também alguns espaços na imprensa, pelo fato de que o feminismo era considerado algo "exótico" logo que surgiu em Santa Catarina; assim sendo, suas componentes foram entrevistadas várias vezes pelos canais de televisão e jornais locais, escrevendo ocasionalmente alguns artigos para o jornal "O Estado".

No final de 1983 o grupo desapareceu, em parte pelo desgaste da campanha eleitoral de 1982, que havia provocado uma profunda reciclagem dos seus membros, em parte também por uma crise de liderança no grupo, já que nenhuma das componentes remanescentes sentia-se à vontade para assumir a liderança.

Um dado importante, já mencionado parcialmente, é que ao contrário do Coletivo de Mulheres Amálgama, as componentes do Grupo Feminista Vivências tinham em geral du-

pla ou até tripla militância, acumulando, além do feminismo, a participação em partidos políticos (PMDB e PT), em sindicatos e outras associações. Assim, em 1982, sai como candidata a vereadora, Clair Castilhos Coelho, ativa militante ligada à ala esquerda do PMDB e, por outro lado, integrante do Vivências. Apesar de que sua campanha não enfatizasse apenas as questões da mulher, serviu, de qualquer maneira, para divulgar alguns aspectos do pensamento feminista. Eleita com uma margem de votos considerada boa para uma estreante em pleitos eleitorais, Clair Castilhos tornou-se a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores de Florianópolis.

Paradoxalmente, porém, o fato de uma feminista ter sido eleita vereadora, não impediu que o movimento feminista autônomo desaparecesse em Florianópolis. No final de 1983, com apenas cinco participantes, o Vivências se desfez, não surgindo até o momento (1986) novos grupos no Estado que se assumam como feministas.

Associação Profissional de Empregadas Domésticas de Santa Catarina

Incluimos este grupo na categoria de movimentos de mulheres pelo fato de não ser esta uma associação de classe qualquer; a questão de subalternidade da empregada doméstica está simultaneamente ligada à questão de classe e à de gênero, pois, apesar de que a categoria não seja somente constituída por mulheres, elas são a esmagadora maioria. Isto é decorrente da divisão tradicional entre público e privado em relação ao trabalho, que gera a desvalorização do trabalho doméstico, fazendo com que a luta das empregadas pelo reconhecimento dos seus direitos vá a-

lém de uma simples questão sindical.

Não tendo assegurado direitos como férias de trinta dias, jornada de trabalho de oito horas, piso salarial, descanso remunerado, pagamento do aviso prévio e Fundo de Garantia por tempo de Serviço, nem a regulamentação da profissão, as domésticas têm-se organizado em todo o Brasil para que suas reivindicações sejam finalmente levadas em consideração.

Em Santa Catarina, antes do surgimento da Associação Profissional, já existia uma outra entidade, a Associação de Empregadas Domésticas Santa Zita, vinculada à Igreja Católica, que, entretanto, mantinha um caráter meramente assistencial e recreativo. Essa antiga Associação, que foi fundada em 1942 por um grupo de religiosos, teria como objetivo primordial "a proteção da doméstica no sentido espiritual", isto é, religioso e moral. Sua atuação prática, contudo, tem-se limitado à realização de festas e chás periódicos congregando as domésticas, além de outras atividades de cunho assistencialista.

Em 1980, um grupo de domésticas que pertenciam à Associação Santa Zita e que reconheciam suas limitações, participaram do V Congresso Nacional de Empregadas Domésticas no Rio de Janeiro. Voltando de lá, resolvem formar uma nova entidade que seria a Associação Profissional de Empregadas Domésticas de Santa Catarina, com um caráter pré-sindical, visando o reconhecimento da categoria e para atuar na defesa dos interesses das domésticas em questões trabalhistas. Essa Associação é registrada em 15 de novembro de 1981.

Atualmente, cerca de 130 domésticas compõem a Associação, que se encarrega de trazer e divulgar em Santa Catarina as

discussões e debates que se fazem a nível nacional sobre a situação concreta dessas mulheres, e também acerca das propostas e projetos de lei que intencionam modificar, ao menos parcialmente, esta situação.

Associação de Donas-de-Casa de Florianópolis

Esta organização guarda certa semelhança com os movimentos de mulheres que existiram entre 1946 e 1964, por se caracterizar não por um questionamento da situação da mulher, mas tendo como objetivo basicamente a luta contra o alto custo de vida e pelos direitos do consumidor, mormente no que diz respeito a gêneros alimentícios e bens de primeira necessidade.

Tendo sido formada em setembro de 1983, por mulheres pertencentes à classe média, a Associação de Donas-de-Casa tem organizado e participado de reuniões, seminários, debates, atos públicos, manifestações e campanhas de boicote ao consumo de determinados produtos como carne, trigo, etc... O número de participantes permanentes é pequeno, estando na média de quatro a cinco mulheres.

Movimento no Feminino

Grupo surgido em Criciúma em junho de 1985, sendo, portanto, de formação muito recente, é composto por cerca de sete mulheres de nível universitário. Sendo o primeiro e único grupo de mulheres daquela cidade, esse movimento tenta abarcar as questões mais importantes que dizem respeito à condição feminina, desde um enfoque que pode ser visto como feminista, apesar de que

o grupo não se coloca como tal. Uma de suas principais atividades é a utilização de um espaço de uma hora e meia numa rádio local, onde semanalmente o grupo é responsável por um programa dirigido a mulheres, abordando assuntos como saúde da mulher, sexualidade, violência e outros.

Associação Catarinense de Defesa da Mulher

Grupo também de criação muito recente, que surge em Florianópolis no final de 1985. Tendo-se originado a partir de denúncias de diversos casos de violência contra mulheres, essa Associação é formada basicamente por universitárias. Negam explicitamente qualquer vinculação com o feminismo, apesar de que seus princípios e sua linha de conduta têm alguns pontos de semelhança com o que se classifica de feminismo marxista⁹, sendo muito alta a participação de militantes trotskistas na cúpula da Associação.

Movimentos de Mulheres Vinculadas à Igreja Católica

A Igreja Católica, no Brasil, através principalmente da CNBB, exerceu um papel muito importante durante o regime militar como resistência não-violenta e de proteção aos direitos humanos. É, entretanto, a "opção preferencial pelos pobres", princípio de orientação do setor mais progressista da Igreja, que define as novas formas de mobilização e organização popular, as quais, apesar de se originarem de experiências anteriores ao golpe de 1964, vão-se fortalecer no período de maior repressão do regime, a partir de 1969. Estas novas formas de organização,

ou seja, as comunidades eclesiais de base (CEBs) foram rapidamente disseminadas por todo o País, com predominância no meio rural.

Em Santa Catarina, principalmente na região Oeste do Estado, a influência das CEBs faz-se sentir na crescente mobilização dos trabalhadores rurais, tendo como eixo a Diocese de Chapecó e seu bispo, Dom José Gomes, presidente nacional da Pastoral da Terra. Nesse município, mais precisamente no Distrito de Itaberaba é que tem início, entre 1981 e 1982, uma organização de mulheres trabalhadoras rurais. A partir de reuniões "de base" com membros do clero, lideranças rurais e do Partido dos Trabalhadores (PT), um grupo de mulheres agricultoras mobiliza-se para reivindicar o direito de sindicalização que até então lhes era vetado.

Com a vitória da chapa de oposição nas eleições para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Chapecó, no final de 1982, e sua posse em fevereiro de 1983, o movimento começa a ganhar força e se expande, conseguindo o direito de sindicalização para as agricultoras e colocando outras das suas reivindicações, que dizem respeito à conquista dos benefícios da Previdência Social, como assistência médica e aposentadoria, além de salário-família e salário-maternidade, com que não são contempladas, por não serem reconhecidas oficialmente como agricultoras, direito reservado apenas ao "chefe da família".

A data de 1º de maio de 1983 marca um momento importante, quando 28 mulheres reuniram-se em um pavilhão comunitário em Itaberaba, com a presença de religiosos e agentes pastorais ligados à Diocese, que coordenaram e registraram o Encontro. A par

tir daí, o movimento se amplia, do Núcleo de Itaberaba para o resto do município, sendo este dividido em sete setores, com duas coordenadoras em cada setor.

Em 8 de março de 1984, Dia Internacional da Mulher, o movimento faz sua primeira manifestação pública, reunindo em torno de quinhentas mulheres em Itaberaba. Em 1985 e 1986 elas voltaram a comemorar o 8 de março, com respectivamente 2.000 e 3.000 mulheres, sendo o último no Seminário Diocesano de Chapecó. Nas três comemorações houve missas, encenações, almoços comunitários e tribunas livres; os temas em geral ficaram em torno das lutas dos agricultores como "as barragens", "os sem-terras", "os direitos das mulheres agricultoras", mas introduzindo também questões específicas, como o tema do aborto, que foi discutido em 1985, sob, porém, o ponto de vista da moral católica.

A forma pela qual a Diocese de Chapecó organiza e orienta esse movimento se dá principalmente através de um dos seus órgãos, o SAI - Serviço de Apoio e Informação. Uma agente pastoral e uma freira que trabalham nesse órgão são as coordenadoras e orientadoras teóricas do movimento, coletando informações que repassam às agricultoras através de textos impressos e cartilhas e, por outro lado, organizando as atividades de seus encontros e reuniões.

Os textos básicos utilizados são muitas vezes reproduzidos de trabalhos feitos em outras comunidades de base, principalmente do Rio Grande do Sul, englobando exortações bíblicas misturadas a dados sobre sindicalismo, distribuições de renda no país, reforma agrária, etc...

Sobre a posição das componentes do movimento em rela-

ção à sua situação específica enquanto mulheres, percebe-se muitos pontos contraditórios. Em entrevistas dadas a jornais e a nós oralmente, algumas das agricultoras (e também os textos distribuídos pelo SAI) se referem constantemente ao "machismo": "Há toda uma tradição de que a mulher é pra(sic) cozinha e pra cuidar das crianças. O machismo é um costume antigo. Falta orientação e instrução para enfrentar os problemas. As mulheres não são ouvidas. As mulheres desconhecem os seus direitos" (Texto impresso pelo SAI a partir do registro de um encontro das agricultoras em 2 de junho de 1983). Em entrevista publicada no jornal "Diário da Manhã" de Chapecó em 29/03/85, Clementina Lourdes Dalchiavon, uma das líderes do movimento, declara que a principal dificuldade tem sido "enfrentar o machismo", que ela acreditava, entretanto, ser passageiro: "Um dia a gente chega lá e vamos colocar as coisas no devido lugar". Contudo, em várias entrevistas e depoimentos, as porta-vozes do movimento se apressam a dizer que sua luta "não é contra os homens, mas pela valorização da mulher". O comportamento dos homens é atribuído ao "capitalismo", sem maiores explicações.

Quanto ao feminismo, há uma ampla rejeição e confusão sobre a própria significação do termo, que se pode verificar nas declarações dadas ao jornal "O Estado", de que o movimento não teria "qualquer identificação com o feminismo contestatório" ... das décadas de 1960/70",¹⁰ Por outro lado, em depoimento oral, Clementina Dalchiavon e Orlandina Cella, duas líderes entre as agricultoras, se referiram ao feminismo como sendo "coisa das mulheres do PMDB", ou seja, o movimento das mulheres do PMDB em Santa Catarina, que será analisado no último segmento desse capítulo, é confundido (não só por elas) com o feminismo autônomo.

A orientação católica transparece nas afirmações sobre os objetivos do movimento, que se constituiriam na "verdadeira libertação da mulher, não a falsa libertação, a libertação sexual"; enfatizam também a diferença dos padrões e comportamentos das jovens mulheres urbanas, as quais, segundo seus critérios, não devem servir de modelo às mulheres rurais.¹¹

O movimento, entretanto, tem conseguido uma expansão e uma abrangência cada vez maior, abarcando atualmente vários municípios da região Oeste e realizando manifestações e atividades conjuntas com mulheres agricultoras de outros Estados, principalmente do Rio Grande do Sul e Paraná. Somente em Chapecó, o número de agricultoras já sindicalizadas (apesar de que os dados não sejam precisos), gira em torno de duas mil mulheres, em apenas três anos de organização. No primeiro semestre de 1986 uma delegação de mulheres agricultoras do Oeste catarinense esteve em Brasília para levar diretamente aos ministros da Previdência Social e do Trabalho as suas reivindicações, sendo a mais importante o seu próprio reconhecimento enquanto categoria profissional.

Clubes de Mães

Um outro tipo de organização de mulheres levantado em nossa classificação, constitui-se nos clubes de mães. Para nossa análise, que leva em consideração o enquadramento dos grupos na categoria de movimentos, citamos dois tipos de clubes de mães existentes em Santa Catarina: os vinculados à Igreja Católica e os autônomos. Na realidade, os clubes de mães se afiguram como uma das mais tradicionais formas de organização feminina no Bra-

sil, sendo que, além dos dois tipos acima mencionados, existem os clubes de mães criados e mantidos pelo Estado através de alguns de seus órgãos como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a ACARESC (mais no meio rural), os Departamentos de Saúde e Bem-Estar Social de algumas Prefeituras, além de outros. Não consideramos, porém, este último sub-tipo como "movimentos", por sua ligação e tutela do Estado, e seu caráter majoritariamente assistencialista, apesar de que haja exceções, como é o caso da Prefeitura Municipal de Florianópolis, onde está-se tentando um trabalho mais alternativo em relação aos clubes de mães.

Não há nenhum trabalho que indique com maior precisão o número e a abrangência dos clubes de mães em Santa Catarina. Sabemos, entretanto, que os clubes de mães autônomos são extremamente minoritários nesse universo.

Em relação aos clubes de mães vinculados à Igreja Católica, estes têm-se desenvolvido concomitantemente às CEBs, atingindo principalmente mulheres das periferias urbanas.

Os questionamentos que se colocam ao trabalho de mobilização das mulheres por parte da Igreja se referem ao caráter da sua orientação, que é baseada tanto na visão progressista da Teologia da Libertação, quanto na ortodoxia católica, no que diz respeito à família. De acordo com isso, "os clubes de mães promovem a participação da mulher na vida comunitária, mas, ao mesmo tempo, reforçam sua permanência nos papéis tradicionais de mãe e esposa" (Barroso, C. 1982, p. 155). Segundo pesquisa efetuada por Jane Chiriac e Solange Padilha (citada por C. Barroso), em clubes de mães em Osasco, São Paulo, os interesses das mulheres estariam "submetidos aos da Igreja enquanto instituição, difícul

tando a conscientização da opressão a nível da estrutura familiar, necessária, juntamente com a conscientização de classe, para uma perspectiva de libertação".

Assim sendo, fica como questão a ser resolvida a contradição que se manifesta no fato de uma instituição patriarcal e hierarquizada como a Igreja Católica apoiar ou articular movimentos de emancipação das mulheres, já que, apesar de que os seus setores mais progressistas e os mais conservadores divirjam completamente em relação à noção de Libertação e Salvação e à questão de classe, no que toca aos preceitos sobre a moral e a família, essas alas da Igreja se colocam de forma semelhante, refletindo uma visão tradicionalista dos papéis sexuais e reforçando o controle sobre a mulher, notadamente acerca das questões que envolvem a reprodução e a sexualidade.

Movimentos Partidários de Mulheres em Santa Catarina

a) A Ação Democrática Feminina (ADF-PDS)

A ADF, que existiu por um breve lapso de tempo, e que não chegou a configurar-se em um órgão partidário influente dentro do PDS catarinense, foi criado no período imediatamente anterior às eleições de 1982, com o objetivo tácito de servir de veículo a candidaturas femininas do partido situacionista. A inspiração para sua criação partiu do então candidato a senador e ex-governador, Jorge Bornhausen, que convidou algumas mulheres com certa liderança em cargos públicos estaduais mas, na maioria, sem experiência político-partidária prévia, para organizar a ADF.

Na tentativa de se implantar como um tipo de departamento feminino, voltado, entretanto, mais para os interesses eleitorais imediatos, estimulou-se uma ampla "campanha" de filiação à ADF, utilizando os canais já costumeiros para o partido governista, de obrigar o funcionalismo estadual a assinar as fichas do PDS, sob pena de perderem seus empregos, ou, no mínimo, ficarem malvistas no seu setor de trabalho.

Dessa forma, a ADF conseguiu em pouco tempo em torno de sessenta mil filiações de mulheres em todo o Estado, o que não correspondia, entretanto a uma real participação e influência feminina no partido.

Após as eleições de 1982, contudo, ela se esvazia e se extingue, sem ser substituída por nenhum outro órgão similar no PDS.

b) O PMDB - Mulher

O PMDB - Mulher, o outro grupo partidário de mulheres existentes em Santa Catarina, tem uma origem diferente da ADF. Como grupo informal de mulheres dentro do partido, ele surge no início dos anos 80, tendo havido a confluência de vários elementos na sua formação e organização. Um destes elementos foi a criação, a partir de 1980, do "Movimento de Mulheres de Santa Catarina", que na verdade se constituía numa comissão de representantes femininas de seis ou sete entidades como OAB, UCE (União Catarinense dos Estudantes), DCE/UFSC (Diretório Central dos Estudantes), APUFSC (Associação dos Professores da UFSC), Comissão de Justiça e Paz, SIMESC (Sindicato dos Médicos), além de representantes dos partidos políticos de oposição na época, ou seja, o PMDB, o PDT e o PT.

A função desse "Movimento" seria principalmente o de promover eventos, tais como encontros estaduais e a comemoração de datas como o 8 de março.

É interessante observar que esta comissão se forma exatamente num vácuo, numa época em que não havia nenhum grupo organizado de mulheres funcionando, mas apenas embriões ou potencialidades. Como vimos anteriormente, o Movimento Feminino pela Anistia se extingue no início de 1980, por ter alcançado o seu objetivo primordial, ou seja, a concessão da anistia aos presos políticos e por não se ter repensado como grupo, ou não ter conseguido estruturar outros objetivos que o mantivessem coeso e em atividade. Por outro lado, os grupos feministas em Santa Catarina surgem apenas a partir de 1981. Assim, o "Movimento de Mulheres de Santa Catarina" ocupava esse espaço deixado em aberto.

Uma das principais mentoras e coordenadora do "Movimento" desde a sua criação em 1980, até seu esvaziamento em 1982, era a assistente social Anita Pires, ao mesmo tempo ativa militante do PMDB.

Remanescente do antigo MDB, onde havia ingressado em 1967, isto é, um ano após sua fundação, e sendo a primeira mulher no partido em Santa Catarina a ocupar um cargo na Executiva Estadual (a partir de 1979, já no PMDB), Anita teve uma trajetória marcada por uma participação precoce na política.

Líder estudantil desde o Curso Secundário e vice-presidente da UCE (União Catarinense dos Estudantes), quando já cursava a Faculdade de Serviço Social em Florianópolis, ela era também ligada ao trabalho popular da Igreja Católica e à AP (Ação Popular), grupo político cristão de esquerda. Presa em 1964, no

período imediatamente após o golpe militar, ela só conseguiu ficar livre dos inquéritos em dezembro daquele ano.

Radizando-se em Itajaí, a partir de 1967, Anita Pires ingressa, como já mencionamos, no MDB, dando continuidade, por outro lado, ao seu trabalho com entidades católicas, agora já sob a forma de comunidades eclesiais de base. É nesse trabalho que se deram seus primeiros contatos com a questão da mulher, pois segundo ela pôde constatar, "na periferia quem mais sofre é a mulher". Concorreu também para isso o fato de que as CEBs têm, em geral, uma participação majoritária de mulheres.

Apesar de não ter tido, previamente, leituras de formação feminista, como Simone de Beauvoir ou mesmo de Cármen da Silva, muito popular através de seus artigos na revista "Cláudia", Anita acompanhou, pelos jornais, os trabalhos de Conferência Mundial das Mulheres de Copenhague em 1980, que marcou o meio da Década da Mulher instituída pela ONU para o período de 1975-1985.

Com esse "background" e já como primeiro membro feminino da Executiva Estadual do PMDB, para a qual teria sido convidada em função justamente do seu trabalho na periferia, Anita Pires foi uma das mulheres que imaginou a convocação da comissão de representantes de entidades para a organização de um primeiro Encontro de Mulheres em Santa Catarina. Para a convocação, ela utilizou-se de dados extraídos dos resultados da Conferência de Copenhague, que evidenciavam a discriminação sofrida pelas mulheres em todos os países, mas, principalmente, no Terceiro Mundo.

Assim, o I Encontro da Mulher Catarinense realizou-se em Itajaí num domingo, dia 19 de outubro de 1980, com uma partici-

pação estimada de quinhentas mulheres. Para tal, houve a colaboração não só das entidades referidas, que faziam parte da comissão organizadora, mas, de forma imprescindível, a contribuição da Igreja Católica na convocação da maioria das participantes, a través dos seus movimentos de base. Por estar ligada a estes movimentos e a segmentos da Igreja, Anita Pires conseguiu, na época, o seu comparecimento ao Encontro.

O desenvolvimento dos trabalhos no Encontro se deu através da colocação de três temas básicos por meio de palestras, a saber, "A Mulher e o Trabalho", "A Mulher e a Saúde" e "A Mulher e a Sociedade". Depois das palestras, as mulheres foram subdivididas em grupos de discussão, onde foram debatidas essas questões.

As conclusões do Encontro de Itajaí deixam claro que, por se tratar do primeiro evento dessa natureza em Santa Catarina e pelo fato de que os debates sobre a questão da mulher se apresentavam num estágio muito incipiente no Estado (e mesmo no resto do País), havia ainda contradições e inconsistências nas propostas. Exemplo disso está na observação do Relatório Final, o qual salienta que "A luta pela plena igualdade da mulher não pode converter-se em causa de desconsideração à mulher, nem significa perder os hábitos de respeito pela mulher. Não podemos aceitar que se confunda igualdade com grosseria, nem liberdade com libertinagem. Os hábitos de cavalheirismo, cortesia, urbanidade devem ser incentivados e essa é uma tarefa de todos: escolas, pais, organizações de massa, sindicatos, partidos políticos, etc..." (grifos nossos).

Além disso, por ter sido coorganizado por movimentos li

gados à Igreja Católica, não houve espaço para discussões que atingem os dogmas e a moralidade cristã, como a questão do aborto e da própria sexualidade. Sobre este último tema, aliás, houve manifestações na Plenária Final para que fosse discutido; ficou estipulado, então, que para o próximo encontro, que se realizaria no ano seguinte, "a questão da sexualidade feminina, prejudicada pela dupla opressão que ela sofre: no trabalho e na estrutura social" constaria da pauta.

O 2º Encontro da Mulher Catarinense realizou-se em Chapecó em outubro de 1981, exatamente um ano depois do primeiro. Esse Encontro, entretanto, foi precedido por uma comemoração do 8 de março na Câmara de Vereadores em Florianópolis, montada por elementos pertencentes à Comissão de representantes, havendo ativa participação de mulheres ligadas à Universidade. Não teve uma audiência muito grande, mas o evento foi significativo no sentido de tentar retomar a questão da mulher.

Entretanto, as mulheres vinculadas ao PMDB que já mantinham ligações entre si desde o ano anterior, começaram a se reunir com mais frequência, principalmente na Capital. Sendo a maioria delas profissionais universitárias, algumas já tinham tido contato com o feminismo, seja através de leituras de textos, artigos ou livros, ou por terem participado de encontros e debates no eixo Rio-São Paulo.

A criação da representação estadual da Fundação Pedroso Horta (órgão de estudos do PMDB) em Santa Catarina, em setembro de 1981, foi também outro fator importante de estímulo aos debates, porque incorporava várias mulheres (algumas feministas, inclusive) como membros e na Diretoria.

Estes e outros fatos criaram um clima propício à organização do 2º Encontro da Mulher Catarinense, desta vez, no Oeste do Estado, no Seminário Diocesano de Chapecó.

Como o anterior, este Encontro foi organizado pelas mesmas entidades e outras, como ALISC (Associação dos Licenciados de SC), CEBES (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde), Sociedade Catarinense de Sociologia, além dos partidos políticos (PDT, PP, PMDB e PT). Os temas da pauta foram praticamente os mesmos do 1º Encontro, só incluindo um histórico da situação da mulher em Santa Catarina; a sistemática também foi idêntica, constante de palestras pela manhã e grupos de discussão à tarde, com uma plenária de encerramento. Compareceram 350 mulheres, principalmente agricultoras e donas-de-casa de baixa renda, ligadas às comunidades eclesiais de base e aos clubes de mães vinculadas à Igreja.

Neste 2º Encontro, as questões específicas não puderam ser aprofundadas, até porque tendo-se apenas um dia, o tempo era escasso e os grupos grandes demais para permitir discussões mais intimistas. Falou-se um pouco sobre a violência contra a mulher, sobre a dupla jornada de trabalho, a falta de creches e sobre a reprodução da discriminação, perpetuada através da educação das crianças. Não houve condições, entretanto, de se abordar a contento as questões sobre anticoncepção e sexualidade. As mulheres nos grupos chegaram a manifestar interesse por estes últimos temas, mas a presença de alguns homens e de várias religiosas intimidou a livre expressão sobre esses assuntos específicos.

Um dos incidentes do Encontro ficou por conta de integrantes do então partido clandestino MR-8, que pretendiam tirar uma Comissão para a criação da "Federação das Mulheres" a nível nacional. Não conseguiram, porém, o seu intento e se retiraram.

Outro fato a mencionar foi a imposição por parte de religiosos da Diocese de Chapecó, onde se realizava o evento, de que as feministas que participavam da organização do Encontro não veiculassem publicações ou se referissem à questão do aborto, chegando a haver um pequeno contratempo em função disso. Esta ocorrência, entretanto, contribuiu para que algumas das pessoas que tinham posições definidas a este respeito se reunissem em Florianópolis e viessem a formar o Grupo Feminista Vivências.

As propostas finais enfatizavam, em maior escala do que o 1º Encontro, as questões "gerais" em detrimento das "específicas", não questionando o papel tradicional das mulheres dentro da família, ou atribuindo a opressão da mulher somente à "estrutura social capitalista".

É importante ressaltar que a ambos os Encontros compareceram vários detentores de cargos políticos do PMDB (no 1º) e do PMDB e do ex-PP (no 2º). Jaison Barreto e Pedro Ivo Campos, lideranças do PMDB, ficaram "impressionados" com a capacidade de mobilização havida nos encontros.

Tendo sido tirada uma proposta de que o 3º Encontro fosse realizado em Criciúma, Sul do Estado, em 1982, este, contudo, não chegou a acontecer. Pelo fato de que 1982 era um ano eleitoral muito importante, pois haveria eleições a nível municipal, estadual e federal, consagrando também a volta dentro ainda do regime militar das eleições diretas para governadores de Estado, a questão dos Encontros de Mulheres se tornou um assunto delicado dentro do PMDB.

O então presidente do partido, Pedro Ivo Campos, chamou a atenção das lideranças femininas do PMDB, como Anita Pires, Te rezinha Carneiro (vereadora de Lages e esposa do então prefeito,

Dirceu Carneiro), Maria Schirlei Donato (2^a suplente do Senador Jaison Barreto) e Clair Castilhos (professora universitária de Florianópolis) para o fato de que elas estavam "perdendo tempo"; segundo ele, elas estariam deixando o trabalho com as mulheres "muito solto", propenso a ser aproveitado por outros partidos. Já que, de acordo com seus argumentos, o PMDB colaborava na organização dos Encontros com dinheiro, passagens e mão-de-obra, teria que ter um retorno para esse "investimento". Pedro Ivo e outros líderes começaram, assim, a pressionar para que o trabalho de mobilização fosse canalizado para o PMDB.

Segundo Anita Pires, elas resistiram a essa idéia, mas, por outro lado, temiam a concorrência de uma candidata do PDT ao governo do Estado, Lygia Doutel de Andrade, que foi, historicamente, a única deputada federal por Santa Catarina (nos anos 60), sendo cassada posteriormente. Lygia, que tinha ainda bastante prestígio, apesar de não ameaçar nem de longe as candidaturas ao Governo do Estado do PDS e do PMDB, representava o perigo de que um outro partido, que não o PMDB, capitalizasse o produto da incipiente organização de mulheres no Estado.

Anita reconheceu posteriormente que esta atitude foi "uma bobagem", porque "haveria como denunciar a manipulação eleitoral da mulher" (no caso de outros partidos).

De qualquer forma, a idéia de montar um novo encontro "suprapartidário" em Criciúma foi abandonada. Ao invés disso, e porque, de acordo com Anita, "as lideranças que levavam o movimento suprapartidário estavam todas dentro do PMDB" e também porque estavam notando que "o canal de mobilização das mulheres era o partido", se fez em abril de 1982 o Encontro Estadual de

Mulheres do PMDB, que teve como tema básico "A Mulher nas Lutas Populares".

A partir daí, a organização partidária das mulheres dentro do PMDB começa a tomar corpo. No Encontro em Blumenau, se elaborou uma lista de 95 candidaturas femininas ao cargo de vereador em vários municípios do Estado. Sentiram também, nesse encontro, que era possível pensar na criação de Núcleos de um "Movimento Estadual de Mulheres do PMDB".

A mobilização partidária das mulheres no PMDB, de acordo com essa lógica, teve um resultado concreto nas eleições de 1982: das 95 candidatas a vereadora lançadas em todo o Estado, 26 conseguiram eleger-se, entre elas a feminista Clair Castilhos, primeira e única mulher a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Florianópolis.

Nenhuma mulher conseguiu eleger-se como prefeita pelo PMDB, tendo havido uma única vice eleita no município de Caçador. Contudo, a grande maioria das eleitas em 1982 no Estado, com raras exceções, como é o caso de Clair, não contribuíram para o crescimento e organização do PMDB-Mulher em Santa Catarina.

Assim, informalmente ainda, esse Movimento (que mais tarde adotará o nome de PMDB-Mulher) surge no final de 1982.

A comissão "suprapartidária" não foi extinta, mas esvaziata, porque, como Anita colocou, suas principais lideranças pertenciam ao PMDB. Houve a priorização de um trabalho dentro do Partido pois, segundo suas avaliações, "não adianta nos organizarmos como grupos autônomos, como associações, se não tivermos uma garantia de que a mulher está dentro do partido político, porque o Poder é político. Se não estivermos nas Câmaras de Vereadores

dores, nas Assembléias, como iremos garantir o avanço da mulher a nível de legislação?" Por outro lado, ela reconhece que a criação de um grupo partidário de mulheres "fecha muitas outras portas". "Se fazemos uma convocação de um encontro de mulheres do PMDB, já deixamos de fora um monte de mulheres, principalmente porque as mulheres não têm consciência política da participação em partido; ou seja, ficam de fora as mulheres que não querem a participação em partidos em geral, mas também as mulheres de outros partidos".

CONCLUSÃO

Depois desse pequeno histórico, cabe aqui uma breve reflexão sobre a situação atual dos movimentos de mulheres em Santa Catarina.

Nas páginas anteriores, tentamos relatar e analisar os contextos nos quais os movimentos de mulheres têm-se viabilizado em Santa Catarina. Percebemos que, em várias épocas, os tipos de movimentos que aqui surgiram estavam relacionados com os movimentos de mulheres que existiam no resto do País, principalmente no eixo Rio-São Paulo. Sendo assim, chama-nos a atenção o fato de que atualmente os movimentos autônomos de mulheres em Santa Catarina quase inexistem ou se encontram numa fase ainda de muita fragilidade organizacional; mesmo levando em consideração que no Brasil como um todo os movimentos autônomos de mulheres estejam enfrentando problemas, vê-se que, em alguns estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Bahia, esses movimentos encontraram fórmulas de sobrevivência, recorrendo à profissionalização e à especialização de trabalhos nas áreas de Saúde, Contracepção, Educação, Comunicação, etc., através de financiamentos e auxílios financeiros de entidades nacionais e internacionais.

Observamos, portanto, que em comparação a outros Estados brasileiros, o movimento autônomo de mulheres em Santa Catarina se constitui, no momento, em raros e isolados grupos, com pouca ou nenhuma articulação com o movimento de mulheres a nível nacional. Apesar de que, muito recentemente, alguns dos movimentos de mulheres rurais e clubes de mães estejam começando a

questionar o que elas próprias chamam de "amarração", ou seja, a heteronomia em relação à Igreja Católica.

Por outro lado, em função mesmo desse vazio em termos de movimentos autônomos, os movimentos vinculados à Igreja, e o único movimento partidário ainda atuante no Estado, o PMDB-Mulher, assumem um maior peso proporcional no conjunto de movimentos de mulheres em Santa Catarina em relação a outras unidades da Federação.

Nos capítulos seguintes, nos deteremos no objetivo maior desse trabalho, que é a análise do desenvolvimento do PMDB-Mulher em Santa Catarina, com ênfase específica no PMDB-Mulher de Florianópolis (ex-Núcleo de Mulheres do PMDB).

CAPÍTULO III

A FASE INICIAL DO MOVIMENTO DE MULHERES DO PMDB

- O PERÍODO 1982-1984

Neste capítulo, procuraremos analisar, em linhas gerais, o Movimento de Mulheres do PMDB em Santa Catarina no período compreendido entre 1982 e 1984.

1. 1982: Uma Campanha Eleitoral Inovadora

Antes de se proceder a análise do próprio crescimento organizacional do Movimento de Mulheres do PMDB/SC como um todo nesse período, destacamos um dos fatos mais relevantes para a posterior criação formal do primeiro núcleo (municipal) de mulheres do PMDB, que foi o Núcleo de Florianópolis. Como mencionamos no primeiro capítulo, as eleições de 1982 contaram com a participação, pelo PMDB, de 95 candidatas a vereadora, das quais 26 se elegeram. Uma das eleitas foi a farmacêutica e professora universitária Clair Castilhos Coelho, na época com 37 anos, que, além de militante com forte atuação dentro do PMDB, era também elemento participante do autônomo Grupo Feminista Vivências.

Sua campanha, vitoriosa, além de chamar atenção para as questões levantadas pelo feminismo, permitiu que uma mulher ocupasse pela primeira vez um lugar na Câmara Municipal de Florianópolis.

A originalidade dessa bem sucedida campanha eleitoral

reside no fato de ter sido calcada em práticas e conteúdos completamente diversos do que usualmente acontecia em Florianópolis, que, mesmo sendo capital de Estado, está bem longe de possuir um caráter cosmopolita de metrópole.

Desse modo, tentando romper com a tradição clientelística e autoritária que historicamente tem predominado nos processos eleitorais em Santa Catarina, a campanha da candidata causou grande impacto na cidade; além de lançar bandeiras de lutas e slogans ousados (para a época e lugar), criaram-se novas formas de atingir o público e obter adesões, o que se traduziu favoravelmente em uma boa quantidade de votos para quem, como Clair, candidatava-se a um cargo eleitoral pela primeira vez.

Tendo nascido e se criado no Rio Grande do Sul na região de fronteira com o Uruguai, Clair conviveu desde cedo com uma tradição política familiar muito intensa. A facilidade de acesso ao Uruguai contribuiu para que ela, mesmo após o golpe militar no Brasil em 1964, tivesse contato com livros, revistas e filmes de cunho crítico que estavam proibidos por aqui.

A partir de 1965, já fazendo curso universitário em Porto Alegre, participou ativamente da militância estudantil e de movimentos clandestinos de esquerda, como a "Ala Vermelha" do PC do B, da qual se desligou em 1972.

Em 1975, por motivos familiares e profissionais, veio morar em Florianópolis, onde, como professora de Saúde Pública na Universidade Federal, entra em contatos com alunos militantes do movimento estudantil e do antigo MDB local. Através de seus alunos, e tendo também conhecido algumas pessoas ligadas ao extinto Movimento Feminino pela Anistia, Clair participa, em 1979/

80, da formação do Diretório Municipal do PMDB de Florianópolis, filiando-se ao Partido. Assim, Clair pertencia à ala "progressista" do PMDB da Capital, a qual aglutinava no seu interior membros dos então não-legalizados PCB, PC do B e MR-8, de dissidentes desses partidos, como os "prestistas", que se desvincularam do PCB, elementos de esquerda independente e outros de centro ou centro-esquerda que não se alinhavam com a outra ala, de tendência liberal-conservadora, também existente no PMDB.

Sua iniciação na questão da mulher não se dá logo de início. Mesmo tendo contato superficial com essa questão, ela ainda estava imbuída do pensamento corrente da esquerda tradicional de que "o importante é a luta geral, há coisas mais prementes do que a questão da mulher".

Entretanto, em outubro de 1980 ela comparece ao 1º Encontro Estadual da Mulher Catarinense, em Itajaí, coordenado por outras ^{MIAI} limitantes do PMDB como Anita Pires. Segundo Clair, nesse Encontro ela avança "um pouco mais".

Na comemoração do 8 de março de 1981, ocorrida na Câmara Municipal de Florianópolis, ela participa dos trabalhos. Já no 2º Encontro Estadual da Mulher Catarinense, em outubro daquele ano, ela atua como coordenadora. Sendo uma das pessoas que não concordavam com a censura imposta aos temas e publicações referentes à Sexualidade e Aborto por parte dos religiosos que haviam cedido o local do Encontro, e querendo uma instância mais específica para a discussão dos problemas da mulher, Clair, na volta a Florianópolis, participa da formação do Grupo Feminista Vivências.

Por outro lado, o PMDB municipal, desde a sua criação,

sofria internamente conflitos entre as duas alas (progressista e conservadora), pois a volta dos exilados em 1979, com a decretação da Lei de Anistia, fez com que muitos quadros importantes da esquerda retornassem ao País e se reincorporassem à vida política.

Desta maneira, com a reincorporação de elementos de esquerda, e, mais tarde, com a volta de correligionários do extinto PP, que haviam saído do MDB quando houve a reformulação partidária, a tensão direita-esquerda se acirrou no Partido. Assim, entre 1980 e 1985, o PMDB de Florianópolis como um todo passará por sucessivas crises e golpes internos entre os grupos rivais, havendo longos períodos de impugnação do Diretório Municipal, pelo não-entendimento entre as partes.

Nas eleições de 1982, a ala progressista, fortalecida por ter conseguido passar o nome de seu candidato a candidato a governador, Jaison Barreto, na Convenção partidária (seguramente um dos candidatos a governo de Estado mais avançados que o PMDB lançou em 1982), selecionou, entre seus membros, aqueles que iriam representá-la nos outros níveis do pleito. Além de apoiar alguns candidatos a deputado estadual e federal, resolveram lançar na Capital três candidatos a vereador, sendo dois deles ligados ao PCB, Sérgio Grando e Adolfo Dias, enquanto o resto dos progressistas fechou em torno do nome de Clair.

De acordo com ela, naquele ano não houve problemas de se lançar e ser homologada como candidata pelo Partido, porque não havia gente suficiente para preencher todas as vagas de candidaturas disponíveis. Isso se devia ao fato de que o PDS era ainda muito forte, detinha a máquina estadual e municipal e tam-

bém a outros fatores a que me referi na parte 1 do 2º capítulo, no que toca ao contexto sócio-político específico de Florianópolis. Se muitos dos militantes ou simpatizantes do partido tinham medo de se filiar ao PMDB naquela época, o que se diria então de assumirem publicamente uma candidatura pelo partido? Segundo Clair, era a "típica postura de quem fica em cima do muro", o que, por outro lado, fez com que não houvesse, nesse momento, competição pelas vagas às candidaturas.

Aglomerando, então, em torno de sua campanha militantes da ala progressista, tanto da esquerda tradicional, quanto da esquerda independente, e, num segundo momento, elementos ligados a grupos e correntes alternativas, como feminismo, ecologismo, naturismo, etc. dos quais nem todos eram filiados ou militantes do PMDB, Clair chegou a ter 150 pessoas como grupo de apoio, havendo 50 entre essas que trabalhavam mais sistematicamente pela sua eleição.

Já nas primeiras reuniões do grupo de apoio, elaborou-se um documento que atuaria como norteador da campanha em termos de conteúdo e tentaria explicar aos eleitores o que significava a sua candidatura. Esse documento, que se chamou "A Situação em que Vivemos", tinha como cabeçalho um apelo ao envolvimento político no cotidiano do cidadão comum:

"A maioria das pessoas não se envolve em política porque acha que isso é para os entendidos no assunto. Mas política é nossa vida do dia-a-dia. Aceitar os aumentos nas passagens dos ônibus, no leite, no pão; aceitar as discriminações sobre as mulheres; aceitar a depredação da natureza, SEM REAGIR, É FAZER POLÍTICA. É concordar com a política da classe dominante, é perpetuar a miséria, é eternizar a exploração".

Pretendia-se chamar a atenção, principalmente da camada

amorfa de funcionários públicos e das estatais, para uma maior conscientização do ato de votar. Como prioridades de ação, se colocavam diversas questões nacionais pelas quais a Oposição lutava, como a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, contra pacotes eleitorais, pela autonomia dos municípios, pelos direitos de saúde, educação, defesa do meio ambiente e pela igualdade dos direitos das mulheres, enfatizando a luta pela equiparação dos direitos civis e trabalhistas.

Beneficiando-se exatamente do fato de o PMDB ser, contra o PDS, o maior partido oposicionista na época, seu slogan principal era: "É esta a mulher da Oposição".

Na prática, sua proposta como vereadora girava em torno de Saúde e Sanitarismo, Meio Ambiente e a Questão da Mulher.

Em relação à forma, a campanha trouxe como inovações, em primeiro lugar, o fato de que pelo menos 60% do pessoal do seu grupo de apoio eram mulheres, a maioria, inclusive, sem prática de engajamento em campanha eleitoral anterior. Fez-se, também, uma avaliação do eleitorado potencial, havendo uma opção por tentar atingir a classe média universitária, funcionários públicos e o pessoal do próprio bairro onde Clair morava e áreas adjacentes. Para tanto, ela contou com o apoio de membros da Associação do Bairro, principalmente donas-de-casa, que se encarregavam da tarefa de ir de porta em porta levar a proposta e pedir o voto. Além disso, houve vários comícios, festas e até uma "quermesse" no bairro para levantar fundos para a campanha.

Por não haver um comitê eleitoral nos moldes tradicionais, não existiu também a figura do funcionário de campanha ou cabo eleitoral remunerado. O trabalho era voluntário e se bem

houvessem falhas e confusões, segundo os depoimentos obtidos, tudo era feito com muito entusiasmo:

"Eu comecei a participar da campanha da Clair quando eu escutei um discurso dela e achei que era uma coisa diferente, não era aquela coisa rançosa, cinza, não era aquela coisa da esquerda ortodoxa ou dos homens que já estão lá há muito tempo... Os militantes tinham prazer - não era porque fossem pagos ou porque estivessem pedindo empregos - tinham prazer, tesão, e isso era contagiante..." (Branda, 30 anos).

"A campanha da Clair foi o meu primeiro encontro com partido político e foi por causa da facilidade de acesso, de abertura... As pessoas que estavam ali sentiam o meu interesse em participar e achavam válido até investir na conversa, mesmo por que há quatro anos, com 16 anos, eu era bem diferente..." (Cida, 20 anos).

"Em relação à política daqui de Santa Catarina, em que não existia uma diferença fundamental a nível de trabalho entre PDS e PMDB... nesse ponto a campanha de Clair foi uma coisa diferente. As propostas, o seu programa foi avançado; a própria forma da campanha foi inovadora. Fomos a vários bairros, de casa em casa, não para oferecer coisas ou dinheiro, que não tínhamos, mas para discutir com o pessoal. Isso aí surtiu tanto efeito que ela foi eleita em cima de pouquíssimo dinheiro. Foram votos conquistados no papo". (Margarete, 37 anos).

Para algumas participantes mais atentas à divulgação da problemática e das lutas das mulheres, a campanha (e a eleição) de Clair serviria como tambor de ressonância a estas questões. Este era o caso de feministas que compunham o grupo de apoio, bem como daquelas que iniciavam um trabalho com as mulheres do bairro, através da Associação.

"Meu objetivo maior era o de levar as questões da mulher, que eu já estava levando no grupo do bairro... A partir daquele grupo, surgiu a necessidade de ter um trabalho mais amplo para conscientizar a mulher. Aí a gente viu na campanha de Clair uma oportunidade de levar as questões da mulher e as questões populares". (Margarete).

Por outro lado, havia mulheres que, embora não tivessem

contato direto e sistemático com o feminismo, sentiram na proposta uma identidade, uma referência importante sobre o seu próprio papel de mulher.

"Na verdade, foi sem conhecer a estratégia dos outros candidatos que eu me "apaixonei" pela de Clair. Até pelo fato de ser mulher e de tocar fundo (na questão). Os outros candidatos nunca me tocaram, nunca me chamaram a atenção..." (Cida, 20).

"A coisa fundamental no meu engajamento foi a questão da identificação com o discurso. A tônica dela era "nós, mulheres". Isso para mim era novidade, eu nunca tinha visto uma candidata mulher falar. Nos anos de repressão, eu era alienada. Votei no Jaison (Barreto) em 1978 porque ele era o mais bonito". (Branda, 30).

Depois de eleita, em 15 de novembro, Clair assume seu mandato no dia 1º de fevereiro de 1983. Durante o decorrer desse ano, o seu grupo de apoio não se desfez totalmente, permanecendo um núcleo mais restrito composto por pessoas de ambos os sexos, mas com maioria de mulheres. Desse grupo mais restrito, foram escolhidas duas mulheres para trabalhar na Câmara em funções remuneradas de assessoria e secretaria no gabinete da vereadora.

A partir de então, começa a haver a articulação que dará origem ao Núcleo de Mulheres do PMDB de Florianópolis. Utilizando-se do espaço físico institucional da Câmara de Vereadores, da facilidade de acesso aos meios de comunicação e o contato direto com mulheres que vinham procurá-la, até pela novidade da presença de outra mulher como vereadora, Clair e algumas componentes do seu grupo de apoio iniciam o processo de viabilização de um grupo mais amplo de mulheres.

De acordo com o depoimento de sua assessora (Branda), logo que Clair tomou posse, muitas mulheres, além de terem uma

curiosidade natural em conhecê-la, iam procurá-la também para pedir favores políticos, dentro do tradicional esquema clientelístico e assistencialista; isso, entretanto, teria sido rejeitado por Clair e estimulado nela o desejo de um trabalho de conscientização com essas mulheres.

Ambigüamente, imaginou-se fazer um grupo "amplo e suprapartidário", havendo, nas primeiras reuniões, mulheres que não pertenciam ao PMDB. Como, porém, havia pessoas no grupo que temiam que ele fosse confundido com "movimento feminista" e até porque por motivos óbvios ele não teria condições de se colocar como autônomo ou "suprapartidário", a idéia preliminar foi abandonada. No seu lugar surge, no final de 1983, uma organização informal de mulheres do PMDB, que se tornaria o primeiro núcleo municipal de Mulheres do Partido a se constituir como tal.

É interessante observar que, a esta altura, o movimento feminista autônomo em Santa Catarina não mais existia, tendo-se extinto o último grupo, Vivências, em outubro/novembro daquele ano (1983). Apesar de que este desaparecimento dos grupos feministas em Santa Catarina tem a sua própria dinâmica, não necessariamente relacionada com a organização do movimento partidário de mulheres, a ausência de um referencial feminista mais forte se fará sentir, como veremos adiante, no desenvolvimento e nas relações internas do Núcleo.

2. A Organização do Movimento das Mulheres do PMDB de Santa Catarina

A organização de mulheres dentro de partidos políticos

através de departamentos ou seções femininas, apesar de não ser algo tão recente na maior parte dos países, não foi, até hoje, objeto de estudos exaustivos (pelo menos no que se refere aos partidos brasileiros), por parte de pesquisadores(as).

Como mencionamos no 1º Capítulo, dentro da Ciência Política, estes e outros estudos que dizem respeito à participação política das mulheres começaram a tomar corpo somente a partir dos anos 60, com a influência e os novos aportes trazidos pelo feminismo.

Duverger, no seu clássico "Os Partidos Políticos", lançado em 1951, se refere ao que ele chama de "organismos anexos" do partido, que seriam instituições ou agrupamentos criados e controlados pelo partido, reunindo simpatizantes ou reforçando a adesão dos partidários. Dentro desta qualificação estariam, entre outros, os movimentos da juventude, associações femininas e instituições culturais. Segundo ele, sendo os partidos políticos "comunidades de fins gerais", a generalidade desses objetivos afastaria dos partidos muitos indivíduos que, estando de acordo com um ou outro fim particular, não estaria sobre o conjunto. Assim, prossegue, "a idéia genial de certos partidos modernos é, portanto, a de desdobrar o partido, comunidade de fins gerais, numa série de comunidades satélites de fins especiais, tão numerosas quanto possíveis". Nesse esquema, entretanto, o partido mantém seu poder de controle sobre os organismos anexos, chegando a designar os dirigentes desses grupos.¹

Nos últimos anos, porém, com as novas abordagens teóricas e metodológicas relativas à participação política feminina, têm surgido descrições e análises mais detalhadas sobre o assunto.

to.

Chaney², em pesquisas com mulheres peruanas e chilenas, tentando, contudo, fazer uma análise mais ampla do comportamento político das mulheres latino-americanas, evidencia que, apesar de que as lideranças femininas por ela entrevistadas se ressentissem do fato de terem sido "segregadas" em organizações separadas dentro do Partido, sendo assim virtualmente excluídas do policy-making, ao mesmo tempo admitiam que essas organizações eram necessárias porque, de acordo com elas, por um lado, as mulheres necessitavam ser educadas politicamente; por outro, havia o peso do costume e da tradição, que dificultavam o acesso da mulher à vida pública. Seria, portanto, o caminho mais fácil e o mais viável para entrar no partido, apesar de tudo.

Já Randall³ cita exemplos do Partido Trabalhista e do Partido Conservador, ambos ingleses. Sobre as seções femininas nesses partidos, ela diz que no passado estas mantinham uma visão muito tradicional do papel político das mulheres, sendo que, mais recentemente, em particular no Partido Trabalhista, muitas das seções, tendo sido influenciadas por idéias feministas, começaram a fazer pressão para que as mulheres tivessem uma representação maior dentro do corpo geral do Partido.

Entretanto, Randall acrescenta e adverte que as seções femininas podem estimular os homens no partido a continuar vendo as mulheres como diferentes politicamente e até como marginais (no processo político); podem também, especialmente no Terceiro Mundo, servir para ao mesmo tempo mobilizar e conter (no sentido de refrear) o ativismo político das mulheres. Desse modo, ela conclui que, aparentemente, as seções de mulheres não se

riam o foco prioritário para as energias políticas femininas, se bem que, quando imbuídas de ideais feministas, elas podem ainda ser importantes para pressionar em prol de maior representação das mulheres nos partidos.

No Brasil, as referências históricas sobre a existência dos departamentos, seções ou diretórios femininos são raros e esparsos, sabendo-se, entretanto, que alguns partidos anteriores a 1964 tinham pequenos grupos de mulheres com funções tradicionais de assistencialismo, como era o caso do PSD e da UDN.

Em termos oficiais, a Lei Orgânica dos Partidos (Lei nº 5682 de 21/7/71) se refere ao departamento feminino dentro das disposições gerais sobre os órgãos dos partidos. Assim, hierarquicamente, os órgãos partidários estariam estabelecidos da seguinte forma:

"Art. 22 - São órgãos dos Partidos Políticos:

- I - de deliberação: as convenções municipais, regionais e municipais;
- II - de direção e de ação: os diretórios distritais, municipais, regionais e nacionais;
- III - de ação parlamentar: as bancadas; e
- IV - de cooperação: os conselhos de ética partidária, os conselhos fiscais e consultivos, os departamentos trabalhistas, estudantis, femininos e outros com a mesma finalidade"⁴ (grifo nosso).

É curioso observar que com a aprovação de duas leis complementares em 1976, nº 6341 (05/07/76) e 6402 (10/12/76), os departamentos trabalhistas e estudantil passaram à categoria de

"movimentos", subindo na hierarquia dos órgãos partidários para o nível de direção e de ação, enquanto o departamento feminino permaneceu como órgão de colaboração.

Essa inexplicável modificação no status de apenas dois dos antigos departamentos, ou seja, o estudantil e o trabalhista, resultou, como é de se supor, numa condição diferenciada em termos de outra forma de atuação e de poder dentro dos partidos. Assim, pela Resolução nº 10.785 do TSE que dá instruções para a fundação, organização, funcionamento e extinção dos Partidos Políticos, elaborada com base na lei que implantou a reforma partidária em 1979, os novos "movimentos", estudantil e trabalhista, além de figurarem, como já dissemos, como órgãos de direção e de ação⁵, tiveram os seguintes direitos garantidos:

- Poder indicar, através de eleição interna, dois representantes por cada movimento para os diretórios a nível municipal, regional e estadual⁶; poderão indicar também um suplente em cada diretório.⁷
- Nas Comissões Executivas dos diretórios, poderão ter um representante por movimento, bem como um suplente cada.⁸
- Na formação das chapas partidárias para as eleições proporcionais, fica assegurado a cada movimento o direito de apresentar candidatos em número correspondente a 10% das vagas a que cada partido tem direito.⁹

Esta Resolução dedica também um capítulo inteiro (cap. 4 do Título VI) para tratar do funcionamento e das normas sobre

os movimentos trabalhista e estudantil.

Por outro lado, o departamento feminino, permanecendo ao nível de órgão de colaboração, não teve acesso a nenhum desses direitos formalmente, restando como "prêmio de consolação" a possibilidade, já assegurada na lei anterior, de mandar uma representante às convenções municipais do Partido, para escolha de candidatos e "outras deliberações previstas no Estatuto do Partido". Assim mesmo, só em municípios com menos de um milhão de habitantes, sendo que nos municípios maiores em número de habitantes a participação dos departamentos nas convenções não é colocado.¹⁰

Em relação à possibilidade de organização das mulheres nos partidos, havia, segundo C. Barroso¹¹, três posturas nesse momento de extinção da ARENA e do MDB e criação dos novos partidos:

1. No caso do PDS, a questão não era levantada;
2. No PT, as mulheres se opunham à idéia de departamentos femininos, preferindo criar uma comissão de trabalho que atuaria junto e subordinada à Executiva Regional do Partido, para discutir e levar as questões pertinentes à situação da mulher; nesse sentido criou-se a Comissão de Mulheres do PT de São Paulo, a Comissão de Mulheres do PT do Rio e, mais tarde, a Articulação Feminista do PT do Rio Grande do Sul.
3. O PMDB, nesse primeiro momento, opta pela proposta de criação dos departamentos femininos. A estrutura formal e rígida que se tenta dar aos departamentos de mulheres do PMDB no início dos anos 80, pode ter relação com a então proeminência de mulheres do clandestino partido MR-8, que se abrigava no PMDB, e sua idéia constante de reorganizar uma "Federação de Mulhe-

Essas cláusulas, além de serem bastante vagas, perdem seu sentido na prática cotidiana e na dinâmica partidária, já que não garantem efetivamente o espaço e o poder de ação dos chamados órgãos de colaboração, onde estão incluídos os departamentos femininos. Em função disso, algumas mulheres do PMDB, ainda em 1980, redigiram uma moção de repúdio ao artigo 28 da Res. 10785 do TSE citada acima, exigindo maior poder de decisão dentro do Partido.

Essa ação concorrerá mais tarde para a elaboração de um projeto de lei (Nº 4599/84) de autoria do deputado federal catarinense Dirceu Carneiro, visando equiparar o status dos departamentos femininos ao nível dos movimentos trabalhista e estudantil dentro dos partidos. Este projeto encontra-se, no momento, arquivado no Congresso Nacional.

Por outro lado, a nível nacional e no caso específico de Santa Catarina, o movimento das mulheres do PMDB encontrará um aliado interno importante em outro órgão de colaboração partidária: a Fundação Pedroso Horta.

Dentro do espírito de obter apoio e de se "enraizar nas bases populares", para transformar o PMDB num "moderno partido de massas", vários intelectuais importantes do Partido, bem como alguns parlamentares da ala progressista criaram, em abril de 1981, a Fundação Pedroso Horta, com sede nacional em Brasília. Além da promoção de seminários e debates de alto nível e da elaboração de documentos como o "Esperança e Mudança", que consistia numa proposta alternativa de governo para o Brasil, a Pedroso Horta colocava, como uma de suas metas prioritárias, a formação de militantes do PMDB.

Em Santa Catarina, onde foi organizada em setembro de 1981 pelo sociólogo Jacó Anderle, a Fundação tinha, no rol de suas atividades principais o apoio aos movimentos do Partido, entre eles, o Movimento das Mulheres; além disso, congregando ela própria em sua diretoria um número expressivo de mulheres, que incluía algumas feministas, era responsável pela publicação de Cadernos (ou cartilhas) periódicos, dos quais dois números (Nº 5-1982 e Nº 10-1983) foram dedicados à questão da mulher.

Para a mobilização inicial do movimento feminino do PMDB foi fundamental esse apoio, pelo prestígio que a Fundação desfrutava na época e pela possibilidade de se articular os primeiros grupos de mulheres através dela.

Dessa maneira, logo após as eleições de 1982, a Fundação convoca uma discussão com as mulheres sobre sua atuação no pleito, não só na qualidade de candidatas, mas também como militantes. Já a partir desse momento, e com a instalação de grupos informais em algumas das principais cidades, mas centrando-se basicamente em Florianópolis, as mulheres do PMDB começavam a questionar-se mais uma vez sobre a validade ou não de uma organização mais formal.

Tendo sido planejado um congresso estadual das mulheres do PMDB para 1983, que não chegou a se realizar, em grande parte devido à debilidade organizacional do movimento, cerca de 30 mulheres, em reunião promovida em 11 de junho daquele ano, nomeiam uma Comissão Provisória Estadual, que contava com 12 nomes de todo o Estado, e que deveria organizar o dito congresso. A Comissão Provisória, todavia, permanecerá na direção do movimento até 1986, quando se faz a Convenção Estadual do Movimento,

já na fase de maior formalização e de aceitação do esquema departamental com algumas pequenas modificações.

O ano de 1983 transcorre com uma série de encontros e reuniões em municípios do interior, havendo sempre o deslocamento de uma ou mais mulheres da Comissão Provisória para levar material e orientar as discussões.

A percepção feminista propriamente dita das mulheres da Comissão Provisória era bastante desigual, indo daquelas que assumiam o feminismo no seu discurso, como a vereadora Clair Castilhos, até mulheres que negavam ou não visualizavam as implicações de divisão público-privado, não questionando o papel tradicional da mulher dentro da vida política. Havia também posições intermediárias daquelas que, mesmo não se assumindo como feministas, defendiam os direitos das mulheres, pelo menos ao nível legal e começavam, em alguns casos, a ter uma maior percepção de outras questões referentes à situação da mulher.

No final de 1983, ocorrerá um fato que irá pesar na decisão das mulheres do PMDB de começarem, se não a se formalizar completamente, pelo menos a organizar-se de forma mais eficiente.

Estando marcada para o dia 20 de novembro de 1983 a Convenção que iria eleger o novo Diretório Regional do Partido em Santa Catarina, a Fundação Pedroso Horta, em conjunto com o Movimento de Mulheres e a Juventude do Partido (JPMDB), apresentou um documento ao Diretório então vigente, para que considerasse um esquema que, segundo seus idealizadores, viabilizaria a democracia interna do Partido. Invocando o artigo 6º do Estatuto, sobre a reserva de 1/3 dos diretórios partidários para não-parla -

mentares e integrantes dos movimentos sociais, o documento propunha que, das setenta vagas do Diretório, 24 fossem preenchidas pelos movimentos e órgãos de colaboração, cabendo, nesse cálculo, cinco vagas ao Movimento de Mulheres.

A proposta, contudo, foi rechaçada pela ala conservadora do Partido, que detinha completamente o processo de sucessão do Diretório. Fortalecida, apesar de tudo, com o resultado das eleições de novembro de 1982, por ter obtido várias Prefeituras importantes, como as de Joinville, Criciúma e Chapecó, além de várias pequenas cidades no interior, essa ala, sob o comando do ex-deputado Pedro Ivo Campos, aceitava, quando muito, a participação de um representante de cada movimento ou órgão de colaboração do Partido. É nesse momento, segundo alguns depoimentos, que surge o conflito esquerda-direita a nível global mais sério no PMDB catarinense, envolvendo no seu bojo a discussão sobre a democracia interna e a pouca participação a nível de poder do movimento de mulheres e da JPMDB.

É interessante observar que o grupo organizado de jovens, mesmo tendo mais direitos assegurados pelo Estatuto, não estava conseguindo fazer valerem, pelo menos em Santa Catarina, as suas prerrogativas.

Depois de muitos enfrentamentos e crises, a ala conservadora aceitou a participação na chapa do Diretório Regional de três mulheres (sendo uma delas indicada pelos conservadores) e três "jovens". Na Comissão Executiva não ficou nenhuma mulher, nem mesmo Anita Pires, que antes e depois deste período fez parte de todas as Executivas do PMDB, desde a sua criação como Partido.

Após a vitória dos conservadores, estes mantiveram sua hegemonia, não dando brechas novamente aos elementos mais progressistas do Partido.

Nesse contexto, e em função de outras necessidades sentidas pelas mulheres do PMDB, o movimento irá assumindo uma feição cada vez mais formalizada e próxima da departamentalização. Para sobreviver dentro de um partido que se mostrava cada vez mais conservador e oligárquico em termos de direção e poder interno¹³, as mulheres tenderão a moldar a sua organização de modo a fazer face e também poder participar do jogo de poder dentro do PMDB.

CAPÍTULO IV

A PARTIR DE 1984: A EXPANSÃO DO MOVIMENTO PARTIDÁRIO

1. O Núcleo de Mulheres do PMDB de Florianópolis, no Contexto do Movimento Partidário Estadual

a. Formação e Desenvolvimento Organizacional

No início de 1984, a Comissão Provisória Estadual do Movimento de Mulheres do PMDB decidiu, em reunião com representantes de núcleos informais de mulheres de vários municípios, que um dos objetivos principais durante o ano seria a expansão e fortalecimento do movimento. Debateu-se a questão da formalização dos núcleos já existentes, o que foi defendido por algumas e contestado por outras.

As lideranças estaduais pensavam em institucionalizar, de certa forma, a participação das mulheres no partido, mas relutavam em acatar explicitamente o rótulo de departamento feminino, mesmo porque, pela lei orgânica dos partidos, este permanecia como um mero órgão de cooperação, sem poderes de deliberar e influir nas decisões partidárias. É sintomático que, nessa reunião, da qual participou também o então presidente regional do PMDB, Pedro Ivo Campos, as mulheres fizessem questão de reiterar sua "premissa de autonomia de ação e decisão", para que "o movimento feminino não seja obrigado a concordar com atitudes machistas e discriminatórias, tão comuns nas direções partidárias".¹ Esse manifes-

to teria sido gerado em face de uma proposta do presidente do PMDB que, levada a cabo, supostamente tornaria o movimento dependente da direção do Partido.

Assim, levando em consideração esse risco, e, por outro lado, sem querer assumir-se como departamento, por entender que esta denominação passava a idéia de algo estanque, enquanto movimento sugeria algo dinâmico, tanto quanto provisório, a direção do movimento de mulheres decidiu pela formalização de núcleos em todas as microrregiões de Santa Catarina.

Dentro desse plano, o Núcleo de Florianópolis revestia-se de importância especial já que, como vimos, ele vinha sendo formado a partir do gabinete da vereadora Clair Castilhos, uma das principais articuladoras do Movimento Estadual de Mulheres do PMDB, contando também com a participação de outras líderes desse movimento. Por outro lado, era o único, em todo o Estado, em que participavam algumas feministas, que exerciam a dupla militância.

A data escolhida para o lançamento oficial do Núcleo de Mulheres do PMDB de Florianópolis foi o 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Em manifestação realizada em praça pública, no centro da cidade, o Núcleo nasceu sob a égide de "priorizar, em termos de trabalho, a campanha pelas eleições diretas"², ressaltando o fato de entender e lutar "pelas questões específicas das mulheres".

A questão da Coordenação do Núcleo reflete bem a ambiguidade entre o fato de querer-se institucionalizar dentro do PMDB e, ao mesmo tempo, rejeitar, pelo menos de início, a forma de organização considerada "machista, burocrática e hierarquizada"³ dos partidos políticos. Dessa maneira, em vez de adotar a

forma tradicional de direção com Presidência, Secretária e Tesoureira, o Núcleo resolveu estabelecer um colegiado de sete elementos, com funções de operacionalização das atividades e representação, sendo que as decisões de ação e planejamento seriam tomadas em reuniões ampliadas com todo o grupo. Percebe-se, em relação a este aspecto, que as lideranças do Núcleo baseavam-se (ou tentavam), de alguma maneira, no modelo de organização autogestionária e ultrademocrática dos movimentos alternativos, como, por exemplo, o movimento feminista de linha radical.⁴

Como objetivos principais, além do apoio à campanha das diretas, o Núcleo se propunha a trabalhar a questão da mulher, através de cursos, seminários, debates e promoção de filmes e audiovisuais; além disso, permanecia como um dos seus alvos a intensificação da filiação de mulheres ao PMDB.

Enquanto isso, a Comissão Provisória Estadual organizava o Encontro Regional Sul de Mulheres do PMDB com participação dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Este Encontro, que se realizou em 21 de julho de 1984, teve como meta principal a discussão e elaboração de um esboço de Estatuto para os Movimentos de Mulheres do PMDB estaduais.

Através de orientação recebida da Comissão Provisória Nacional em Brasília (composta principalmente pelas poucas deputadas e por esposas de deputados do PMDB), o movimento deveria passar a chamar-se de PMDB-Mulher, escapando à denominação, vista por algumas como pejorativa e estigmatizante, de "Departamento Feminino" do Partido. Na prática, contudo, o Estatuto do departamento ou setor feminino (anterior), elaborado pela Comissão Nacional, não diferia muito do novo modelo de Estatuto para o PMDB-Mu-

lher. As modificações ocorridas de um para outro seriam mais no sentido de "enxugar" o texto do primeiro Estatuto para deixá-lo mais simples e flexível, sem excesso de burocracia e normas de participação. As regras fundamentais, no entanto, permaneciam as mesmas, já que se baseavam, evidentemente, na Lei Orgânica dos Partidos e no Estatuto do PMDB.

Com inspiração no Estatuto do PMDB-Mulher Nacional, o Movimento de Mulheres de Santa Catarina elaborou o seu próprio, passando também a se chamar de PMDB-Mulher/SC.

Por outro lado, ainda na reunião no início de 1984, havia sido determinado que haveria uma Convenção Estadual das Mulheres para eleição de uma diretoria titular em substituição à Comissão Provisória. Isso, entretanto, só acabou acontecendo em julho de 1986, ou seja, dois anos depois, permanecendo até essa data a mesma Comissão (com pequenas alterações no seu quadro de componentes), na direção a nível estadual do PMDB-Mulher.

A postergação da Convenção pode ser debitada em parte à insuficiente estrutura organizacional do PMDB-Mulher e à dificuldade em estabelecerem-se os critérios que definiriam o processo de escolha das dirigentes. Havendo núcleos mais ou menos informais, a decisão sobre a participação de delegados ou representantes dos diversos municípios tornava-se complexa.

O Estatuto aprovado pelas mulheres previa a introdução de uma série de medidas burocráticas a nível dos núcleos, que teriam de fazer previamente convenções municipais para poderem participar da Convenção Estadual.

Apesar da resistência de alguns núcleos, principalmente

do Oeste, marcaram-se as datas de 25 de maio de 1986 para as convenções municipais em todo o Estado e de 26 de julho do mesmo ano para a Convenção Estadual.

Optando por uma estrutura similar a do Partido em si, a Comissão Provisória Estadual enviou correspondência aos núcleos, instruindo-os no sentido de, através, das convenções, elegerem Diretórios Municipais do PMDB-Mulher. Nesses Diretórios, da mesma forma que nos do Partido, haveria uma Executiva, suplentes e delegadas à Convenção Estadual.

No Núcleo de Florianópolis, o procedimento foi bem aceito, fixando-se como critérios para concorrer ao Diretório Municipal, que a filiada possuísse militância comprovada, presença nas reuniões do Núcleo e participação nos eventos promovidos por este.

Montou-se, assim, uma chapa constante de 23 nomes (equivalente à metade + um do número de membros do Diretório Municipal e Partido), uma Executiva com cinco cargos (Presidente, Tesoureira, Secretária, etc...) e oito delegadas, além das respectivas suplentes.

É interessante observar que a atitude mais incisiva de formalização do PMDB-Mulher se dá no ano eleitoral de 1986, logo após a rejeição, pelos respectivos diretórios municipais, de duas candidaturas femininas apoiadas pelo movimento, que concorreriam ao cargo de deputado estadual, sendo Clair Castilhos uma delas.

A exigência e a cobrança de que estas candidaturas fossem aprovadas na instância maior do Diretório Regional, fez com que as mulheres se voltassem para a formalização como uma forma de tentar conseguir mais espaço no jogo interno de poder do Parti

do. A tática, em parte, teria surtido efeito: as duas candidatas, antes rejeitadas, conseguiram a aprovação dos seus nomes na Convenção Regional do Partido. Além delas, o PMDB-Mulher lançou ainda, como candidata a deputada federal a coordenadora do movimento, Anita Pires, cujo nome, entretanto, não teve dificuldade em passar na Convenção do Diretório Municipal da Capital.

A nível organizacional, percebemos, pois, no caso específico do Núcleo de Florianópolis, um afastamento completo da forma como foi imaginado no início.

Sem querer entabular aqui uma discussão sobre a validade e sobre os pontos positivos e negativos do tipo de organização autogestionária, acreditamos que não surpreende a quase impossibilidade de se pensar nessa forma de organização dentro e subordinada a um corpo burocrático e hierarquizado como é o Partido. Ademais, se por um lado a oficialização, por esse esquema, dentro do PMDB supostamente facilita a canalização das reivindicações femininas no Partido, por outro lado obriga a que as mulheres que queiram participar das atividades e das decisões do PMDB-Mulher se filiem duplamente ao Partido e ao PMDB-Mulher sem poderem permanecer como meras simpatizantes, como antes ocorria.

A perspectiva de que a formalização dos núcleos ainda levará algum tempo para se concretizar amplamente, pode ser visualizada no dado de que, dos 95 núcleos de mulheres atualmente existentes em todo o Estado (até novembro/86), apenas 51 já assumiram a forma de Diretórios Municipais.

b. Participações Individuais, Dinâmica e Relações Internas do Núcleo

Através das entrevistas realizadas com mulheres que pertencem, ou já pertenceram ao ex-Núcleo de Mulheres do PMDB de Florianópolis (atual Diretório Municipal do PMDB-Mulher), podemos levantar alguns dados a respeito do seu funcionamento, objetivos e da própria participação dessas mulheres, que revelam a existência de conflitos e impasses no decorrer da trajetória do grupo.

No que tange a nível educacional e de renda, constatou-se que todas as onze entrevistadas pertencem à classe média, com predomínio de profissionais universitárias: apenas duas das entrevistadas não fizeram curso superior e também somente duas são donas-de-casa em tempo integral. Outro lado a se considerar é a faixa etária, havendo predominância de mulheres com mais de 35 anos (nove das entrevistadas); isso guarda relação com o fato de que, mesmo casadas, a maioria delas não tem filhos muito pequenos (menos de oito anos de idade), que exigem uma dedicação maior.⁵ Entretanto, observamos que, por sua condição de classe, as mulheres desse grupo, na sua maioria, contornam o problema das tarefas domésticas através da contratação de empregadas e da utilização de creches particulares; em menor escala, através de eventual colaboração dos maridos ou companheiros.

Sobre as motivações individuais que levaram as mulheres a participar do Núcleo, temos o seguinte quadro:

das onze entrevistadas, seis possuíam antecedentes de participação política na família, o que lhes propiciou uma socialização, nesses termos, mais efetiva; esse subgrupo possui história de militância no PMDB ou em grupos de esquerda anterior à sua

entrada no movimento partidário de mulheres. Três mulheres entraram para o Núcleo exclusivamente em função de haverem participado da campanha de Clair e/ou por conhecerem seu trabalho como vereadora, não tendo prática político-partidária prévia ou antecedentes políticos familiares significativos. As duas restantes são mulheres que, tendo militância política anterior no Partido, participaram também na campanha de Clair, sendo esse um fator importante para o seu engajamento no Núcleo.⁶

Do total das mulheres do grupo entrevistado, quatro já haviam participado, também, de movimentos sociais antes da criação do Núcleo, a saber, respectivamente, do movimento feminista (Clair, 41, e Ana, 45) e do movimento de mulheres do bairro (Margarete, 37 e Anita, 43).

O momento de entrada no Núcleo e as expectativas das mulheres em relação ao que se poderia fazer e obter através dele, tem a ver com as diferenciadas experiências políticas entre elas.

Várias das mulheres se referem ao seu engajamento ao Núcleo a partir da situação específica da mulher:

"Incorporei-me ao Núcleo porque acho que a sociedade é muito machista, por isso acredito que as mulheres têm que se unir pelos seus problemas específicos, para resolver muita coisa que há por fazer". (Lia, 53).

Entre aquelas que já possuíam vinculação partidária anterior, algumas situam a questão do Núcleo como uma espécie de compartimento "natural" e sua criação como uma forma de obter mais reconhecimento e poder dentro do PMDB:

"Antes, no PMDB, não havia um movimento de mulheres, a

gente sempre lutou junto com os homens, mas... a gente vai avançando e tendo o espaço da gente... A formação de um Núcleo de mulheres seu deu porque a gente começou a perceber que na hora de uma convenção a gente não tinha direito a voto". (Iara, 36).

Por outro lado, algumas mulheres referem-se a que um dos objetivos da existência do Núcleo seria o de fornecer apoio tático à vereadora Clair Castilhos no sentido de que ela tivesse "um movimento para poder-se apegar para ter respaldo político como mulher" (Cida, 20 anos).

Estas posturas, relacionadas com o grau de consciência feminista de cada participante do Núcleo, serão melhor analisadas na última seção da 1^a parte deste capítulo.

Quanto à progressiva formalização do movimento partidário de mulheres, as opiniões de aceitação são quase unânimes, apesar da ressalva de muitas que, no início, eram contrárias à idéia. As exceções ficam por conta de apenas duas mulheres, das quais uma não mais pertence ao Núcleo. Essa aceitação era decorrência da constatação efetuada por elas de que seria a única maneira dos homens as respeitarem como "companheiras de partido".⁷

É no mínimo curioso, entretanto, que as restrições feitas, nos primórdios do Núcleo, a que ele fosse uma instância mais formal dentro do Partido, eram colocadas por tendências completamente diversas entre as mulheres. Por um lado, as feministas eram contra, por não acatarem a forma de organização burocrática típica das instâncias partidárias oficiais. Mulheres mais conservadores (do ponto de vista de moralidade), por outro lado, arrepriavam-se com a suposição de que se criaria, com isso, um "movimento feminista" dentro do Partido, que teria, entre outras preocupações, a discussão da questão do abor-

to, o que elas não admitiam nem remotamente. Um terceiro grupo de mulheres, ligadas aos aparelhos de esquerda tradicional e bastante confusas, acreditava que um Núcleo ou setor de mulheres formalizado significaria uma "separação" das mulheres, "dividindo a luta", ou seja, dentro do velho chavão, "desviando a atenção das questões fundamentais".

No aspecto referente aos objetivos e bandeiras fundamentais do Núcleo, havíamos mencionado que, de princípio, e por causa do momento (início de 1984), priorizou-se a luta conjunta com outros movimentos e entidades pelas eleições diretas para presidente.

Esta posição, aliás, foi tomada por todo o movimento de mulheres do PMDB estadual, que lançou em 18/2/1984 um manifesto onde condenava e repudiava o colégio eleitoral e sua "pretensão ilegítima de escolher o próximo presidente da República". Com efeito, até meados daquele ano a atividade principal do Núcleo girou em torno dessa mobilização. Quanto a isso, é importante ressaltar que as mulheres organizadas no Partido constituíam um dos poucos setores do PMDB que participaram mais ativamente da campanha das Diretas-Já. Em reunião realizada em maio de 1984 pelo Núcleo, se colocava como ponto de pauta para discussão a fraca presença dos deputados e vereadores do PMDB nas manifestações de rua, tirando-se uma comissão encarregada de pressionar os parlamentares para que este passassem a participar dos eventos públicos pelas eleições diretas.⁸

Além dessa atividade de mobilização temporária, o Núcleo se propunha, de forma mais permanente, a discutir a questão da mulher e a discriminação feita a ela pela sociedade como um to

do, promovendo também cursos, seminários e palestras abertos. Durante o ano de 1984, entretanto, isso ficou mais ao nível de sugestão, já que o envolvimento maior era em função das diretas. Em abril, contudo, numa avaliação, levantava-se a necessidade de trabalhar melhor as questões específicas das mulheres, bem como definir mais claramente os objetivos do Núcleo.⁹

A dificuldade em se organizar estudos e debates internos sobre assuntos específicos estava vinculada à própria composição do grupo, onde nem todas estavam habituadas a um trabalho considerado mais "intelectualizado", como esclarece um depoimento: "as mulheres não gostavam de reuniões, preferiam atividades práticas", (ou seja, militantes, de tarefas) (Branda,30). De uma forma bastante assistemática, contudo, houve algumas discussões sobre questões relativas à mulher, principalmente na área de saúde. No final do ano, fizeram-se debates sobre o apoio ou não à ida ao Colégio Eleitoral, que resultou num dos conflitos-limite ocorridos entre as mulheres do Núcleo, como veremos adiante.

Em 1985, as atividades externas foram em maior número, havendo, além da tradicional manifestação pública do 8 de março, um evento comemorativo do Dia do Trabalhador (1º de maio), abordando-se especificamente o problema da mulher trabalhadora; foi também organizado um curso de Iniciação à Política para mulheres entre agosto e setembro.

Outra tarefa desenvolvida pelo Núcleo naquele ano foi o de tentar influir na escolha do candidato a prefeito na Capital pelo PMDB, sendo que o então deputado federal Nelson Wedekin, apoiado pela maioria das mulheres do Partido, foi derrotado na convenção municipal por seu adversário, o deputado estadual Edson

porárias do que para cumprir objetivos e metas mais permanentes.

Após a sua transformação em Diretório em maio de 1986, o Núcleo passou a ter reuniões semanais apenas da sua Executiva, com convocações gerais quando houvesse um problema ou questão mais séria, requerendo um posicionamento de todo o grupo.

A mudança alterou profundamente o sistema interno de tomada de decisões. Pela fórmula anterior, o Núcleo contava com um colegiado de sete pessoas, que deveriam revezar-se nas diversas funções, mas que, por fim, assumiam tarefas determinadas.

Em termos de liderança, a que mais de destacava era mesmo a de Clair, que era vista como uma espécie de coordenadora "natural" do Núcleo. Isso pode ser constatado amplamente nas falas das mulheres, seja como menção ou como crítica. Quanto à esta última, não é tanto colocada em relação ao posicionamento e atitude da própria Clair, mas principalmente se referindo ao comportamento do grupo que a via como "um ídolo":

"Clair detinha uma liderança legítima, não autoritária; o papel de líder carismática não foi imposição dela, mas sim do grupo" (Ana, 45).

Aliás, percebe-se que quanto à questão de liderança, a tendência maior entre as mulheres do PMDB como um todo é a de colocar essa questão em termos de tradição e "antiguidade" no partido:

"Liderança aparecia daquelas que já tinham liderança de mandato, ou liderança dentro já do Partido; essas lideranças mais antigas sobrepujavam as outras, conduziam um pouco" (Beth, 38).¹⁰

No mais, o processo em si era considerado "democráti-

co", sendo que as decisões principais seriam tomadas através da votação, onde todas as integrantes podiam participar, fossem filiadas ou não ao Partido. Com a formalização, isso muda de figura, já que somente as mulheres que compõem o Diretório do PMDB-Mulher podem tomar parte do processo decisório, o que faz com que do total de 58 filiadas ao PMDB-Mulher de Florianópolis, apenas as 45 componentes do Diretório têm direito a voto, apesar de que as outras possam opinar e levantar sugestões sobre os assuntos tratados. Entretanto, em torno da metade do total de filiadas (incluindo o Diretório) frequentavam as reuniões assiduamente até meados de 1986, quando se decidiu que as atividades de rotina seriam suspensas para que as militantes do "Núcleo" se incorporassem à campanha eleitoral das candidaturas femininas.

Outro aspecto a considerar sobre o funcionamento do Núcleo é a questão do espaço físico ocupado pelas mulheres para reuniões e para arquivo de material.

Normalmente, elas se reuniam no recinto da Câmara de Vereadores, pela facilidade que Clair tinha de requisitar aquele espaço. Por outro lado, havia também a questão de não se fazer a programação de atividades na sede municipal do Partido, por este supostamente boicotar com subterfúgios a possibilidade de que as mulheres lá se reunissem. Isso só foi superado a partir de meados de 1985, quando começou a haver uma "abertura maior" em relação ao Diretório Municipal do Partido, e as mulheres puderam, então, ocupar a sede do PMDB de Florianópolis.

Por fim, no que diz respeito às participações individuais, resta analisar as diferenças ideológicas e políticas entre as mulheres componentes do Núcleo.

Em primeiro lugar, convém situar a questão da grande de_ufasagem entre o número total de mulheres filiadas ao Partido e aquelas que são também filiadas ao PMDB-Mulher.

Não se tem condições de saber exatamente o número de mulheres filiadas ao PMDB em Florianópolis, já que as inscrições no Diretório Municipal não são feitas de forma separada, nem há qualquer cômputo que assinale a filiação feminina no Partido. Entretanto, das quase dez mil filiações existentes, calcula-se que de 40 a 50% seriam de mulheres. Assim, percebe-se que das quatro a cinco mil mulheres inscritas no município, apenas 58, ou seja, um pouco mais de 1% do total, são vinculadas ao movimento de mulheres partidário.

Essa diferença é explicada pelas entrevistadas citando as seguintes possíveis causas:

1. Cinco mulheres (Cida, Querubina, Anita, Margareth e Beth) mencionaram o fato de que geralmente em ano eleitoral se faz filiação em massa em função das prévias internas entre os "candidatáveis", vencendo aquele que tiver o maior número de adeptos no total de filiados. Assim, em meados de 1985, na véspera das prévias entre os dois concorrentes a candidato pelo PMDB à prefeitura de Florianópolis, Nelson Wedekin e Édson Andrino, os respectivos grupos de apoio de ambos promoveram a filiação de milhares de pessoas ao PMDB, entre as quais, um grande número de mulheres que nunca tiveram e não têm participação efetiva no Partido.

2. O segundo fator em relevância, segundo as respostas obtidas nas entrevistas (por Margarete, Lia e Beth) foi a "rejeição ao feminismo", que seria identificado com a linha e as posi-

ções do Núcleo. Há uma subdivisão, contudo, entre as que rejeitavam posições avançadas (que supostamente o Núcleo teria) sobre questões como aborto e sexualidade, e aquelas que viam o "feminismo" do Núcleo como "separatismo", ou seja, como forma de dividir a luta, "isolando as mulheres dos homens no interior do Partido".

3. A questão da falta de tempo entre mulheres que são simpáticas ao Movimento, mas são obrigadas a cumprir a "dupla" ou até "tripla jornada de trabalho" é sugerida por Ana e Anita.

4. Outro aspecto levantado (por Iara e Cida) é o das dificuldades normais de militância, que não seriam só relativas à participação feminina, mas que repercutiriam na mobilização geral do Partido, tanto de homens quanto de mulheres.

5. Uma depoente (Beth) referiu-se a que algumas mulheres, mesmo sendo ativas militantes, tinham restrições ao Núcleo, pois percebiam-no como "atrelado a candidaturas femininas", opondo-se a isso.

6. Outra das entrevistadas (Ana) colocou uma razão ideológica - o Núcleo teria uma tendência progressista - o que afastava as mulheres politicamente mais conservadoras.

7. Como questão derradeira, foi lembrado por Lia e Anita o obstáculo à maior participação feminina, representado pelo "machismo" dos maridos ou companheiros que permitem ou até impõem a filiação às mulheres, mas não vêm a atividade política como própria para elas.

Acerca das principais divergências pessoais de opinião entre as mulheres pertencentes ao Núcleo, duas se destacam. A primeira delas, que aparece na maioria dos depoimentos (oito), diz

respeito à não aceitação por algumas de valores tidos como "feministas" e o acirramento sobre questões consideradas polêmicas, como aborto, controle da natalidade, menor abandonado, etc...

Outro fator seria relativo ao grau de politização e diferenças ideológicas entre as mulheres, o que, porém no Núcleo de Florianópolis não representa um grande problema, já que a quase totalidade das mulheres pertence à tendência mais à esquerda, "progressista" do Partido; no PMDB-Mulher estadual, ao contrário, embora as mulheres progressistas ocupem os principais cargos de liderança, o número e o peso das "conservadoras" ligadas ao governador eleito, Pedro Ivo Campos, é bastante substancial.

O terceiro elemento a ressaltar no que toca às divergências internas relaciona-se a questões de relações de poder interpessoais¹¹, principalmente em função da liderança e da condução do Núcleo. Estas questões, além dos outros fatores de divergência acima descritos, parecem não ter sido suficientemente trabalhadas nesse caso. Isto levou a que os conflitos, que surgem naturalmente em todos os grupos, não fossem assumidos de forma plena pelas componentes do Núcleo.

Cronologicamente, podemos situar quatro conflitos principais ao longo dos quase três anos de existência do Núcleo de Florianópolis:

1. No segundo semestre de 1984, em torno do apoio ou não à ida ao Colégio Eleitoral;
2. No início de 1985, a falta de propostas e objetivos mais definidos, além da saída de algumas mulheres por razões diversas, levou a um esvaziamento do Nú-

cleo e sua quase dissolução;

3. Em meados de 1985, a respeito da decisão de escolha do candidato a prefeito;
4. Em meados de 1986, sobre os critérios de formação do Diretório do PMDB-Mulher municipal, bem como do apoio exclusivo do Núcleo às candidaturas femininas já mencionadas.

1 - Sobre este conflito, ele está ligado à própria divisão dentro do PMDB como um todo, a partir de maio de 1984, entre a ala "Só-Diretas" e a que aceitava e apoiava a ida do Partido ao Colégio Eleitoral, através do seu representante, Tancredo Neves. Outrossim, foi marcado para dezembro de 1984 o Seminário Nacional de Mulheres do PMDB em Curitiba, denominado "Mulher, Mobilização e Mudança", cujo objetivo era já de, aceitando as regras do Colégio Eleitoral, elaborar uma carta-documento das mulheres com reivindicações específicas ao candidato do PMDB.

A discussão maior do Núcleo, no período próximo ao do Encontro, era quanto a ir ou não a Curitiba para endossar a ida ao Colégio e colaborar na elaboração de propostas a Tancredo. No final de uma votação, que ficou empatada (7x7), depois de quatro horas de discussões, um grupo de mulheres, especialmente as vinculadas ao PC do B (Partido Comunista do Brasil), que naquela época ainda se abrigava no PMDB, decidiu participar do Seminário, pois acreditava que "embora o Colégio Eleitoral representasse o arbítrio, ficar fora dele também não adiantava; em política, às vezes, tem-se que sujar as mãos" (Margarete, 37).

2 - Desse acirramento de posições em parte decorreu o segundo conflito, que resultou na quase dissolução do Núcleo, no

primeiro semestre de 1985. Nesse caso, se interrelacionaram vários fatores e causas. O Núcleo se encontrava desgastado com a crise anterior e além disso continuava sentindo os efeitos do que vinha ocorrendo a nível não só do PMDB como um todo, mas também do sistema político-partidário em geral. Assim, dessa época até quase meados do ano, ele sofrerá diversas baixas ocasionadas, por um lado, pela legalização dos partidos "clandestinos", como o PCB e o PC do B, cujos correligionários (as) sairiam do PMDB para assumir suas siglas oficialmente; por outro lado, dentro do PMDB de Santa Catarina especificamente, haverá uma outra debandada por causa da saída dos seus quadros do então senador Jaison Barreto, um dos líderes da ala progressista, incompatibilizado com a ala conservadora e seu líder máximo, Pedro Ivo Campos. Na sua saída do PMDB, Jaison levou consigo um número razoável de militantes, principalmente da JPMDB (jovens do Partido) e também algumas mulheres, entre as quais uma das coordenadoras do movimento de mulheres estadual, e suplente de senador, Maria Schirley Donato.

Do Núcleo em si retirou-se, dessa maneira, o grupo do PC do B, que, apesar de não constituir-se em um grande número de participantes, detinha um papel fundamental na militância e na condução dos trabalhos; saíram também algumas adeptas de Jaison, as quais não tinham uma atuação tão marcante, mas contribuía nas atividades e tarefas em geral.

Na esteira desse esvaziamento e sobretudo pela falta de objetivos específicos mais claros, o Núcleo foi sacudido por contestações por parte daquelas que exigiam uma definição maior nas propostas para poder-se levar um trabalho na área da mulher. Assim sendo, ele quase se dissolveu, porque como diz Ana, "não esta

va existindo de fato", continuamente, mas "só em grandes eventos" relacionados, na maioria das vezes, com a vida partidária.

Conseguindo recuperar-se graças ao esforço das participantes e por ter-se voltado um pouco mais à discussão das questões específicas, o Núcleo terá, todavia, naquele mesmo ano, um outro sério conflito interno.

3 - Tratava-se, desta vez, da escolha do candidato do PMDB à prefeitura da Capital.

Na data de 27 de junho de 1985, o Núcleo programou um debate entre Andrino e Wedekin, para inquiri-los e, a partir daí, decidir a quem iria dar apoio. Fazendo poucas perguntas sobre assuntos específicos e prendendo-se mais às posições gerais dos disputantes, as mulheres do Núcleo, com base no desempenho apresentado por cada um, e através de votação realizada dez dias mais tarde, decidiram apoiar Nelson Wedekin na Convenção Municipal. Na reunião onde se tirou essa escolha, houve dezenove presenças, com dezoito votos a favor e uma abstenção. No entanto, algumas mulheres que preferiam Andrino como candidato queixaram-se de não terem sido convocadas para a reunião. Isso gerou um grande mal-estar e declarações à imprensa das "dissidentes", que protestaram contra a tomada de posição do Núcleo nesse caso e julgavam que, ao invés disso, as mulheres não deveriam manifestar-se por nenhuma das candidaturas, comprometendo-se a apoiar o que fosse vitorioso após a Convenção.¹²

A maioria das mulheres do Núcleo, porém, que havia optado por Wedekin, estava disposta a fazer valer o dispositivo do Estatuto do Partido, que estabelece o direito dos órgãos de colaboração de enviar um representante às convenções para a escolha

de candidatos. Dessa forma, o Núcleo escolheu também a sua delegada, mas a Executiva do Diretório Municipal negou-lhe o direito do voto antes mesmo da Convenção. No dia desta (28/7/1985), as mulheres lideradas por Clair, que eram favoráveis a Wedekin, compareceram ao local da Convenção completamente trajadas de negro, "em sinal de luto", por não poderem participar da Convenção.

Por outro lado, as mulheres que apoiavam Andrino (Beth, Ana e outras) fizeram um protesto nessa ocasião, por não terem sido convocadas para a reunião do Núcleo que decidiu sobre o apoio a Wedekin.

Este impasse teve vários desdobramentos, gerando situações delicadas e ressentimentos de ambos os lados. Com a vitória de Andrino na Convenção, o grupo de Clair levou algum tempo para se incorporar na campanha, "marcando posição", segundo Ana.

4 - Depois disso, o outro conflito relevante havido no meio das mulheres guarda relação com o processo de formação do Diretório Municipal do PMDB-Mulher, em maio de 1986, bem como, alguns meses mais tarde, com a decisão do Núcleo em apoiar exclusivamente as candidaturas femininas (Anita e Clair) nas eleições. Ambos os problemas configuram-se em termos dos conflitos de poder interpessoais, em torno principalmente da hegemonia de Clair, considerada "involuntária", como já foi assinalado, mesmo por aquelas que se colocavam criticamente em relação a esse fato.

"Houve uma briga lá dentro, uma divisão dentro do Diretório (das Mulheres), não por parte da Clair, mas por parte do seu Comitê, do pessoal mais empolgado com sua candidatura, que têm a Clair como ídolo. Para elas, quem não fechou com a Clair, não fechou com a proposta. Eu não vejo assim" (Beth).

Um dos aspectos do confronto deu-se porque em uma reunião às vésperas da data marcada para as convenções municipais do PMDB-Mulher em todo o Estado, surgiu e foi aprovada no Núcleo uma proposta de que as mulheres não presentes naquela reunião não poderiam fazer parte da chapa única para o Diretório. Isso gerou mais confusões e mal-entendidos, havendo um abrandamento desse critério posteriormente.

A questão mais séria, entretanto, era a do apoio do Núcleo somente às duas candidatas, havendo uma contra-argumentação por parte de Beth e de outras mulheres de que se deveria apoiar também os candidatos homens que incluíssem propostas de melhoria da situação da mulher nos seus programas e que se mostrassem, na sua prática política, solidários à causa das mulheres.

Houve acusações, por um lado, de que Clair estaria fazendo um "jogo eleitoreiro", enquanto, por sua vez, componentes do Núcleo ligadas ao Comitê de Clair e de Anita taxavam as outras de "dominadas pela política masculina", por terem apoiado alguns candidatos.

Essa discussão, sobre apoiar apenas candidaturas femininas ou também de homens que tenham posturas progressistas em relação às reivindicações das mulheres, é algo muito novo e quase inexistente na bibliografia especializada. As referências que se tem, entretanto, mostram que a participação minoritária das mulheres nas elites políticas configura-se num fenômeno universal, variando de grau e nível, desde as participações mais amplas do sexo feminino nos Parlamentos Nacionais dos países escandinavos (Suécia-27,8%, Finlândia - 26% e Noruega - 24% - dados de 1981), até sua participação ínfima na maioria dos países, inclusive no

Brasil (1,5% em 1983, 4,6% em 1987).¹³

Assim sendo, para os movimentos de mulheres a nível mundial, essa questão delicada se insere no marco do debate, ainda incipiente, mas altamente polêmico, de aceitação ou não da colaboração direta de homens no processo de transformação da condição feminina.

Se tão poucas conseguem penetrar no reduto fechado dos Parlamentos e dos cargos Executivos de Governo, o que se colocaria como mais importante - concentrar energias e recursos para conseguir eleger um número maior de mulheres - ou tentar disseminar ao máximo as propostas alternativas sobre a questão da mulher, aceitando e dando apoio também às candidaturas masculinas abertas a esta questão?

Vale dizer que, concordando com o argumento de Beth, observamos que o fato em si de ser mulher não quer dizer que a eleita ou detentora de algum cargo terá preocupações específicas nessa área. Também sabemos, por outro lado, que existem muito poucos representantes do sexo masculino que realmente atentem para o equilíbrio dos gêneros, contribuindo de forma significativa para a modificação das relações cotidianas, tanto na esfera pública quanto na doméstica. Há, porém, as exceções de homens que, em número crescente, contestam os papéis sexuais tradicionais. Além disso, é fácil imaginar que só poderá haver a superação concreta da cultura sexista vigente, na medida em que o anti-patriarcalismo consiga ampliar seu contingente de aliados possíveis, mudando valores e mentalidades de ambos os sexos.

Assim, voltando ao ponto que discutíamos, sobre a exclusividade de apoio às candidaturas femininas, há que se pensar se-

riamente em que o projeto de uma nova sociedade passa não só pela incorporação das mulheres ao mundo "público", mas também dos homens às questões ditas do mundo "privado"; que não sejam só as mulheres a discutir a questão da creche, da violência sexual, da legalização do aborto ou dos métodos contraceptivos. Pode ser que isso seja uma questão para o futuro, mas talvez seja conveniente começar a cogitá-la desde já.

c. Relações com outros grupos de mulheres

A finalidade desta seção é verificar como ocorrem as relações e intercâmbio do Núcleo com outros grupos de mulheres, sejam autônomos ou partidários, a nível local, estadual e nacional.

No contexto do próprio movimento de mulheres do PMDB de Santa Catarina, o Núcleo de Florianópolis sempre manteve (e intensificadas em períodos eleitorais) relações, através de suas líderes, com os outros Núcleos municipais do Estado, colaborando muitas vezes na formação e articulação desses grupos. Serviriam, assim, como uma espécie de "consultoras" aos Núcleos partidários menos desenvolvidos.

O contato com o PMDB-Mulher a nível nacional se dá, formalmente, através das representantes, em Brasília, do movimento estadual de mulheres, Terezinha Carneiro e Ada de Lucca. Por outro lado, o Núcleo não estabelece intercâmbio direto com essa instância, mas sim através das suas lideranças (Anita e Clair) que recebem pessoalmente correspondência, material e convites para os Encontros. Há, contudo, a promoção esporádica de Seminários em Florianópolis, que contam com a presença de expoentes femininas lá,

do PMDB nacional, como Sílvia Pimentel, Ruth Escobar e Jacqueline Pitanguy.

Quanto ao envolvimento com grupos de mulheres não pertencentes ao PMDB, poderíamos tentar classificá-los em três níveis: local, estadual e nacional.

No primeiro nível, verificamos que o contato com mulheres do interior da Ilha, organizadas em clubes de mães ou através das associações de bairro e dos Conselhos Comunitários, não passou muito das intenções iniciais. Pensou-se, no primeiro ano de vida do Núcleo, após o período de maior agitação da campanha das diretas, em expandir as atividades para os bairros, na tentativa de atingir mais as mulheres nas suas próprias comunidades, para "orientá-las e conscientizá-las". Isso não foi levado a cabo, porém, tanto por se priorizarem outras questões, quanto pela falta de estrutura do Núcleo para esse tipo de atividade. Contudo, algumas entrevistadas ressaltam que, mesmo não havendo um trabalho concreto com os clubes de mães, algumas pessoas do Núcleo, entre elas Clair e Anita, visitavam esses grupos de mulheres esporadicamente.

A nível estadual, praticamente não há contato com grupos de mulheres que não sejam do Partido. Como vimos no segundo capítulo, além do movimento partidário de mulheres, o que mais se destaca em Santa Catarina é o movimento das agricultoras, com atuação primordial na região Oeste, e que não tem qualquer ponto de ligação com as mulheres do PMDB. Os outros grupos, sendo muito incipientes ou com funcionamento precário, não têm condições de estabelecer trocas e colaboração.

Em relação aos grupos de mulheres autônomos a nível na

cional, ocorre o mesmo que foi relatado acerca do movimento partidário nesse nível: os contatos se dão, da mesma forma, por meio das lideranças, nesse caso, mais canalizada por Clair, que recebe material e correspondência nominais, por ser a mais conhecida, das componentes do Núcleo, pelos grupos de fora.

Colocada a questão dos Conselhos (Nacional, Estadual e Municipal) dos Direitos da Mulher ou da Condição Feminina, observamos que ela não é percebida em toda a sua amplitude de ser uma instância onde participam conjuntamente elementos da sociedade civil e do Estado.

Tendo surgido inicialmente no Brasil no Estado de São Paulo, em 1983, os Conselhos existem hoje no País nos três níveis, nas ainda em número muito pequeno. Na sua forma de funcionamento, ele congrega normalmente a participação de representantes de grupos autônomos de mulheres e, por outro lado, de representantes femininas das Secretarias do Estado ou do Município, com uma ligeira predominância numérica das primeiras.

Em 1985, com a vitória do PMDB nas eleições à Prefeitura de Florianópolis, o Núcleo articulou um projeto encaminhado ao prefeito (empossado em janeiro de 1986) de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Este projeto encontra-se preso, até o momento, na Câmara de Vereadores, esperando deferimento. Além disso, nas eleições de 1986, as peemedebistas requereram a seu candidato a governador, Pedro Ivo Campos, a criação a nível estadual do Conselho, obtendo a promessa de que isso seria feito na sua gestão.

Entretanto, nas entrevistas, as integrantes do Núcleo (com exceção de Margarete) não parecem levar em conta o risco de

manipulação e atrelamento pelo Estado dos grupos autônomos, por conta da debilidade e da precária estrutura desses grupos em Santa Catarina.

Duas mulheres, (Beth e Iara), por sua vez, preferem a forma de Secretaria da Mulher a um Conselho, por acreditarem que, desse modo ter-se-á maior autonomia financeira e de ação. Assim sendo, ficaria descartada a participação dos movimentos não-partidários, configurando-se num órgão como outro qualquer a nível do Governo.

Finalizando esse tópico, cabe ainda mencionar o aspecto da atitude das mulheres do PMDB relativamente às mulheres dos outros Partidos. Como não existe mais nenhum movimento partidário, não haveria um nível comum de troca ou mesmo de confronto. Contudo, pelo fato de o PMDB estar-se tornando o Partido no poder nas várias esferas e, outros partidos, novos e velhos, inclusive alguns à esquerda do PMDB, estarem ocupando o lugar de Oposição, as mulheres do Núcleo vêm-se numa situação ambígua nas suas posições. Um dos conflitos mais sérios nesse caso é o que se dá entre as militantes do PMDB e as do PT. Isso ocorre, principalmente em função da ligação do Partido dos Trabalhadores com o movimento das mulheres agricultoras e o seu crescente prestígio nos pleitos eleitorais no Estado. Por sua vez, entretanto, as (os) petistas catarinenses, na sua maioria, não possuem uma consciência clara do feminismo, o que faz com que alguns dos seus setores o identifiquem como "coisa das mulheres do PMDB", no sentido pejorativo característico da esquerda tradicional de rotular o movimento feminista como "passatempo de mulheres burguesas", "ideologia importada para dividir a luta principal", entre outras qualifica-

ções.

Essa disputa, que já existia há algum tempo, tornou-se aberta no final de 1985, durante o 3º Encontro de Mulheres de Santa Catarina, em Lages, novamente organizado por Anita Pires e mais uma vez com a pretensão de ser "suprapartidário".¹⁴

Como referências também percebemos as análises de componentes do Núcleo sobre o lançamento de candidaturas de mulheres pelo PT¹⁵ e seu desempenho, em termos de voto, que resultou na eleição da única representante do sexo feminino em Santa Catarina em 1986, a agricultora Luci Choinaski, para a Assembléia Legislativa.

No decorrer da história política catarinense, só houve duas outras mulheres ocupando o cargo de deputada estadual: a professora negra Antonieta de Barros, eleita para o primeiro mandato em 1934 e começando o segundo em 1948, quando entrou como suplente, pelo PSD, e Ingeborg Colin, da UDN, da década de 50, também como suplente, ficando pouco tempo na vaga. Assim sendo, a eleição de Luci, depois de um período de mais de trinta anos sem a presença feminina na Assembléia, poderia ter suscitado uma reação entusiástica por parte daquelas que se pretendem engajadas num processo de transformação da condição da mulher. Contudo, em reunião estadual do PMDB-Mulher realizada vinte dias após as eleições, para avaliar os resultados desta, verificando-se as razões do insucesso das três candidaturas femininas pelo PMDB, representantes do Oeste e da região serrana colocaram, de forma taxativa que, nas suas regiões, quanto à participação das mulheres, "O PMDB trabalhou e o PT lucrou".¹⁶ Com isso, elas queriam dizer que a suposta mobilização das mulheres feita pelo PMDB havia-se con-

vertido em votos para o PT, com a ajuda da Igreja Católica.

Observa-se nessa afirmação, em primeiro lugar, o não conhecimento da estrutura de organização do movimento das mulheres agricultoras em Santa Catarina e, por outro lado, que teria havido uma superestimação da capacidade do PMDB-Mulher em obter votos das próprias mulheres.

Até fevereiro de 1987, não havia qualquer sinal de aproximação ou de boas vindas por parte do Núcleo em si ou de suas componentes individuais para Luci Choinaski. Apesar disso, em uma matéria de jornal feita em dezembro de 1986, as líderes e ex-candidatas Anita Pires e Clair Castilhos se referiram, quando perguntadas, à eleição da representante petista como sendo "de importância fundamental para a luta da emancipação da mulher em Santa Catarina".¹⁷

Não se sabe o que poderá ocorrer daqui para frente, mas de qualquer forma, visualiza-se a inexistência de uma integração maior entre as mulheres dos vários partidos. Se o acirramento se encontra atualmente entre PT e PMDB é porque há, no caso das mulheres, uma competição na mesma faixa de eleitorado e de possibilidade de "trabalho popular". Essa situação, contudo, poderá agravar-se com a expansão de outros "pequenos partidos", como o PSB, o PCB e o PC do B, além do surgimento de siglas alternativas.

d. Relações com o Partido

Este tópico configura-se em um dos pontos cruciais da nossa análise, sendo os seguintes os aspectos enfocados:

- Forma como as mulheres do PMDB sentem a discriminação contra o Núcleo e contra suas integrantes;
- Ponto de vista dos homens do Partido sobre o movimento de mulheres;
- Relações de Poder internas do PMDB;
- Capacidade de transformação destas relações de poder pela entrada das mulheres na vida partidária;
- Processos eleitorais e o Núcleo;
- Propostas femininas para as políticas públicas através da esfera Executiva do Poder (prefeitos e governador eleito).

As mulheres do Núcleo de Florianópolis percebem a discriminação de modos diferentes. Entretanto, apenas duas (Iara e Clair) negam que ela exista atualmente. No caso de Clair, isso chega a ser paradoxal, na medida em que, como veremos, ela é apontada, por suas próprias companheiras, como uma das mulheres mais estigmatizadas pelo Partido. Algumas das entrevistadas observam o tratamento diferente dado pelos homens no dia-a-dia das atividades político-partidárias, ou seja, pela maneira como se dirigem às mulheres, através de atitudes paternalistas, ou encarando a presença feminina como algo folclórico e decorativo:

"O Secretário Geral do Diretório Municipal, quando nos vê reunidas na sede, sempre diz que 'a sala está florida'; para eles é interessante que nós estejamos lá, porque é bonito" (Carmem).

Por outro lado, há queixas de que, mesmo tendo obtido a participação de mulheres nos Diretórios Regional e Municipal, es-

tas não têm acesso às conversas e decisões consideradas importantes para o Partido:

"Eu sinto claramente a discriminação dentro do Partido no momento em que se discute o Poder propriamente dito..., em que se fazem os conchavos. Esses conchavos excluem as mulheres. Apesar de eu ser a segunda vice-presidente do Partido, os homens são chamados para discutir os problemas urgentes, enquanto eu sou esquecida, não me chamam" (Anita).

"Mesmo a Branda sendo a vice-presidente do Partido (a nível municipal), fica sem saber algumas coisas. Os homens vão às vezes para a cozinha (sic) do Diretório e ficam cochichando lá" (Carmem).

Quanto a retaliações contra membros individuais do Núcleo, há cinco depoimentos que mencionam, em graus variados, ataques do Partido à pessoa de Clair (Branda, Cida, Ana, Beth e Anita), em cima, principalmente, de suas referências feministas e das suas atitudes consideradas radicais e agressivas.

Anita coloca, outrossim, a "estranheza" que causa aos homens do Partido, as posturas de Branda (Presidente do Núcleo e vice-presidente municipal do PMDB), por causa da sua forma de agir "diferente e desbocada", "imprópria" para uma mulher. Crê que é preciso que as mulheres políticas tenham um cuidado extremo com sua imagem pública para que não se passe a idéia de "radicalismo", de "posições violentas" e pouco convencionais para o sexo feminino de acordo com as normas vigentes.

Para Beth, a discriminação contra o Núcleo seria mais em função da posição ideológica progressista deste em relação à

direção atual do Partido; segundo ela, "as mulheres conservadoras são valorizadas" pelas cúpulas estadual e municipais do PMDB, enquanto mulheres com convicções mais à esquerda não teriam espaço no jogo do poder partidário.

Cida e Clair lembram a questão do boicote feito pelo Diretório Municipal de Florianópolis, até meados de 1985, a que o Núcleo ocupasse a sede do Partido para suas reuniões. Isso, entretanto, também é colocado em termos da posição ideológica do Núcleo, que não fechava e não se compunha com a ala conservadora hegemônica no Diretório Municipal durante aquele período. Outras depoentes (Lia, Margarete, Branda e Querubina) fazem referências em geral à discriminação, colocando-na como "um certo temor dos homens em relação ao novo comportamento da mulher".

Para enfrentar essa situação, algumas mulheres (Anita, Cida, Carmem e Querubina) acreditam que a formalização foi um dos jeitos encontrados por elas para terem "mais representatividade" e serem "mais respeitadas" pelo Partido, mesmo que isso significasse, como vimos, o afastamento das suas orientações iniciais:

"... Nós sentimos a necessidade de pesquisar no Estatuto do Partido e de ver até onde poderíamos levar a sério e ter que agir como homens. Se era isso que faltava para podermos votar e também para fazer parte nas decisões do Partido, ... então tivemos que fazer uma Convenção" (Cida) (grifos nossos).

O trabalho atuante e a pressão como grupo são também vistos como recursos valiosos na tentativa de se reverter a situação de desigualdade em relação às mulheres (Lia e Carmem). Anita, por outro lado, declara que, para "garantir o espaço", as mulhe-

res devem procurar não demonstrar falhas, não "dar derrapadas", e ter sempre soluções engatilhadas, melhor do que as dos homens.

Se essa são as visões gerais que as mulheres têm da sua condição no interior do Partido, é interessante verificar o que seus companheiros do PMDB pensam da organização e da participação feminina. Das três entrevistas para os homens, duas foram feitas com vereadores de Florianópolis: Içutiri Pereira, 42, candidato não eleito a deputado estadual em 1986 e Rogério Queiroz, 46, ex-presidente do Diretório Municipal de Florianópolis. A terceira foi realizada com Jacó Anderle, 50, ex-presidente da Fundação Pedroso Horta, Secretário Geral do PMDB de Santa Catarina e também candidato a deputado estadual não eleito em 1986.

As posições dos três são diferentes em vários pontos e refletem as visões mais ou menos tradicionais que cada um possui a respeito do papel das mulheres na vida política.

Sobre a existência do Núcleo, Jacó vincula a mobilização das mulheres ao plano de transformação do PMDB num "moderno partido de massas", dentro do que foi preconizado pelos intelectuais do Partido.

Içuriti o vê como "um espaço que estava aberto e que inteligentemente as mulheres tomaram, com bastante dignidade", ou seja, como se fosse um espaço "natural", só dependendo da vontade das mulheres para ser ocupado (grifo nosso).

Rogério, por sua vez, não se mostra muito favorável à organização separada das mulheres:

"Eu acho que a mulher deve participar do PMDB sem divisões, se não, de repente, vamos ter que formar o departamento dos

homens também...".

Interrogados acerca da discriminação contra as mulheres dentro do Partido, Jacó foi o único dentre eles que fez uma ligação da situação desigual da mulher no âmbito do poder político com a sua condição na sociedade como um todo; referiu-se também ao cotidiano e à esfera privada, onde ele próprio detecta "uma mentalidade machista".

Içuriti crê que existe a discriminação no Partido, mas o problema estaria sendo abrandado com a organização do PMDB-Mulher.

Rogério, por fim, nega que haja discriminação, mas sim "preconceito arraigado", não explicitando até que ponto esse sentimento, que ele descreve como "ciúme, inveja" dos homens em relação ao avanço da mulher, interfere nas relações de poder entre os gêneros no interior do Partido. Admite, contudo, que o "preconceito" leva a que, quando uma mulher demonstra eficiência ou sobressai em alguma atividade partidária relevante, "o homem pode sentir-se diminuído em sua capacidade".

A participação da mulher no Partido, através do Núcleo, é comentada por ângulos diversos. Jacó ressalta que o PMDB-Mulher aumentou a mobilização feminina, mas há muito o que fazer nesse sentido; a participação seria ainda muito restrita. Rogério acha que o PMDB-Mulher, "apesar de ser um gueto", está "forçando a barra" para que as mulheres possam realmente penetrar no Partido. A tendência natural seria a absorção e dissolução do Núcleo dentro do PMDB "na medida em que as mulheres ocupem seu espaço". Para Içuriti, a presença cada vez maior das mulheres dá mais dinamismo às preocupações sociais do Partido; de acordo com ele, "a mulher

olha a reivindicação social, e o homem olha a reivindicação política".

Coerentemente com esse último pensamento, Içuciti enfatiza a especialização das mulheres militantes para a área social, "porque são mães, porque tratam a coisa com mais carinho", enquanto os homens, para esses assuntos, seriam "mais relaxados". Como exemplo ele cita o caso de Beth, que, assumindo o cargo de coordenadora estadual da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), "ocupou um espaço que é de mulher".

Jacó e Rogério não seguem essa linha de pensamento; para eles, não haveria área específica para as mulheres no Partido ou em cargos públicos, apesar de Jacó constatar o fato de que, no cotidiano público, as mulheres acabem sendo lembradas apenas para as áreas de Desenvolvimento Social e Educação, o que é considerado "normal" pela cúpula partidária.

Os três entrevistados concordam que existe uma forma das mulheres fazerem política diferente da forma "masculina". Contudo, somente Içuriti explica melhor como vê essa diferença:

"As mulheres são menos agressivas e têm condições de conseguir mais votos, por causa da sua singeleza..." Jacó sugere que a especificidade do estilo público das mulheres poderia estar vinculada à formação e educação recebida.

É, no entanto, nas palavras dos líderes do Partido a nível estadual, que se observa melhor como é encarada a participação política feminina e quais as concepções que vigoram a respeito das demandas do movimento de mulheres partidário.

No discurso feito na Convenção Estadual do PMDB, em ju-

lho de 1986, pelo então candidato a governador do Estado, Pedro Ivo Campos, e por Saulo Vieira, vice-presidente do Diretório Regional, flagramos alguns desses estereótipos. Depois de salientar que o engajamento do movimento de mulheres no Partido é fundamental para "alcançar o objetivo maior que é chegar ao Governo do Estado", Pedro Ivo destaca o que ele considera serem qualidades femininas essenciais, devendo ser transportadas para as lides políticas:

"Em todos os momentos, a mulher demonstra virtude inigualáveis, pois é dotada de sentimentos interiores muito mais destacados do que o homem, muito mais desenvolvidos que os sentimentos masculinos: a compreensão, a tolerância, a renúncia e o desprendimento são virtudes muito mais marcantes na mulher. Assim sendo, que estas virtudes sejam exercitadas a fim de que a unidade do movimento e, por consequência, a unidade do Partido se mantenha íntegra" (grifos nossos).

Essa retórica teria a função de tentar "pacificar" as mulheres, alvoroçadas com a possibilidade de que Anita Pires, supostamente descontente com determinados rumos que o Partido vinha tomando, renunciasse à sua candidatura de deputada federal, o que acabou não ocorrendo.

Saulo Vieira, por sua vez, faz uma preleção sobre a questão do Poder, colocando-o como algo fora dos horizontes do movimento de mulheres. Como se esse poder (que o partido, como favorito absoluto nas pesquisas eleitorais tinha uma chance muito grande de assumir), fosse algo "sujo", "maculador", a que as mulheres não deveriam aspirar:

"O que quis e o que quer o PMDB-Mulher? Quer um espaço.

Mas, que espaço? Na partilha do Poder que se avizinha? Não! Ele quer um espaço na participação efetiva da vida partidária. Ele quer um espaço de ação política e quer um espaço exatamente no que há de mais belo, de mais grandioso, qual seja, nossa identidade no Partido Político. Todos dizem que o Poder corrompe, mas a expectativa do Poder também corrompe" (grifos nossos).

Por estes exemplos, podemos captar a essência da mentalidade predominante entre os homens do Partido a respeito da participação política feminina. Mesmo observando certos comportamentos excepcionais mais abertos e avançados, principalmente entre alguns progressistas, as representações masculinas em geral sobre a mulher se traduzem em preconceitos e estereótipos que a vinculam à esfera privada e à moralidade (virtude, tolerância, renúncia...) na sua atuação política.¹⁸

As relações de Poder internas refletem a divisão dos papéis entre homens e mulheres no PMDB. Os cargos ocupados por mulheres no Diretório Estadual e nos Diretórios Municipais do Partido em Santa Catarina como um todo, representam apenas em torno de 3% do total; da mesma maneira, a parcela de mulheres detentoras de cargos importantes na administração pública, mesmo onde o Partido no Governo seja o PMDB, é insignificante.

No advento da "Nova República", com a mudança do Governo Federal, as peemedebistas catarinenses requereram, para seus quadros, alguns postos estaduais considerados "possíveis" para as mulheres, como a Presidência da LBA (Legião Brasileira de Assistência), a representação da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e a da Fundação Pró-Memória, ligada ao SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Destes, só a

FUNABEM foi obtida e, mesmo assim, segundo Beth "porque ninguém mais pleiteou, já que não tem estrutura de poder nenhuma, é apenas uma representação".

O prefeito de Florianópolis, Andrino, no cargo desde janeiro de 1986, também é criticado porque, apesar de ter colocado quatro mulheres no seu Secretariado e assessoria direta, apenas uma delas, Anita Pires, faz parte do movimento de mulheres partidário.

Uma das estratégias do movimento de mulheres do PMDB, porém, passa pela tentativa de expandir o número de representantes femininas nos Diretórios do Partido em todos os níveis, especialmente na Comissão Executiva destes. Assim, observa-se que, apesar de tudo, as peemedebistas em Santa Catarina têm conseguido um lento e gradual avanço em termos de obterem acesso a cargos partidários de relevância. Das integrantes do Núcleo, duas pertencem à Executiva Regional do Partido: Anita como segunda vice-presidente e Clair como suplente. Da Executiva Municipal do Diretório do PMDB de Florianópolis participam Branda como vice-presidente também, e Beth como suplente. Além disso, Anita faz parte, como única representante feminina catarinense, do Diretório Nacional do PMDB, o que foi uma reivindicação do movimento de mulheres.

Mesmo levando em consideração o fato já ressaltado de existência de conchavos e "panelinhas" no Partido que excluem as mulheres dos debates e decisões, reconhece-se, por outro lado, a importância para o Núcleo de ter alguns dos seus membros nos cargos dos Diretórios para atuarem como canal de transmissão de informações que, de outro modo, não seriam acessíveis ao movimento

de mulheres.

Sobre a situação que o PMDB vive hoje, todas as entrevistadas foram taxativas em afirmar que o Partido passa por um período de crise e que não é mais o mesmo de alguns anos atrás. As justificativas a este problema são diversas. Algumas assinalam o processo de "inchação" que o Partido vem sofrendo de algum tempo para cá, com a admissão de ex-integrantes de outros partidos, notadamente do PDS. A entrada em larga escala de elementos de direita vindos de fora, tornou ainda mais minoritária a ala "progressista" do PMDB catarinense, a qual a totalidade das entrevistadas diz pertencer, bem como o próprio Núcleo em si.

No bojo desse acirramento das posturas ideológicas internas, quatro depoentes (Cida, Clair, Anita e Branda) se detêm no problema da militância exercida primordialmente pelos jovens e pelas mulheres, que não teria agora o "pique" e o entusiasmo constante do período anterior à "Nova República":

"Há um questionamento geral da militância. Eu até hoje tenho dúvidas se esse é o caminho... Estamos vendo que somos uma minoria dentro de um partido político" (Branda).

Querubina se refere à falta de uma ideologia definida no PMDB, o que coloca como carência de cultura política por parte dos deputados e líderes do Partido. Endossando essa idéia, Beth diz que o PMDB se apresenta hoje "mais como uma sigla do que como uma proposta".

Apesar do quadro descrito acima, apenas três depoentes (Iara, Branda e Ana) não acreditam que possa haver modificações na estrutura do Partido pela presença e atuação do movimento de

mulheres. Iara e Branda não explicitam muito suas razões; Ana, que não mais pertence ao grupo e ao Partido, diz que a formalização, aproximando o Núcleo do tipo de organização departamental, reduziu a possibilidade deste de modificar a dinâmica interna do PMDB.

Para Querubina, Cida, Margarete, Lia e Anita, o Núcleo tem exercido efetivamente um papel de transformação de estruturas dentro do Partido. Cida e Margarete realçam o aspecto de, através da inserção do movimento de mulheres, o PMDB tornar-se "tão progressista quanto o seu programa", colocando-se a questão da democracia nas relações partidárias internas. Lia acentua o fato de que a existência do movimento organizado de mulheres teria colocado na pauta do Partido, com mais ênfase, as questões sociais. Anita crê que o movimento está conseguindo melhorar a situação das mulheres, fazendo com que o Partido dê mais atenção às suas reivindicações. Por sua vez, Querubina pressupõe que, à medida que a participação feminina for crescendo, o PMDB tornar-se-á, de "um partido de homens, com propostas de homem" em "um outro tipo de partido".

Beth, contudo, levanta uma linha diferente de argumentação. Observando a ocorrência de competição acirrada também entre as mulheres, ela afirma que, para poder realmente promover mudanças no interior do Partido, o Núcleo teria que ser mais unido, deveria haver mais solidariedade entre suas componentes.

Os processos eleitorais em geral se afiguram como provas de fogo para o PMDB-Mulher. É no período que vai da seleção dos candidatos pelo Partido até os resultados do pleito, que as mulheres conseguem visualizar mais claramente até que ponto con-

seguiram avançar e obter respaldo, tanto da própria direção partidária, quanto do eleitorado, avaliando o impacto do seu trabalho.

Depois das eleições de 1985, à Prefeitura da Capital, o Núcleo irá participar intensamente da campanha eleitoral no ano seguinte, quanto estavam em jogo não só cargos majoritários (governador e dois senadores), mas também proporcionais à Câmara Federal e Assembléia Legislativa. Sendo, ademais, o ano de escolha do Congresso Constituinte, que seria composto pelos senadores e deputados deferais vitoriosos nas urnas, as eleições de 1986 tinham sua importância ampliada em função desse fato histórico.

Havendo-se definido, no início do ano, pelo apoio às candidaturas de Anita Pires para deputada federal e Clair Castilhos para deputada estadual, o Núcleo de Florianópolis se defrontará com uma série de problemas para obter "vagas" para elas no rol de candidatos lançados pelo PMDB. A situação para Anita não foi tão crítica, já que, tendo seu nome vetado no Diretório Municipal de Itajaí, ao qual era originalmente ligada, conseguiu, no entanto, passar pela "peneira" do Diretório Municipal de Florianópolis. Para Clair, porém, as coisas não foram fáceis. Na reunião do Diretório Municipal de Florianópolis ocorrida no dia 12 de março, sua candidatura foi rejeitada, suscitando protestos contundentes por parte do Núcleo. O incidente foi interpretado como uma manobra do prefeito Édson Andrino, por questões de rixa pessoal com Clair.

Em reunião do Diretório Regional do PMDB no dia 19 de maio, antes, portanto, da Convenção do Partido em julho, que homologaria todas as candidaturas do Partido para os vários níveis, Clair apresentou uma proposta de que 5% das vagas das nominatas

para a Assembléia e para a Câmara Federal fossem reservadas para os segmentos partidários, entre eles o movimento de mulheres. Sendo aprovada por uma confortável maioria de votos, sua proposição permitiu que ela, e mais a vereadora de Criciúma, Dizelda Benedict, saíssem como candidatas a deputada estadual pelo PMDB, além de Anita, que já estava com sua candidatura assegurada para o Congresso Constituinte.¹⁹ A razão pela qual o Partido teria acedido a essa reivindicação não se explica através de orientação estatutária, já que, por esta, apenas os movimentos estudantil e trabalhista teriam direito, não a 5, mas a 10% das vagas totais do Partido.²⁰ Assim, pôde-se entender essa ocorrência como uma espécie de "acordo tácito" entre a direção partidária e o PMDB-Mulher, pois, como coloca Beth, "eles têm medo de negar explicitamente as candidaturas femininas". Não só isso, mas haveria também, por parte de alguns dirigentes, o temor da concorrência de candidatas de outros partidos e a vontade de trazer para o PMDB os votos de "um forte elenco que estava despartidarizado".²¹

Vencida essa disputa, nenhuma das três candidatas, entretanto, logrou eleger-se em novembro de 1986.

Logo após as eleições, no início de dezembro, o PMDB-Mulher realizou uma reunião com lideranças estaduais femininas para avaliar o fraco resultado obtido nas urnas por suas candidatas. As razões apontadas para o insucesso variavam desde a ocorrência pura e simples de restrições e boicotes por parte de dirigentes partidários municipais até a própria fraqueza do movimento em termos de organização. A "canalização pelo PT e pela Igreja da luta das mulheres" foi também, como já mencionou-se na seção anterior, colocada como uma das causas para a não eleição de Anita, Clair e Dizelda.

A respeito da candidatura de Clair, especificamente, faz-se necessário analisar com mais detalhes as diferenças encontradas em relação a 1982. Ela mesma pondera que, em vez do grupo de apoio voluntário da sua campanha anterior, ela teve que contratar pessoal remunerado, resultando num comitê burocratizado e com muito menos entusiasmo. As propostas da plataforma seriam as mesmas, só que mais aprofundadas. Quanto à veiculação de sua imagem como feminista, alternativa, Clair crê que não foi bem aceita pela faixa de eleitorado (de classe média) que lhe corresponde. Ela lamenta, assim, o fato de não ter explorado, politicamente, aspectos mais tradicionais de sua personalidade, como o fato de ser professora, funcionária pública e outros, acreditando que cometeu "um erro de imagem", por não levar em conta o conservadorismo da sociedade. É interessante observar que praticamente as mesmas bandeiras e posturas que em 1982 levaram-na a se eleger como vereadora, quatro anos depois seriam vistas por ela como avançadas demais para o eleitorado...

No tocante a Anita, esta acredita que o abuso do poder econômico e a prática ampla do clientelismo foram os fatores principais que fizeram com que ela tivesse poucas chances relativamente a candidatos mais poderosos, além do que ela qualifica de "falta de experiência de negociação política das mulheres".

Em termos quantitativos, observamos que Anita chegou muito mais perto de se eleger do que Clair e Dizelda, aos respectivos cargos a que concorriam. Obtendo pouco mais de 26.000 votos, Anita ficou colocada como quarta suplente à Câmara Federal pelo PMDB. Já Dizelda e Clair, que disputavam vagas à Assembleia Legislativa do Estado, conseguiram, respectivamente, 8.054

e 4.334 votos, o que representa a 22^a e a 30^a suplência dos candidatos do Partido. No caso de Clair, mesmo levando em consideração o fato de ela ter ultrapassado o dobro dos 1951 votos obtidos na eleição a vereadora em 1982, sua performance ficou bem abaixo da expectativa do Núcleo.²²

O PMDB-Mulher de Santa Catarina, entretanto, começa a se preparar para as próximas eleições municipais de 1988, tomando suas providências no sentido de garantir a presença de mulheres nos diretórios de todos os municípios, para poder lançar o maior número possível de candidaturas de vereadoras.

Encerrando esta seção, resta-nos analisar o aspecto referente às propostas feitas pelas mulheres do PMDB ao então candidato e, depois governador eleito, Pedro Ivo Campos.

Já em 1982, durante a campanha do candidato do PMDB ao governo na época, Jaison Barreto, pertencente à ala progressista (que não se elegeu), as mulheres vinculadas à Fundação Pedroso Horta elaboraram o projeto de um órgão executivo, subordinado diretamente ao governo do Estado e acima de todas as Secretarias, com a função de atuar na área social. Tal órgão, denominado GEPAC (Gabinete Executivo de Participação e Ação Comunitária), teria quatro divisões ou centros, sendo um deles o Centro de Organização e Defesa da Mulher.

A criação de um órgão desse tipo, que envolvia todo o trabalho da área voltada às políticas sociais, e não apenas um Conselho da Mulher, como se planejava em outros Estados, como São Paulo, era justificada da seguinte forma:

"Acreditamos que um Órgão dirigido especificamente à

mulher, como vem sendo cogitado em outros Estados e mesmo a nível nacional pelo PMDB, seria mais uma forma de discriminar a mulher, colocando-a de lado cuidando apenas de seus assuntos. A mulher obteria uma concessão e não uma participação. Não nos parece que assumindo a discriminação e a institucionalização, estamos ajudando a mulher catarinense a alcançar sua igualdade".²³

Esta posição, no entanto, modificou-se depois de alguns anos, provavelmente em função de algumas realizações dos Conselhos existentes em São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Como consequência, as peemedebistas em Santa Catarina passaram a reivindicar a criação de conselhos de mulheres tanto a nível municipal quanto estadual, a partir de 1986.

Em relação à candidatura de Pedro Ivo ao governo do Estado, as mulheres tencionaram fazer parte do grupo encarregado de organizar o seu Plano de Governo. Contudo, isso não chegou a se concretizar, em parte pela pouca abertura do grupo, eminentemente conservador, e, por outro lado, pelo engajamento priorizado pelas mulheres nas campanhas das candidatas apoiadas pelo movimento.

Na Convenção Estadual do PMDB-Mulher em 26 de julho, houve a apresentação de algumas propostas ligadas à questão da mulher, com ênfase nas áreas de Saúde, Cultura, Educação, Direitos Civis e Trabalho. Todavia, no Plano de Governo do PMDB, divulgado no segundo semestre de 1986, através de quatro cartilhas abordando as áreas setoriais, havia pouquíssimas referências à questão específica da mulher. Essas referências são as seguintes:

- No item "Administração Pública", nas metas do setor de Recursos Humanos e Sistemas, existe uma proposta de se oferecer às servidoras-mães de filhos menores de quatorze anos a possibilidade de opção por expedientes reduzidos, com salários proporcionais.²⁴

- No item "Desenvolvimento Social", nas metas do setor de Assistência Social, o plano prevê a suplementação alimentar para, entre outros "carentes", às gestantes e nutrizes, além da implantação de quatro mil creches domiciliares.

É interessante, porém, ressaltar que nas diretrizes desse mesmo item consta que a "proteção à pessoa humana" é responsabilidade, em termos de ordem, prioritariamente da mãe, vindo a seguir a família, a comunidade, e, somente de forma supletiva, do Estado²⁵ (grifos nossos). Vê-se, dessa maneira, que a orientação do documento não foge à linha atávica de colocar o ônus maior da reprodução e socialização das crianças sobre a mulher, vista primordialmente como "mãe".

- No item "Justiça e Segurança Pública" menciona-se como metas a construção de uma penitenciária feminina e a expansão das delegacias de proteção à mulher.²⁶

Nos importantes itens de Educação, Cultura, Saúde, Habitação e Trabalho, entre outros, não há qualquer referência à problemática feminina, seja ela qual for.

No tocante a cargos na futura administração, o PMDB-Mulher foi mais contundente. Se em 1982 não se exigia de forma explícita nenhum cargo para as mulheres, mas mais no contexto da ala progressista como um todo, a postura quanto a esse tipo de

reivindicação também mudou. Além de pleitear uma das Secretarias, o movimento partidário de mulheres indicou quatro nomes para o segundo escalão, sem contar com a Presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, cotada automaticamente para alguma das integrantes do movimento.

Apesar disso, as mulheres entrevistadas mostram-se céticas quanto à distribuição desses cargos. Segundo Anita, é provável que Pedro Ivo preencha as vagas com mulheres mais afinadas com ele, ou seja, de tendência conservadora, o que deixaria de fora as progressistas indicadas pelo PMDB-Mulher. Clair afirma que é necessária a criação de um "lobby" para pressionar o governador eleito, sem explicitar se esse lobby seria puramente intrapartidário ou contando com elementos desvinculados do Partido.

Avaliando o Plano de Governo para Santa Catarina nos próximos quatro anos, fica claro que não houve uma possibilidade ou capacidade maior de pressão por parte das mulheres do PMDB no sentido de fazer a ligação entre reivindicações femininas específicas e o planejamento de implantação de políticas públicas. O Plano de Governo de Pedro Ivo Campos, assim como foi em toda sua campanha, reflete uma imagem conservadora, tradicional, no que tange ao papel da mulher dentro da família e da sociedade. Como foi ressaltado, a concepção de uma boa parte dos dirigentes peemedebistas em relação à mulher catarinense é de vê-la primordialmente como mãe, dona-de-casa e esposa. As mensagens da propaganda eleitoral de Pedro Ivo, através da televisão, tentavam passar esse ideal de família, apresentando-no como um patriarca, acompanhado da esposa, Marisa Campos, e das quatro filhas do casal.²⁷

Se isto poderá ser revertido por meio da criação e de uma atuação efetiva do Conselho Estadual, ou de um esforço concentrado das próprias peemedebistas a partir de março de 1987, é duvidoso.

A participação das mulheres na elaboração das políticas específicas dentro de um governo pouco sensível a estas questões, dependerá de força e de mobilização para pressionar o governador eleito e os outros dirigentes estaduais.

e. Nível das Representações

O último tópico a ser contemplado nessa parte do capítulo diz respeito à maneira como as entrevistadas percebem e se posicionam em relação ao ideário feminista e em relação à participação geral das mulheres em partidos políticos. Nas páginas anteriores, estas questões já foram delineadas e colocadas secundariamente em outras discussões, como no caso da organização do Núcleo, dos conflitos internos e da relação com outras mulheres; se rão; agora, analisadas de forma mais detalhada.

Sobre o primeiro aspecto, qual seja, a percepção e a relação com o feminismo, das onze depoentes, apenas uma (Iara) negou veementemente a denominação de feminista para si. As outras dez afirmam que se consideram adeptas do feminismo e não vêem diferenças entre lutas femininas e lutas feministas, apesar de muitas declararem que não se aprofundaram nos assuntos relativos à luta específica das mulheres, ou que começaram a fazer isso há pouco tempo.

No caso de Iara, ela diferencia lutas femininas e femini

nistas, dizendo que feminina é "a luta por um espaço para nós, mulheres, dentro do contexto social, com os valores que nós temos, que não são reconhecidos muitas vezes"; por outro lado, a luta feminista, para ela, visa "abarganhar o espaço do homem, é uma luta contra os homens". Percebe-se, nessa afirmação, o clássico estereótipo que se traduz na frase ainda frequente nas falas de muitas mulheres que, mesmo lutando pelos seus direitos, dizem que são "femininas" e não "feministas", como se essas coisas se excluíssem.

É o que também faz Cida: mesmo tendo declarado, no seu depoimento, considerar-se "no fundo" feminista, alega que, "por tática", não o assume publicamente. A quem lhe pergunta, ela responde com o chavão de que "é feminina, e não feminista". Tendo participado de um Encontro Latino-Americano em São Paulo, onde teve seu primeiro contato com o movimento feminista, ela critica o que chama de "certos exageros, não da parte de todas, mas de algumas", como a exclusão dos homens pela coordenação do Encontro.

Com uma visão oposta, Querubina rejeita, de forma enfática, a suposta dicotomia feminina-feminista, declarando que isso "não tem nada a ver".

Quanto ao Núcleo como um todo, apenas quatro mulheres (Carmem, Querubina, Lia e Clair) acham que ele é feminista. As sete restantes assinalam que há resistência contra o termo em si, por causa da imagem que se construiu do feminismo, como fica claro na expressão de Iara, de imaginá-lo como "luta contra os homens". Há também severas restrições a várias teses defendidas pelo movimento feminista, principalmente sobre questões relaciona-

das à sexualidade, contracepção e aborto.

Nesse ponto, percebemos mais uma das ambiguidades das posições de Iara que, apesar de no seu discurso se colocar como anti-feminista, é favorável à descriminalização do aborto, ao contrário de elementos do Núcleo que rejeitam essa tese e vinculam-na ao feminismo.

Ana, que antes da formação do Núcleo, participou de um grupo feminista, dá alguns esclarecimentos adicionais. De acordo com ela, havia efetivamente preconceito por parte da maioria das componentes do Núcleo, mas isso não impedia que Clair, que assumia um discurso feminista, fosse a liderança mais respeitada no grupo. Todavia, ela acredita que uma proposta de impacto como a do feminismo tende a ser arrefecida e, às vezes, quase anulada dentro de qualquer instituição. Nessa linha de pensamento, Ana vê os partidos como fóruns inadequados para as feministas e sublinha a urgência de, no caso de Santa Catarina, reconstruírem-se os espaços próprios do movimento autônomo, que deve manter, contudo, uma atuação sobre os partidos. Lembra, também, o fato de que algumas mulheres com experiência anterior de feminismo, como ela mesma, por motivos diversos, acabaram-se afastando do Núcleo; não houve, porém, a recriação do espaço do movimento feminista autônomo em Florianópolis.

O outro aspecto abordado nas entrevistas foi o dos papéis, estilos e forma da mulher de fazer política.

Atavicamente, as mulheres, desde que tiveram acesso à participação política, têm permanecido em papéis considerados "próprios" ao sexo feminino, dentro da lógica patriarcal, representando uma extensão do lar na vida pública.

Quando uma mulher consegue, com muita dificuldade, alcançar a um cargo Executivo de primeiro ou segundo escalão, este normalmente pertence à área social (Saúde, Bem-Estar, Educação, etc...), que é considerada uma atribuição mais próxima aos afazeres domésticos e à continuidade do papel simbólico de "mãe".

Acerca desse problema, quase todas as entrevistadas (com exceção de Iara), se mostraram contrárias à existência de "áreas específicas" de atuação das mulheres na política.

Na opinião de Iara, que assume, sem críticas, a existência de áreas "femininas", as mulheres são mais capazes que os homens em certos campos específicos, como por exemplo, Educação. Seu ponto de vista se aproxima ao de um dos homens entrevistados, Içuriti, que também confirma, como vimos na seção anterior, a especialização das mulheres nos setores sociais, devido à sua "índole materna".

Entre as dez restantes, que contestam a limitação das mulheres a funções determinadas na política, vinculadas a papéis tradicionais, cinco, entretanto, ressalvam o fato de que a própria formação profissional da maioria das mulheres deriva para essas áreas específicas. Assim sendo, torna-se mais difícil encontrar trabalhadoras ou estudantes do sexo feminino em áreas técnicas do que nas áreas ligadas às Ciências Humanas. Esse padrão, no entanto, vem sendo modificado ao longo dos anos, não havendo uma correspondência direta em larga escala de aumento do número de mulheres nos cargos de poder em setores considerados não convencionais.

No tocante à forma de fazer política, a maioria das mulheres tende a assinalar diferenças relevantes entre o estilo

"feminino" e o "masculino" na atuação política.

Quatro mulheres (Margarete, Carmem, Ana e Clair) têm opiniões semelhantes, colocando que o fazer político das mulheres é marcado pela "emoção, sensibilidade, mais próximo do povo, do cotidiano, mais aberto, leve, solto, informal, mas comprometido".

"Mulher cochicha, fica conversando em casa, é capaz de criar uma outra rede de relações dentro da política" (Ana).

Para Lia, contraditoriamente ao seu ponto de vista sobre áreas específicas destinadas às mulheres, a mulher se destaca na política pelo "seu carisma como mãe e dona-de-casa".

Querubina afirma que a própria educação diferenciada das mulheres as levaria a terem comportamentos políticos distintos, mas ressalva que "há determinados momentos em que as mulheres agem da mesma forma que os homens".

Anita, Cida, Branda e Beth elaboram uma argumentação similar a esta última idéia, dizendo que uma boa parte das mulheres teria, sim, um estilo próprio de fazer política, mas haveria algumas que se comportam "de maneira idêntica aos homens", isto é, sem os atributos qualificados por elas como próprios das mulheres mais comprometidas, como autenticidade, rejeição às práticas clientelísticas consideradas "masculinas", ligação com a questão da mulher, e outros.

Iara, mais uma vez, é a única que nega a existência de um estilo feminino na política. Admite, porém, que "os homens são mais agressivos" nesse campo, sendo que à medida em que as mulheres se tornam mais participantes do processo político, tam-

bem incorporam essa agressividade "típica" dos homens.

Em todos os depoimentos transparece, portanto, a noção incorporada de uma natureza "moral" feminina, em contrapartida a uma "imoralidade" masculina "característica" na política. Mesmo aquelas que não generalizam para todas as mulheres o tipo de comportamento comum ao "estilo feminino" (menos corruptas, menos clientelistas, mais sensíveis ao cotidiano e ao social), alegam que as desviantes seguem ao "padrão masculino", colocado como mais agressivo, com práticas verticais, mais oportunistas e "eleitoreiro". É sintomático, quanto a isso, o pensamento de Clair, expresso numa entrevista dada ao jornal "O Estado":

"Os homens, na realidade, acham interessante lançar candidatas mulheres para angariar votos femininos. Nós podemos pegar esta prática eleitoreira e transformá-la em prática consequente, voltada para os problemas da mulher".²⁸

Como observa Guivant, se por um lado há uma tendência das mulheres dentro dos partidos em não aceitar a delimitação de áreas consideradas pela tradição como próprias para a mulher, como o problema do menor, bem-estar, cultura, educação, etc., por outro lado, elas também não questionam a pressuposta dicotomia mulher-moral/homem-imoral, que atribui às primeiras, exclusivamente, sentimentos e qualidades na política como "sensibilidade, afetividade, desinteresse e justiça", como se estes não fizessem parte, de forma típica, do padrão político masculino.²⁹

Se o discurso já revela algumas ambiguidades, a prática das peemedebistas organizadas não deixa por menos. O Núcleo que, apesar de não se colocar como feminista no conjunto, divulgou na comemoração do 8 de março de 1986 um panfleto com explica

ções e mensagens sobre o feminismo, por outro lado nunca questionou de forma aberta (e até colabora) com manifestações e atuações bastante tradicionais entre as mulheres. O exemplo mais claro disso é nunca ter havido, da parte do Núcleo ou do PMDB-Mulher a nível estadual, um questionamento do papel estereotipado da "primeira-dama", a mulher que entra na política via casamento, reforçando a figura e a atribuição de "esposa" na esfera política-partidária. No Partido, inclusive, existe um princípio de organização da "Associação Estadual de Esposas de Prefeitos e Vice-prefeitos do PMDB", chegando a ser realizados dois encontros estaduais com esta finalidade, coordenados por lideranças do PMDB-Mulher (como Clair e Beth) e da Fundação Pedroso Horta. Começa a haver, também, uma organização de esposas de deputados estaduais do Partido, sendo ambas com fins assistencialistas.

Não é nosso objetivo contestar a entrada dessas mulheres na vida pública, mas sim a forma pela qual se dá essa entrada, ou seja, a instituição desse papel atávico que vincula a participação da mulher na política ao cargo que seu marido ocupa no momento, e que aparentemente é vista como "normal" pelo PMDB-Mulher. Reforça-se, assim, o conceito mencionado pelo vereador Içuriti, que ao homem compete o lado político e, à mulher, o lado social...

Para concluir essa análise feita do Movimento de Mulheres do PMDB, julgamos necessário enfatizar alguns pontos do que foi colocado anteriormente.

Na trajetória do movimento, vimos que este passou de uma organização menos formal para algo próximo do departamento ou seção feminina, o que as mulheres consideram como tendo sido

uma exigência dos próprios dirigentes (homens) do Partido e a condição para que elas conseguissem atuar mais efetivamente na vida partidária.

Por outro lado, apesar das queixas e críticas, muitas delas acham que o PMDB ainda é a única opção em termos de partido no momento, ressaltando que o espaço obtido por elas seria inviável em outras agremiações partidárias, que, ademais, utilizariam as mulheres como "massa de manipulação".³⁰

Nas páginas seguintes, avaliaremos, com base em todos esses pontos analisados, os principais desafios e questões que se colocam ao PMDB-Mulher e suas propostas de expandir e consolidar a participação feminina na vida e nas decisões do Partido, bem como as relações externas, com o eleitorado e com os movimentos autônomos de mulheres.

2. Desafios à Participação das Mulheres no PMDB

Respaldados por tudo que observamos até agora, elaboramos algumas questões que para nós se constituem em desafios ou obstáculos a uma maior participação das mulheres na política partidária, no caso específico do PMDB de Santa Catarina. Desse modo, desenvolveremos considerações em torno dos seguintes aspectos:

a) O fato de que o Estado apresenta, historicamente, um perfil político mais conservador do que a média do Centro-Sul;

b) A hegemonia, hoje existente, da ala conservadora no PMDB, não só em Santa Catarina, mas a nível nacional, enquanto a maioria das militantes mais ativas do PMDB-Mulher pertence à

ala progressista, cada vez mais minoritária no total;

c) O fato de o PMDB ser o partido da Situação, atualmente, nos vários níveis de Poder, e como isso repercute no discurso e no comportamento político das mulheres;

d) O conflito de gênero interno no Partido, com determinação de áreas e papéis femininos pelos dirigentes;

e) Conflitos internos entre as mulheres (interpessoais, entre feministas e anti-feministas e entre progressistas e conservadoras);

f) O fato de não mais existirem grupos feministas em Santa Catarina, que ao mesmo tempo cobrassem posturas coerentes das mulheres políticas, e por outro lado, fornecessem subsídios teóricos e "feed back" a estas, além da fraca estrutura organizacional dos outros (raros) movimentos autônomos de mulheres no Estado;

g) Aliado a esta carência, o PMDB-Mulher não mantém contatos com o movimento autônomo de mulheres nacional, de forma sistemática e a nível de grupo, mas apenas a nível individual, ficando de fora da discussão de muitas das grandes campanhas e bandeiras de lutas do movimento de mulheres no Brasil;

h) O privilegiamento, por parte do movimento de mulheres do PMDB, das candidaturas femininas e da reivindicação de cargos administrativos, ao invés de propostas mais elaboradas de políticas públicas relacionadas à questão da mulher, para serem incorporadas à política geral do Partido;

i) A relação com mulheres de outros partidos (principalmente das agremiações à esquerda do PMDB, como o PT) tende a

se caracterizar mais ao nível da competição do que da possibilidade de um trabalho comum em prol da melhoria da condição feminina em Santa Catarina;

j) A relação ambígua com mulheres não organizadas ou pertencentes aos poucos grupos não-partidários no Estado.

Estes aspectos, de certa forma, sintetizam os principais pontos abordados no decorrer do trabalho, e estão, também, interrelacionados, compondo um painel geral que demonstra o grau de dificuldade existente no sentido de se avançar nas reivindicações das mulheres em termos da política institucional.

A referência feita no segundo capítulo ao contexto econômico e sócio-político de Santa Catarina teve a intenção de situar as condições nas quais se dão os conflitos políticos ideológicos. Ressalta-se que, apesar de o Estado mostrar-se ainda com um perfil político conservador, na média, isto tem sido modificado de forma paulatina pela mobilização da sociedade civil, através dos movimentos sociais. Os novos valores introduzidos por estes movimentos tendem a questionar tradições e hábitos arraigados, não só do ponto de vista macro-político, mas também das esferas micro do poder. Assim, de uma forma ou de outra, essa mudança, embora lenta, é perceptível no seu conjunto, afetando, como não poderia deixar de ser, a condição de subordinação das mulheres no interior da sociedade catarinense. À medida em que mais e mais a democracia de base, o direito à diversidade, o respeito às opções pessoais dentro do coletivo forem-se impondo, é provável que as reivindicações de emancipação da mulher, mesmo as mais polêmicas, poderão ser tratadas com menos preconceitos ou demagogia pelo Estado e pelos partidos políticos.

No caso da hegemonia da ala conservadora no PMDB, não é nosso intuito analisar com profundidade essa situação no País como um todo, mas sim relacionar este fato com a organização das mulheres dentro do Partido em Santa Catarina, a qual, como pudemos constatar, é formada, basicamente, por componentes da reduzi da ala progressista.

Vemos que em relação aos discursos e teorizações dos intelectuais do Partido, sobre a criação de um "moderno partido de massas" ou "partido-ônibus" no início dos anos 80³¹, o PMDB tem-se aberto, não à participação popular massiva, mas à entrada de ex-quadros de agremiações mais à direita, como o PDS, que, de uma forma fisiológica, têm debandado para o Partido que, junto com o PFL, compõe a atual coalizão de poder no Brasil. A democracia interna do Partido, que inclusive consta como cláusula estatutária, vê-se, desse modo, ameaçada pelo desequilíbrio de forças entre as duas alas principais.

As tentativas, em Santa Catarina, de discutir essa questão, partiram mais uma vez da iniciativa da Fundação Pedroso Horta que, no primeiro semestre de 1985, lançou um manifesto com a proposta de uma "articulação" entre os setores progressistas "para contrabalançar a ação das forças regressivas no interior da frente peemedebista". Na sua análise, o documento constata, entre outros fatos, a ocorrência de "desestímulo generalizado entre os (poucos) militantes", a "orientação burocrática, formal e eleitoralista" impingida pela direção regional à vida partidária e "a pichação dos dirigentes dos Movimentos Trabalhista, Femi-nino e Jovem e de alguns da (própria) Fundação como comunistas, radicais e aventureiros" (grifo nosso).

A conclusão é de que a perplexidade e o desânimo estariam grassando entre os militantes, levando "à ausência de propostas concretas de ações que representem os compromissos com as bases populares". Salienta-se, também, que, devido à hostilidade dos dirigentes do PMDB, os movimentos partidários não teriam "recursos financeiros, apoio logístico ou sequer uma sala para se reunirem e guardarem as suas coisas", o que poderia contribuir para levar esses movimentos ao "imobilismo".

Como linhas de ação concreta, a proposta "Articulação" visava, entre outras medidas: organizar e mobilizar o grupo progressista; explicitar e reconhecer as divergências ideológicas, tentando "construir a unidade partidária a partir da negociação dos conflitos e da tolerância na convivência"; articular candidaturas alternativas para as eleições de 1986; desencadear a realização de cursos e seminários de formação política e dar apoio "moral e financeiro aos dirigentes estaduais e municipais dos movimentos Trabalhista, Feminino e Jovem", fazendo funcionar a Comissão Especial de Apoio aos Movimentos (constituída por dois parlamentares federais, dois estaduais e dois elementos do Diretório Regional e que nunca chegou a se reunir).

Apesar desse esforço, a escalada de poder dos conservadores prosseguiu dentro do Partido, sendo que a nível de Governo do Estado, do Diretório Regional, da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa, esta ala permanece majoritária. A única vitória significativa dos progressistas no pleito de 1986 foi a eleição, para o Senado, de seus dois representantes, Nelson Wedekin e Dirceu Carneiro, que conseguiram suplantar, em número de votos, os conservadores Evilásio Vieira e Cid Pedroso. Contudo,

hã, do lado progressista, aqueles que colocam Wedekin como um elemento que "fecha com a direita do Partido", apostando apenas em Dirceu Carneiro, que teria uma postura mais independente.

A posição ambígua da minoria dos integrantes do PMDB, que se colocam ainda como sendo de centro-esquerda e esquerda, é justificada por Clair como "uma possibilidade de avançar bastante dentro do Partido". De acordo com ela (seguindo um pensamento meio óbvio), é interessante para a "direita" do PMDB, em termos táticos, manter elementos progressistas para tentar preservar a imagem desgastada do PMDB como um partido avançado, que luta pela transformação social. Clair tem consciência disso, mas crê que está começando "um processo de recuperação da esquerda dentro do PMDB de Santa Catarina", principalmente por causa da eleição dos dois candidatos a senador. Fica claro, também, nos depoimentos das mulheres que a maioria delas, apesar de achar que o PMDB "não é mais o mesmo", e "está em crise", não cogita a possibilidade de se retirar, acreditando que seu lugar "é mesmo dentro do PMDB", e que ainda é viável um trabalho dentro do Partido.

Esta posição está diretamente relacionada com o tópico seguinte de nossa análise, que diz respeito ao fato de o PMDB ser, no momento, o Partido de Situação a nível nacional e municipal e estar na iminência de assumir, também, o poder a nível estadual (em março/87).

Entre os militantes progressistas históricos do Partido em Santa Catarina, muitos o abandonaram por terem resolvido incorporar-se às siglas antes clandestinas a que realmente pertenciam; outros, mesmo não fazendo parte de qualquer grupo que

abrigara-se no PMDB, saíram por descontentamento com os rumos do Partido, deixando de participar ou filiando-se a outras agremiações. Do grupo remanescente, muitos acham que, por terem participado do processo de luta mais dura contra o regime militar, quando o Partido era Oposição, merecem agora ter a recompensa de "um lugar ao sol", através de cargos administrativos ou mandatos. Alguns, porém, estão sinceramente imbuídos da idéia de que podem, apesar de tudo, promover o avanço da sociedade através da ação parlamentar e "mobilizadora" do PMDB. Poderíamos colocar o movimento partidário de mulheres nas duas faixas desse grupo remanescente: se de um lado, há aquelas que almejam cargos e mandatos, primordialmente, chegando a abrir mão dos seus antigos ideais, por outro, há também quem tenha a esperança, algo ingênua, de avançar na questão social via PMDB.

Em termos de discurso, o movimento de mulheres se resente de ainda não ter "assimilado" a nova condição do PMDB, mas em reunião estadual do PMDB-Mulher realizada em 6/12/86, foi aplaudida a idéia de que, daqui para a frente, o movimento "deve discutir e assumir a ideologia do PMDB, que é Situação agora".

O conflito de gênero no interior do Partido, como já exemplificamos de várias formas, fica claro não só nas estatísticas da participação feminina nos cargos eletivos e de decisão partidária, mas também pela pouca atenção dada pelos dirigentes às questões das mulheres, e na determinação de um papel "feminino" com ênfase na condição de mãe e esposa.

Num PMDB cada vez mais voltado apenas para os processos eleitorais e disputa de poder, a lógica competitiva se acirra. Se, por um lado, os dirigentes cedem em alguns pontos para

as candidaturas apontadas pelo movimento, isto se dá com o objetivo claro de tentar canalizar os votos do eleitorado feminino, supostamente "despartidarizado".

Podemos admitir, como Chaney, que, além do próprio ato de votar, qualquer participação das mulheres no processo político é ainda considerada "transgressora de limites"³²; e como Ferreira, que os direitos políticos formais concedidos às mulheres não afetaram substancialmente as relações de poder homem-mulher.³³ Entretanto, como assinala Bouchier, em alguns partidos, como o Trabalhista inglês, ativistas feministas começaram a impactar as Assembléias Legislativas, criando também fóruns dentro do partido para políticas pró-mulheres. Essas militantes, que se inscrevem na categoria de feministas socialistas, crêem que o progresso real só virá se o poder for arrebatado dos homens através do processo político, considerando fundamental a luta pelas posições de liderança no Partido.³⁴

O caminho escolhido pelas feministas socialistas na Inglaterra é desprezado pelas feministas radicais, que não vêem com bons olhos qualquer ligação com a política institucional.

Sem endossar esse ponto de vista, podemos colocar a seguinte discussão: para conseguir poder, as mulheres têm que atuar segundo as regras ditadas pelo comportamento político masculino, ou seja, entrar na mesma lógica competitiva tradicional da vida política-partidária?

É significativo que em dois depoimentos aparece essa preocupação:

"Nós, mulheres, talvez tenhamos outra forma de fazer

política, mas tenho medo de que nós cheguemos ao Poder e usemos o mesmo método (dos homens)" (Beth).

"As mulheres podem integrar-se no Partido, ter um fórum informal de discussão da problemática feminina, sem procurar formalizar sua participação como departamento, que é uma estrutura de Poder no molde tradicional" (Ana).

Outro aspecto importante a ser considerado, é o de que a participação de mulheres nos partidos, principalmente das que apresentam posturas mais avançadas e alternativas é hostilizada, não só por homens, mas por outras mulheres também, de formação conservadora. Um enfoque feminista dentro do Partido pode sofrer esta grave restrição.

No caso específico das mulheres do PMDB de Santa Catarina, estas almejam um reconhecimento e um espaço maior no Partido, tomando cuidado, porém, para não ultrapassar certos limites. As mulheres contestam, fazem exigências e protestos, mas ao mesmo tempo contemporizam com a direção partidária, para "não criar arestas e dificultar o trabalho dentro do PMDB".³⁵

O desengavetamento do projeto de lei de Dirceu Carneiro, pelo qual a organização das mulheres seria estatutariamente alçada ao status de "movimento partidário" e não departamento, com todas as prerrogativas correspondentes, é ainda uma das aspirações do PMDB-Mulher. Entretanto, como afirma Pitanguy, que além de teórica feminista, é militante do Partido, "o PMDB ainda guarda uma fisionomia masculina".³⁶

Os conflitos internos, interpessoais ou ideológicos, como já ressaltamos, não têm sido enfrentados e assumidos pelo grupo. Concordando com Guivant³⁷, acreditamos que a inexistência

de uma identidade feminista forte que superasse esses conflitos ideológicos e interpessoais, pode inviabilizar qualquer tipo de organização feminina que pretenda uma participação mais significativa das mulheres no poder político. Para o fortalecimento do grupo e a possibilidade de uma ação eficaz, é necessário que se explicitem os reais motivos das divergências internas, permitindo a convivência de pensamentos diferentes.

O vazio deixado pela autodissolução dos dois grupos feministas de Santa Catarina em 1983, não voltou a ser ocupado por outra organização autônoma similar (e que se assuma como tal). Mesmo considerando a difusão dos aportes do feminismo, enquanto movimento que atua fundamentalmente na mudança da cultura política³⁸, percebemos que a não existência de grupos feministas organizados provoca a falta de uma cobrança sistemática de posturas coerentes das mulheres partidárias; ao mesmo tempo, os grupos de mulheres de partido carecem de "realimentação" constante, não só de elementos teóricos feministas, mas também da própria experiência de organização mais alternativa introduzida pelo feminismo radical. Não que seja possível conciliar estes valores dentro de partidos esclerosados e de estruturas altamente hierarquizantes, mas pode-se começar a mexer com estas estruturas a partir de novas concepções políticas.

A inexistência, também, de um centro de estudos da mulher, a exemplo dos que foram criados em outros Estados, dentro de universidades ou de forma autônoma, dificulta ainda mais a discussão sobre os temas relativos à condição da mulher. A seção feminina da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - em Santa Catarina, tem tomado iniciativas nesse sentido, que, entretanto, não

estão consolidadas até o momento.

Assim, a "falta de ênfase nas questões específicas" que Clair menciona como uma das falhas do PMDB-Mulher, pode estar diretamente ligada à não articulação de um fórum autônomo permanente para as reivindicações femininas.

Como agravante dessa situação, constatamos que o contato do PMDB-Mulher de Santa Catarina com o movimento feminista nacional é eventual e se dá quase sempre através de algumas líderes, como Clair e Anita, que frequentam com mais constância os Encontros Nacionais de mulheres. Em função disso, as peemedebistas catarinenses, como grupo, ficam alheias a algumas das discussões que são levadas pelo movimento feminista nacional, como a questão do planejamento familiar e da descriminalização do aborto. É certo que, da lista dos "Compromissos de Luta do PMDB-Mulher de Florianópolis", constam, de forma sumária, as principais bandeiras e propostas do feminismo no Brasil. No entanto, esses compromissos não se traduzem em ações mais concretas como passeatas, manifestações e debates, como as que ocorrem em outros Estados, puxados não só por grupos autônomos, mas também pelos Conselhos e através da atuação de algumas parlamentares feministas, como é o caso da deputada estadual Lúcia Arruda, do PT do Rio de Janeiro, responsável pela Comissão dos Direitos da Reprodução da Assembléia Legislativa daquele Estado.

A única exceção ao descolamento do PMDB-Mulher de Santa Catarina em relação ao movimento nacional, tem sido a sua participação na campanha "Mulher e Constituinte", articulada pelo CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher). Isso, entretanto, pode ser creditado ao envolvimento do grupo com a candidatu

ra de Anita, onde o lema da participação da mulher no Congresso Constituinte foi bastante utilizado.

A viabilização de candidaturas femininas dentro do Partido pode-se constituir num passo importante para a participação política mais efetiva das mulheres; entretanto, se colocada como prioridade maior, em detrimento da elaboração de propostas de políticas públicas sobre a condição feminina, bem como o posterior acompanhamento da implantação destas políticas, pode-se revelar para o mesmo jogo eleitoreiro usual que é criticado pelo PMDB-Mulher. Pode induzir também a que as lideranças, mesmo involuntariamente, detenham o monopólio do espaço nos meios de comunicação, o que faz com que o trabalho do movimento em si não apareça, destacando-se apenas as figuras das líderes. Ademais, se o próprio movimento não consegue ampliar o seu trabalho de mobilização e conscientização, é evidente que não irá tampouco sensibilizar o eleitorado para votar em suas candidatas, a não ser que estas resolvam utilizar (e tenham acesso) aos expedientes tradicionais de clientelismo e uso da máquina partidária.

A relação com mulheres de outros partidos guarda semelhança com o que destacamos anteriormente sobre os conflitos entre as integrantes do PMDB-Mulher. Da mesma forma, a inexistência de identidade feminista entre as mulheres dos vários partidos, mesmo as que se consideram de esquerda, dificulta a união de forças em prol das reivindicações femininas.

Em parte, esta situação está relacionada com a divisão e a própria fraqueza da esquerda brasileira no momento presente. Outra face dessa problemática está em que as questões específicas entre as mulheres partidárias, com raras exceções, geralmen

te ficam relegadas a segundo plano. A tendência, num confronto, é de cada uma assumir a defesa de seu partido, apesar de todas as mazelas e discriminações internas. A questão partidária vindo em primeiro lugar, diminuem-se as chances de entendimento entre mulheres de partidos diferentes.

Por último, a ambiguidade das relações do PMDB-Mulher com outros grupos de mulheres não-partidários, ou com mulheres não organizadas, fica patente em algumas declarações de componentes do Núcleo de Florianópolis. Observa-se a preocupação em entender um trabalho de mobilização a mulheres da periferia, mas não fica claro como irão fazer o contato com essas mulheres.

"Quando formos fazer o trabalho com as mulheres do bairro, a gente vai ter isso como suprapartidário", diz Cida. Outra depoente (Carmem), sente a necessidade de clarificar a questão político-partidária no contato com outros grupos de mulheres.

A expressão "suprapartidário" envolve uma confusão acerca do seu significado. Não se percebe exatamente o que as mulheres do Núcleo entendem como tal. Seria um trabalho autônomo? Acima do Partido? Essas confusões têm a ver com a necessidade ainda de se definirem objetivos e papéis para o Núcleo, bem como a sua identidade. Realizado sem uma reflexão nesse sentido, mesmo que não tenha necessariamente intenções de manipulação, os contatos serão sempre vistos com desconfiança legítima por parte dos grupos de mulheres da periferia, por não assumirem, de maneira explícita, a sua vinculação partidária.

Estes dez pontos interligados representam, ao nosso ver, as principais questões e dilemas colocados para o PMDB-

Mulher de Santa Catarina. A evolução, para melhor ou para pior, de cada um deles, terá influência correspondente e fundamental nos rumos que o movimento de mulheres partidário tomará nos próximos anos.

PERSPECTIVAS E ANÁLISES FINAIS

Como últimas considerações, sugerimos algumas hipóteses do que poderá vir a ocorrer com o Movimento de Mulheres do PMDB de Santa Catarina. No contexto de tudo que foi visto e analisado, cremos que haveria duas alternativas a respeito da inserção desse movimento no PMDB:

1. O PMDB-Mulher, como um dos poucos redutos da ala progressista do Partido, aliando-se aos restantes membros dessa ala, tentaria compor um núcleo de oposição à hegemonia conservadora no PMDB, avançando simultaneamente na questão específica das mulheres;

2. as principais lideranças do PMDB-Mulher seriam cooptadas pela direção do PMDB, moderando seu discurso e entrando cada vez mais no jogo partidário, em troca de cargos nos Diretórios e no Governo; dentro desse mesmo cenário, as mulheres mais avançadas do Movimento e que resistissem à cooptação, seriam excluídas do Partido, dirigindo-se para partidos mais à esquerda, e/ou mais democráticos internamente, ou até voltando-se para movimentos autônomos de mulheres.

Das duas hipóteses, consideramos a primeira como bastante improvável, dado que a situação do PMDB em Santa Catarina é apenas parte do que ocorre com esse partido em todo o País. A outra hipótese apresenta-se como menos remota, podendo ocorrer na sequência das próximas injeções internas do PMDB e decorrente do grau de conscientização das mulheres.

Outro aspecto que podemos enfocar se relaciona à ques-

tão da importância da participação das mulheres nas várias esferas de luta pela emancipação feminina.

Vários autores apontam para o problema de que a maior parte das mulheres que participam de partidos políticos não defendem os direitos da mulher. Pode-se, inclusive, contestar, dentro da lógica pós-materialista norteadora do eco-feminismo (feminismo de linha radical, integrado ao pensamento verde e pacifista)³⁹, as ações de algumas parlamentares que tentam implementar, através de projetos-de-lei, o serviço militar obrigatório para o sexo feminino. Estas estariam imbuídas da convicção liberal de que, para direitos iguais, deveres iguais...⁴⁰. Margaret Thatcher, outrossim, é o típico exemplo de que "uma primeira-ministra não faz um matriarcado".⁴¹

O problema, na maioria dos casos, está em que a mulher política se vê primeiro como membro de um partido, e depois como mulher, ou como feminista. Haveria o medo de prejudicar a carreira, de perder o crédito político com os "companheiros" do partido. Considera-se também que há uma utilização instrumental do discurso feminista por algumas dessas mulheres, que o usam em seu próprio proveito e apenas em função disso, já que elas não arriscariam suas carreiras pelos ideais do feminismo.

Entretanto, mesmo discordando de Tabak e Sanchez, que afirmam serem os partidos políticos as "instituições que reúnem os setores mais conscientes da população feminina, a vanguarda do movimento feminino organizado"⁴², (grifo nosso), cremos que é indispensável que as reivindicações femininas sejam levadas ao plano institucional por representantes legítimas, sempre e quando haja um respaldo e uma ligação com os movimentos de mulheres

autônomos. A inexistência ou fraqueza destes, torna capenga a luta pelos direitos das mulheres, porque é principalmente nas instâncias autônomas que se capta a essência da necessidade de mudança dos padrões da sociedade patriarcal.

Assim, é imperioso que, longe de uma dicotomia entre mulheres partidárias e mulheres de movimentos autônomos, possa-se chegar, através da junção dos vários fragmentos, a um todo diversificado que seja capaz de modificar a realidade; que o Poder por si próprio, espectro que aterroriza as mulheres, seja substituído pelo querer-saber e pelo poder-fazer.⁴³

NOTAS DO CAPÍTULO I

- 1 Citado in: TABAK, Fanny. Autoritarismo e Participação da Mulher. Rio, Graal, 1983, pgs. 14 a 16.
- 2 Cf. RANDALL, Vicky. Women and Politics. New York, St. Martin's Press, 1982, pgs. 48/57.
- 3 Cf. RANDALL, idem, pg. 49.
- 4 Cf. CHINCHILLA, Norma Stoltz. "Ideologias del Feminismo: liberal, radical y marxista". In: LEON, Magdalena (ed.) Sociedad, Subordinación y Feminismo - Vol III. Bogotá, Asociación Colombiana para el Estudio de la Población. ACEP, 1982, pg. 215.
- 5 Citado in: RANDALL, Vicky, op. cit., pg. 9 e BEECHEY, Veronica. Sobre el Patriarcado Serie Mujer y Política. Lima, Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, 1983, pg. 2; vide, também MACHADO, Giovanna. As Feministas Atacam o Patriarcado. Mimeo, s/data.
- 6 Cf. SILTANEN, Janet e STANWORTH, Michelle. "The Politics of Private Woman and Public Man". In: Theory and Society, Vol. 13 Nº 1, Jan/1984.
- 7 Cf. BANDARAGE, Asoka. "Spirituality, Politics and Feminism are One". In: Woman of Power Nº 3, Winter/Spring 1986, pg. 80 e 81.
- 8 Cf. CHINCHILLA, op. cit., pg. 230.
- 9 Vide, principalmente; ROWBOTHAM, Scheila et alii. Além dos Fragmentos - O Feminismo e a Construção do Socialismo. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 10 Cf. Scott, Joan Wallach. "Survey Articles - Women in History". In: Past and Present Nº 101, Nov/83, pgs. 141/157.

NOTAS DO CAPÍTULO II

- ¹ Cf. SROUR, Robert Henry. A Política dos Anos 70 no Brasil - A Lição de Florianópolis. São Paulo, Econômica Editorial, 1982.
- ² Cf. VIOLA, Eduardo J. "As Eleições de 1985 e a Dinâmica do Sistema Partidário em Santa Catarina." In: Cadernos de Ciências Sociais da UFSC - Vol. 6 N° 1, 1986.
- ³ SCHERER-WARREN, Ilse. "O Caráter dos Novos Movimentos Sociais." In: Boletim de Ciências Sociais N° 35 - Out/Dez-84. Florianópolis, UFSC, 1984, p. 5.
- ⁴ Ver, a esse respeito, "O Movimento de Mulheres no Brasil" - Caderno N° 3 da Associação das Mulheres. São Paulo, agosto/1979.
- ⁵ Sobre a classificação das várias tendências ideológicas no feminismo, ver: CHINCHILLA, Norma Stoltz. Ideologias del Feminismo: liberal, radical e marxista. In: LEON, Magdalena (ed.) Sociedad, Subordinación y Feminismo - Vol. III. Bogotá, Asociación Colombiana para el Estudio de La Población - ACEP, 1982. Sobre o processo de conquista ao direito ao voto feminino no Brasil, ver: ALVES, Branca Moreira. Ideologia e Feminismo - A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980.
- ⁶ Cit. in: MONTENEGRO, A. Ser ou não ser Feminista. Recife, Guararapes, 1981. p. 68.
- ⁷ Sobre a definição de feminismo radical, ver CHINCHILLA, Norma Stoltz. Op. Cit.
- ⁸ Cf. GUIVANT, Julia Silvia. Dilemas das Mulheres nos Partidos Políticos: a Campanha Eleitoral de 1982 em Florianópolis. Mimeo, 1985.
- ⁹ Cf. CHINCHILLA, N.S. Op. Cit.

¹⁰Cf. "O Estado" de 8/3/86: Três mil agricultoras reunidas".

¹¹Cf. declarações de uma participante da "tribuna livre" organizada durante missa campal celebrada no dia 21 de setembro de 1985, no Seminário Diocesano de Chapecó, reunindo em torno de 30.000 agricultores, em comemoração ao Dia Internacional da Ju ventude.

NOTAS DO CAPÍTULO III

- ¹ Cf. DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, pp. 52, 86 e 142-145.
- ² Cf. CHANEY, Elsa M. Supermadre - Women in Politics in Latin America. Austin, The University of Texas Press, 1979, pp. 90 e 94.
- ³ Cf. RANDALL, Vicky. Women and Politics. New York, St. Martin's Press, 1982, p. 101.
- ⁴ Cf. RANGEL, Leyla Castello Branco. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Brasília, Senado Federal, 1980, p. 11.
- ⁵ Cf. RANGEL, op. cit., Resolução N° 10.785, Título VI, cap. I, art. 28 - p. 93.
- ⁶ Cf. RANGEL, idem, ibidem, cap. III, Seção I, art. 79, par. 3 - p. 103.
- ⁷ Cf. RANGEL, idem, ibidem, art. 81, par. 1 - p. 104.
- ⁸ Cf. RANGEL, idem, ibidem, Seção II, art. 85, item 3, parágrafos 4 e 5 - p. 105.
- ⁹ Cf. RANGEL, idem, ibidem, cap. IV, art. 105 - p. 107.
- ¹⁰ Cf. RANGEL, idem, ibidem, Seção II, art. 62 - p. 100.
- ¹¹ Cf. BARROSO, C. Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo, Unicef/Brasiliense, 1982, p. 159.
- ¹² PMDB. Princípios Básicos, Programas e Estatutos. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1980 - pp. 56, 78 e 84.

- ¹³ Sobre a questão da dinâmica e da democracia interna dos partidos políticos ver: DUVERGER, Maurice. Op. cit., especialmente o Livro I (cap. I - parte III e cap. III), e MARTINS, Carlos Estevam. "A democratização da Vida Partidária". In: Revista de Cultura e Política N° 8. São Paulo, Cortez/CEDEC, Julho/1982.

NOTAS DO CAPÍTULO IV

¹Cf. Nota distribuída à Imprensa relatando a reunião, que se realizou em 18/2/1984.

²Cf. Livro de Atas do Núcleo de Mulheres do PMDB de Florianópolis - Ata nº 1, de 8/3/1984.

³Idem, ibidem.

⁴A respeito da forma de organização e estrutura do movimento feminista, bem como da questão da liderança nesse movimento, ver:

a- BOUCHIER, David. The Feminist Challenge. New York, Schocken Books, 1984, especialmente páginas 86/87, 129 e 218-223.

b- RANDALL, Vicky. Women and Politics. New York, St. Martin's Press, 1982, especialmente páginas 164/165.

⁵Randall, citando argumentos de outros autores, levanta a questão dos "constrangimentos situacionais" à atividade política da mulher, colocando a maternidade e o cuidado com as crianças pequenas como um obstáculo:

"The most serious and enduring obstacle is responsibility for children at home which, while it need not deter women from routine forms of political participation, such as voting, does impede their access to political office". In: RANDALL, op. cit., pg. 86.

⁶Guivant ressalta, através da citação de Welch (WELCH, Susan. "Women as Political Animals? A Test of some explanations for Male-Female Political Participation Differences". In: American Journal of Political Science. XXI, 4, Nov/1977), que a socialização política é um fator importante, mas não pode ser colocado como elemento determinante único da entrada e participação efetiva das mulheres na política partidária. Ao invés disso, Welch opta pela conjugação de três variáveis que estão ligadas ao maior ou menor estímulo à participação política feminina:

1. A Socialização Política na infância;

2. Fatores Situacionais (tarefas domésticas e responsabilidades na família);
3. Fatores Estruturais (discriminação e barreiras, explícitas ou ocultas à incorporação das mulheres nos espaços políticos dominados pelos homens). In: GUIVANT, Julia. Dilemas das Mulheres nos Partidos Políticos - a campanha eleitoral de 1982 em Florianópolis. Mimeo, 1985.

⁷ Vide reportagem do jornal Diário Catarinense de 22/6/86, sob o título "Vereadora defende organização formal", com entrevista feita com Clair Castilhos.

⁸ Cf. Livro de Atas do Núcleo de Mulheres do PMDB de Florianópolis - Ata nº 9, de 3/5/1984.

⁹ Idem, Ata nº 8, de 26/4/1984.

¹⁰ Para um confronto com a questão da liderança no movimento feminista, vide referência anterior (4).

¹¹ Cf. o conceito foucaultiano de "micropoderes", in: FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio, Graal, 1977.

¹² Vide, a esse respeito, matéria publicada no Jornal de Santa Catarina de 7 e 8/7/85, intitulada "Movimento de Mulheres se divide".

¹³ Cf. RANDALL, Vicky. Op. Cit. Tabela 1 Pgs. 72 e 73.

¹⁴ Vide reportagens do Jornal "O Estado":

a- "Mais de mil mulheres participam de um encontro estadual em Lages" - 27/11/1985;

b- "Mulheres petistas dizem que houve distorções do encontro de Lages" - 28/11/1985.

¹⁵ Ver, por exemplo, a Ata s/nº de 21/5/86, do Núcleo de Mulheres

do PMDB de Florianópolis, onde, abordando-se a questão das possíveis candidaturas femininas a serem indicadas pelas mulheres do PMDB, faz-se menção ao fato de que o PT lançaria três candidatas no Oeste do Estado, significando aumento da concorrência na "área" - Livro de Atas do Núcleo de Mulheres do PMDB de Florianópolis, pg. 21.

¹⁶ Cf. Livro de Atas do PMDB-Mulher de Santa Catarina - Ata s/nº de 6/12/86, pg. 005.

¹⁷ Cf. reportagem "Voz Feminina volta à Assembléia após 30 anos" - Jornal de Santa Catarina, 14 e 15/12/86.

¹⁸ Ver, sobre esse tema, os trabalhos de:

a- ELSHTAIN, Jean. "Moral Woman and Immoral Man: a Consideration of the Public-Private Split and its political ramifications". In: Politics and Society, 1974.

b- PATEMAN, Carole. "Feminist Critiques of the Public/Private Dichotomy" In: BEMN, S.I. and Gaus, G.F. (eds.) Public and Private in Social Life. London, Croom Helm, 1983.

c- FERREIRA, Erinalva Medeiros. A Figuração da (des)Igualdade- Algumas idéias sobre o "espaço público" de poder da mulher desde sua condição "privada". Dissertação do Mestrado de Direito apresentada à UFSC, fevereiro/1983.

¹⁹ Cf. Ata Nº 147 de 19/5/1986 - Livro de Atas do Diretório Regional do PMDB.

²⁰ Ver nota 9 do capítulo II.

²¹ Cf. reportagem do jornal "O Estado" em 5/2/1987, sob o título "Mulheres querem um Conselho Estadual", com entrevista com o dirigente partidário Saulo Vieira.

²² Cf. dados das matérias do Jornal "O Estado":

a- "Os 21 eleitos e a Votação na Capital", sobre a eleição municipal em 1982, s/data.

b- "Os Resultados Finais e Oficiais do Tribunal Eleitoral", sobre as eleições de 1986 - 24/11/86.

²³ Cf. o Ante-Projeto do GEPAC - Gabinete Executivo de Participação e Ação Comunitária - apresentação.

²⁴ Cf. Caderno nº 1 do Plano de Governo, março/87 - março/91, do candidato do PMDB, Pedro Ivo Campos, pg. 18.

²⁵ Cf. Caderno nº 2, Idem, pgs. 9 e 13.

²⁶ Cf. Caderno nº 3, Idem, pgs. 13 e 16.

²⁷ No 2º semestre de 1982, em plena campanha eleitoral ao governo do Estado, foi publicada na coluna "Informação Geral" de O Estado, uma nota que reproduzia a seguinte discussão entre os então deputados estaduais Ivan Ranzolin, do PDS, e Casildo Maldaner, do PMDB:

Ivan: "As mulheres de Santa Catarina não irão votar em Jaison Barreto (do PMDB), pois sabem que ele foi favorável à lei do divórcio, e o é também em relação ao amor-livre e ao aborto!"

Casildo: "Não, as donas-de-casa catarinenses votarão em Jaison, porque sabem muito bem que quem aprovou a legislação do divórcio foi esse Governo que aí está! (referindo-se ao regime militar, que aprovara a Lei do Divórcio em 1977, no governo Geisel).

A história, que faz parte do folclore político, denota que ambos os representantes dos dois partidos rivais, cada qual à sua maneira, tinham expectativas de conservadorismo por parte do eleitorado feminino de Santa Catarina e ajustavam suas mensagens a essa expectativa. In: O Estado, s/data.

²⁸ Cf. reportagem do jornal O Estado - "Mulher luta pela Igualdade Social", em 9/5/82.

²⁹ Cf. GUIVANT, op. cit., pg. 31.

³⁰ Vide reportagem, já citada, "Vereadora defende organização for-

mal", e "Para Anita, movimento feminino é temporário", com depoimentos de Clair Castilhos e Anita Pires, no Diário Catarinense de 22/6/86.

³¹Vide a esse respeito:

a- CARDOSO, Fernando Henrique. "PMDB: um Partido de Massas?". In: Revista do PMDB n° 1, Julho de 1981.

b- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. "Um Partido de Massas", In: Folha de São Paulo, 9/10/82.

³²Cf. CHANEY, Elsa M. Supermadre - Women in Politics in Latin America. Austin, The University of Texas Press, 1979, pg. 88.

³³Cf. FERREIRA, op. cit., pg. 67.

³⁴Cf. BOUCHIER, op. cit., pgs. 196/197.

³⁵Vide Livro de Atas do Núcleo de Mulheres do PMDB de Florianópolis - Ata n° 8, de 26/4/84. A afirmação completa é a seguinte:

"... partimos para a discussão sobre a forma pouco respeitosa que o Comitê Regional vem tratando o trabalho das mulheres em diversas ocasiões. Discutiu-se a possibilidade de apresentar crítica na Reunião de sábado (28/4/84). Decidiu-se colocar às claras a discussão existente dentro do PMDB. Por outro lado, refletimos um pouco sobre o perigo de se criar arestas e dificultar o trabalho dentro do PMDB".

³⁶Cf. PITANGUY, Jacqueline. "O PMDB e a Questão da Mulher - Algumas Considerações". In: Revista do PMDB n° 8, Agosto de 1986, pg. 62.

³⁷Cf. GUIVANT, op. cit., pg. 26.

³⁸Cf. GUIVANT, op. cit., pg. 44.

³⁹A respeito do eco-feminismo, ver os seguintes artigos:

1- SALAMONE, Connie. "Woman Warrior for Animal Rights";

2- BANDARAGE, Asoka. "Spirituality, Politics and Feminism are One", ambos publicados na Revista Woman of Power nº 3, Winter/Spring, 1986.

⁴⁰ Na história política brasileira, há o registro de duas parlamentares constituintes com esse tipo de preocupação. Uma delas foi Carlota Pereira de Queiróz, primeira deputada federal eleita no País, que, na Constituição de 1934, tentou passar o projeto, alegando que "já que as mulheres tinham conquistado o direito do voto, tinham que cumprir também o dever cívico de serviço militar". A outra é Dirce "Tutu" Quadros, integrante do atual Congresso Constituinte e que acredita ser "importante que as mulheres exerçam o serviço militar, já que em países desenvolvidos... o serviço militar é obrigatório tanto para os homens como para as mulheres". Citado, respectivamente, por:

a- ALVES, Branca Moreira. Ideologia e Feminismo - A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980;

b- CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA. Jornal Mulher nº 2, Nov/Dez 86.

⁴¹ Comentário do periódico feminista inglês "Spare Rib" a respeito da eleição de Thatcher. Citado in: BOUCHIER, op. cit., pg. 194.

⁴² Cf. TABAK, Fanny e SANCHEZ, Silvia. "Movimentos Feministas e Partidos Políticos". In: A Mulher como Objeto de Estudo. Rio de Janeiro, NEM/PUC, 1982, pg. 24.

⁴³ Vide KIRKWOOD, Julieta. Ser Política en Chile - las Feministas y los Partidos. Santiago de Chile, FLACSO, 1986.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Cleidi M.C.P. Algumas Experiências do Movimento de Mulheres do PMDB/Santa Catarina. Mimeo, 1984.
- ALVES, Branca Moreira. Ideologia e Feminismo: a Luta da Mulher pelo Voto no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980.
- ASTELARRA, Judith. El Feminismo y los partidos políticos de izquierda: una redefinición de la practica politica. Mimeo, s/data.
- _____. "O Sexismo na Sociologia: Algumas Manifestações, Soluções e Problemas". In: Feminismo - Teoria e Prática. NEM/PUC-RJ, s/data.
- _____. "O Feminismo como perspectiva Teórica e como Prática Política". In: Feminismo - Teoria e Prática. NEM/PUC-RJ, s/data.
- BANDARAGE, Asoka. "Spirituality, Politics and Feminism are One". In: Woman of Power Nº 3, Winter/Spring, 1986.
- BARROSO, Cármem. Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo, Brasiliense, UNICEF, 1982.
- BARSTED, Leila de Andrade Linhares. "Feminismo e Pesquisa Social: Repensando a Relação Observadora-Observada". In: Feminismo e Pesquisa Social - A Questão da Metodologia. NEM/PUC-RJ, s/data.
- BEECHEY, Veronica. Sobre el Patriarcado - Serie Mujer e Política. Lima, Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, 1983.
- BLAY, Eva. As Prefeitas. Rio, Ed. Avenir, 1979.
- _____. Movimentos Sociais: Autonomia e Estado - uma análise teórica dos movimentos de mulheres entre 1964 e 1983. Mimeo., 1983.

- BOUCHIER, David. The Feminist Challenge - The Movements for Women's Liberation in Britain and the USA. New York, Schocken Books, 1984.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Mulher e Política, ou há mais distância entre o céu e a terra... Mimeo, 1984.
- CAPELLER, Wanda Maria Lemos. Eleições 82: Movimentos Feministas e Mudanças Legais. Mimeo, 1983.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "PMDB: Um Partido de Massas?" In: Revista do PMDB Nº 1, Julho de 1981.
- CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CHANEY, Elsa M. Supermadre - Women in Politics in Latin America. Austin, The University of Texas Press, 1979.
- CHINCHILLA, Norma Stoltz. "Ideologias del Feminismo: Liberal, Radical y Marxista". In LEON, Magdalena (ed.) Sociedad, Subordinación y Feminismo - Vol. III. Bogotá, Asociación Colombiana para el Estudio de la Población - ACEP, 1982.
- COSTA, Albertina Gordo de Oliveira. Política Governamental e a Mulher. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. "Movimentos Sociais - A Construção da Cidadania". In: Novos Estudos CEBRAP Nº 10. São Paulo, CEBRAP, 1984.
- DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- ELSHTAIN, Jean B. "Moral Women and Immoral Man: a Consideration of the Public-Private Split and its Political Ramifications". In: Politics and Society, 1974.

FERREIRA, Erinalva Medeiros. A Figuração da (des)Igualdade - Algumas idéias sobre o "espaço público" de poder da mulher desde sua condição "privada". Tese de Mestrado apresentada à UFSC, fevereiro de 1983.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio, Graal, 1977.

FULENWIDER, Claire Knoche. Feminism in American Politics. New York, Praeger Publishers, 1980.

GUATTARI, Felix. Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo, Brasiliense, 1981.

GUIVANT, Julia Silvia. "A Ciência Política e a Questão Feminina" In: Boletim de Ciências Sociais Nº 28 - Jan/Mar. 1983. Florianópolis, UFSC.

_____. Considerações sobre a Controvérsia Aberta pelo Feminismo nas Ciências Sociais. Mimeo, 1985.

_____. Dilemas das Mulheres nos Partidos Políticos - a Campanha eleitoral de 1982 em Florianópolis. Mimeo, 1985.

_____. "La Visible Eva Perón y el Invisible Rol Político Femenino: 1946-1952". In: Cadernos de Ciências Sociais, vol. 5, Nº 1, 1985. Florianópolis, UFSC.

HAHNER, June. A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937. São Paulo, Brasiliense, 1981.

HARTSOCK, Nancy. Poder y Cambio Político - Serie Mujer y Política. Lima, Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, 1983.

JAQUETTE, Jane S. Female Political Participation in Latin America: Raising Feminist Issues. Mimeo, 1984.

- JELIN, Elizabeth. Participación de la Mujer en America Latina: una guia para la investigación. Mimeo, s/data.
- KIRKWOOD, Julieta. La Política del Feminismo en Chile. Documento de Trabajo. FLACSO, Junho/1983.
- . Ser Política en Chile - las Feministas y los Partidos. Santiago de Chile, FLACSO, 1986.
- MACCIOCCI, Maria Antonieta. "Elementos para uma Análise do Fascismo". In: Cadernos de Opinião Nº 2/2, vol. 4, Rio de Janeiro, 1977.
- MACHADO, Giovanna. As Feministas Atacam o Patriarcado. Mimeo, s/data.
- MACPHERSON, Kathleen I. "Feminist Methods: a new paradigm for Nursing Research". In: Advances in Nursing Science, Jan/83.
- MAINWARING, Scott e VIOLA, Eduardo. "New Social Movements, Political Culture and Democracy: Brazil and Argentina in the 1980's", In: TELOS Nº 61, Fall 1984, New York.
- MARTINS, Carlos Estevam. "A Democratização da Vida Partidária". In: Revista de Cultura e Política Nº 8, São Paulo, Cortez/CEDEC, julho/1982.
- MÉROLA, Giovanna. "Feminismo: un Movimento Social". In: Nueva Sociedad Nº 78, Caracas, julho-agosto/1985.
- MIES, Maria. "Por uma Metodologia Feminista de Pesquisa". In: Feminismo e Pesquisa Social - A Questão da Metodologia. NEM/PUC-RJ, s/data.
- MONTENEGRO, Ana. Ser ou não ser feminista. Recife, Guararapes, 1981.

- MORAES, Maria Lygia Quartim de. Mulheres em Movimento. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- PADILHA, Solange e CHIRIAC, Jany. "Características e Limites das Organizações de Base Femininas". In: Trabalhadoras do Brasil, São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Brasiliense, 1982.
- PATEMAN, Carole. Feminist Critiques of the public/private dichotomy. In: BEMN, S.I. and GAUS, G.F. (eds.) Public and Private in Social Life. London, Croom Helm, 1983.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. "Um Partido de Massas", In: Folha de São Paulo, 9/10/82.
- PIMENTEL, Silvia. "A Necessária Participação Política da Mulher". In: A Mulher como Objeto de Estudo. Rio de Janeiro, NEM/PUC, 1982.
- PITANGUY, Jacqueline. "O PMDB e a Questão da Mulher - Algumas Considerações". In: Revista do PMDB Nº 8, Agosto de 1986.
- PMDB. Princípios Básicos, Programas e Estatutos. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1980.
- RANDALL, Vicky. Women and Politics. New York, St.Martin's Press, 1982.
- RANGEL, Leyla Castello Branco. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Brasília, Senado Federal, 1980.
- RODRIGUES, Maria Aparecida da Silva. A Associação das Donas de Casa - Um Movimento Social. Florianópolis, Mimeo, 1985.
- SALAMONE, Connie. "Woman Warrior for Animal Rights". In: Woman of Power Nº 3, Winter/Spring, 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse. O Caráter dos Novos Movimentos Sociais. In: Boletim de Ciências Sociais Nº 35 - Out/Dez, 1984. Florianópolis, UFSC, 1984.

_____. Movimentos Sociais: Um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1984.

SCOTT, Joan Wallach. Survey Articles - Women in History. In: Past and Present Nº 101, November/1983.

SILTANEN, Janet and STANWORTH, Michelle. The Politics of Private Woman and Public Man. In: Theory and Society Vol. 13, Nº 1 - Jan/1984.

SILVA, Iara Maria Ilgenfritz da. Movimentos de Mulheres e Partidos Políticos - Antagonismos e Contradições. In: A Mulher como Objeto de Estudo. Rio de Janeiro, NEM/PUC, 1982.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

SROUR, Robert Henry. A Política dos anos 70 no Brasil - a Lição de Florianópolis. São Paulo, Econômica Editorial, 1982.

STENPANSKY, Daisy Valmorbidia. "Participação Comunitária - uma forma de atuação política". In: A Mulher como Objeto de Estudo. Rio de Janeiro, NEM/PUC, 1982.

TABAK, Fanny. "Exercício de Voto e Atuação Parlamentar da Mulher no Brasil". In: A Mulher como Objeto de Estudo. Rio de Janeiro, NEM/PUC, 1982.

_____. Mulher e Política. Rio, Paz e Terra, 1982a.

_____. "A re-conceitualização da participação política da mulher". In: A Participação Política da Mulher. Rio de Janeiro, NEM/PUC, 1984.

- _____. Autoritarismo e Participação da Mulher. Rio, Graal, 1983.
- TABAK, Fanny e SANCHEZ, Silvia. "Movimentos Femininos e Partidos Políticos". In: A Mulher como Objeto de Estudo. Rio de Janeiro, NEM/PUC, 1982.
- VÁSQUEZ, Ana. "Feminismo: dudas y contradicciones". In: Nueva Sociedad Nº 78. Caracas, julho/agosto/1985.
- VIOLA, Eduardo J. "As Eleições de 1985 e a Dinâmica do Sistema Partidário em Santa Catarina". In: Cadernos de Ciências Sociais da UFSC - Vol. 6 Nº 1, 1986.

ATAS

1. Livro de Atas do Movimento de Mulheres do PMDB de Santa Catarina - 1983-1986.
2. Livro de Atas do Núcleo de Mulheres do PMDB de Florianópolis (atual Diretório Municipal do PMDB-Mulher de Florianópolis) - 1984-1986.
3. Livro de Atas do Diretório Estadual do PMDB-Mulher de Santa Catarina - 1986-...
4. Livro de Atas do Diretório Regional do PMDB de Santa Catarina - 1986.

MATÉRIAS DE JORNAIS

DIÁRIO CATARINENSE. Para Anita, Movimento Feminino é Temporário. Florianópolis, 22/6/86.

_____. Vereadora defende Organização Formal. Florianópolis, 22/6/86.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Movimento de Mulheres se Divide. Blumenau, 7 e 9/7/85.

_____. Voz Feminina volta à Assembléia após 30 anos. Blumenau, 14 e 15/12/86.

O ESTADO. Mulher Luta pela Igualdade Social. Florianópolis, 9/5/82.

_____. Os 21 Eleitos e a Votação na Capital. Florianópolis, s/data, 1982.

_____. Mais de mil Mulheres Participam de um Encontro Estadual em Lages. Florianópolis, 27/11/85.

_____. Mulheres Petistas dizem que houve Distorções do Encontro de Lages. Florianópolis, 28/11/85.

_____. Três mil Agricultoras Reunidas. Florianópolis, 8/3/86.

_____. Os Resultados Finais e Oficiais do Tribunal Eleitoral. Florianópolis, 24/11/86.

_____. Mulheres Querem um Conselho Estadual. Florianópolis, 5/02/87.

BOLETINS E PERIÓDICOS

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES. Caderno Nº 3. São Paulo, agosto/1979.

CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA. Jornal Mulher Nº 2, Nov/
Dez/86.

MULHERIO. Vários Números - 1981 a 1986.

A N E X O S

Roteiro de Entrevista feita com integrantes do Núcleo de Mulheres do PMDB de Florianópolis

1. Dados Pessoais:

Nome, Idade e Local de Nascimento, Estado Civil, Nível de Instrução, Tempo de Militância no PMDB, Existência ou não de Parentes no PMDB.

2. Relações Internas do Núcleo

- a- Quanto se incorporou ao Núcleo?
- b- Por que se incorporou?
- c- Como vê o surgimento do Núcleo? Por que Núcleo e não Departamento?
- d- Quais são os objetivos do Núcleo? Quais são as lutas que o Núcleo levanta ou levantou? Qual o papel que tem a questão da mulher dentro desses objetivos?
- e- Como vê o Núcleo - funcionamento, atividades, número médio de pessoas, regularidade e dinâmica das reuniões, qual o nível dos debates, questão das lideranças e decisões dentro do Núcleo, rotatividade na participação, motivação da dinâmica do Núcleo, papel ou cargo que desempenha.
- f- Diferenças entre as mulheres: por que determinadas mulheres que participam do PMDB não participam do Núcleo? Existem divergências entre as mulheres que participam?

3. Relações com Outras Mulheres

- A Nível Local

- a- Com que grupos e a partir de quando começam a entrar em contato?
- b- Como se relacionam com esses grupos?

c- Vêm diferenças de objetivos entre esses grupos e o Núcleo?

- A Nível Nacional

d- Mantém contato com outros grupos de mulheres do PMDB? E com grupos autônomos?

e- Discutem ou tem acesso ao material que vem de fora?

f- As orientações políticas desses grupos de mulheres influenciam o que se faz no Núcleo?

g- Como é a participação nos Encontros Nacional de Mulheres do PMDB ou outros Encontros de Mulheres (Feministas, etc...)?

h- Como vêm os Conselhos de Mulheres?

4. Relações com o Partido

a- Existem discriminações em relação à atuação do Núcleo e em relação às mulheres enquanto indivíduos dentro do PMDB? Cite exemplos:

b- O que o Núcleo propõe em relação a essas discriminações?

c- Qual a situação do PMDB hoje?

d- Que imagem tem do funcionamento e das relações de Poder na estrutura do Partido?

e- O que o Núcleo propõe modificar na dinâmica interna do PMDB? O que tem obtido? Exemplos:

f- Como vêm as relações entre o Núcleo e o Partidos nos processos de eleição?

g- Que impacto teve a eleição de Clair?

5. Nível das Representações

a- Relações com o feminismo: o Núcleo se considera feminista? Você se considera feminista?

b- Existem papéis femininos no Partido (áreas e estilos específicos para as mulheres)?

- c- Existe alguma diferença entre a forma das mulheres e a dos homens de fazer política?
- d- O fato de existir uma organização separada de mulheres pode constituir-se em algo estereotipado?

Roteiro de Entrevista Feita com os Homens do Partido

1. Dados Pessoais

Nome, Idade e Local de Nascimento, Estado Civil, Nível de Instrução e Tempo de Militância no PMDB.

2- Relações das Mulheres com o Partido

a- O que acham do Núcleo?

b- Existem discriminações contra as mulheres dentro do Partido?

c- As mulheres têm igual acesso a cargos, decisões, etc...?

d- O Núcleo tem mudado alguma coisa na participação das mulheres no PMDB? E na dinâmica do Partido como um todo?

e- Existem questões específicas em que as mulheres têm que se especializar, dedicar-se dentro do Partido?

f- As mulheres são diferentes na forma de fazer política (estilo)?

g- Como vê o PMDB no momento atual?